



— OS DESAFIOS DOS —
PRÓXIMOS
4 ANOS:
O QUE AS EVIDÊNCIAS
DO CONTROLE EXTERNO
REVELAM SOBRE
RONDÔNIA

Guia Consolidado

Segmentação por Eixos Temáticos
das evidências de controle externo

APRESENTAÇÃO

Um Guia para Transformar Informações e Evidências em Decisões Responsáveis

Os próximos quatro anos representarão um período decisivo para o futuro de Rondônia. O Estado reúne condições econômicas favoráveis, apresenta crescimento superior à média nacional em diversos indicadores, possui elevada capacidade de pagamento e mantém condições para realizar investimentos estruturantes. Ao mesmo tempo, enfrenta desafios que limitam sua capacidade de transformar esse potencial em serviços públicos de maior qualidade para a população.

O crescimento das despesas obrigatórias, a pressão exercida pelo déficit previdenciário, as limitações do espaço fiscal, as necessidades crescentes nas áreas de saúde, educação, segurança pública, infraestrutura, meio ambiente e saneamento revelam que o principal desafio da próxima gestão será preservar o equilíbrio das contas públicas e ao mesmo tempo fortalecer a capacidade institucional do Estado.

É nesse contexto que surge este Guia Consolidado.

Mais do que reunir informações, este documento organiza, interpreta e conecta as principais evidências produzidas pelo Tribunal de Contas do Estado de Rondônia ao longo dos últimos anos, transformando dados técnicos, auditorias, diagnósticos, indicadores oficiais e análises especializadas em um instrumento de apoio à tomada de decisões estratégicas.

O objetivo não é formular um plano de governo nem indicar prioridades políticas. Cabe aos futuros gestores definir os rumos da administração pública. O papel deste Guia é oferecer um diagnóstico técnico, baseado em evidências, capaz de demonstrar onde se encontram os principais desafios estruturais do Estado, sob a perspectiva do controle, quais riscos merecem maior atenção e onde existem oportunidades para ampliar a eficiência da gestão pública.

As análises apresentadas foram construídas a partir de informações provenientes de fontes oficiais, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI), os Relatórios de Gestão Fiscal, avaliações atuariais dos regimes previdenciários, o Anuário Brasileiro de Segurança Pública e diversos processos de fiscalização realizados pelo Tribunal de Contas do Estado de Rondônia.

Este documento foi organizado em dez eixos temáticos que podem ser lidos de forma independente, mas que se complementam. Os primeiros capítulos apresentam o contexto

econômico e fiscal que condiciona toda a atuação do Estado. Em seguida, são analisadas áreas essenciais para a prestação dos serviços públicos, como previdência, saúde, educação, segurança pública, infraestrutura rodoviária, meio ambiente e saneamento básico. Ao final, o Guia propõe um modelo integrado de governança institucional, concebido como elemento estruturante para fortalecer a capacidade do Estado de planejar, executar, monitorar e aperfeiçoar suas políticas públicas.

Estruturalmente, cada eixo foi desenvolvido em duas partes complementares. A primeira apresenta o diagnóstico, identificando as principais evidências, tendências, riscos e limitações observadas pelo controle externo. A segunda reúne um conjunto de prognósticos, contendo diretrizes estratégicas e oportunidades de atuação que podem orientar a formulação de políticas públicas mais eficientes, sustentáveis e orientadas por resultados.

Ressalta-se que mais do que um repositório de informações, este Guia pretende contribuir para que as **decisões dos próximos anos sejam cada vez mais fundamentadas em evidências**. Afinal, governar exige escolhas, e escolhas bem fundamentadas aumentam a capacidade do Estado de produzir resultados concretos, utilizar melhor os recursos públicos e gerar impactos positivos na vida da população.

EIXO 1

Econômico / Comércio Exterior

Fonte: IBGE

PARTE I- FORÇA ECONÔMICA DO ESTADO

Rondônia vem ampliando sua produção de riqueza ao longo da última década. O PIB estadual passou de **R\$ 36,6 bilhões em 2015 para R\$ 66,8 bilhões em 2022**, último resultado oficial das Contas Regionais considerado no diagnóstico do IBGE. Para 2024, a estimativa utilizada no estudo alcança **R\$ 77,8 bilhões**, equivalente a aproximadamente **0,66% do PIB brasileiro e 11,6% da economia da Região Norte**.

A estrutura econômica revela uma economia predominantemente formada pelos **serviços (63,1% do Valor Adicionado Bruto)**, mas com participação expressiva da **agropecuária (19,2%)** e da **indústria (17,7%)**. A importância do setor agropecuário, contudo, ultrapassa sua participação direta no VAB, pois sua produção movimenta atividades de transporte, comércio, armazenagem, processamento e outros serviços associados às cadeias produtivas.

O principal desafio aparece quando a riqueza é relacionada à população. Em 2024, o **PIB per capita estimado de Rondônia foi de R\$ 44,6 mil**, frente a **R\$ 55,2 mil no Brasil** — aproximadamente **19% abaixo da média nacional**. A trajetória, entretanto, é positiva: entre 2015 e 2024, o indicador estadual cresceu **115% em valores correntes**, acima dos **86% registrados nacionalmente**, reduzindo gradualmente essa distância.

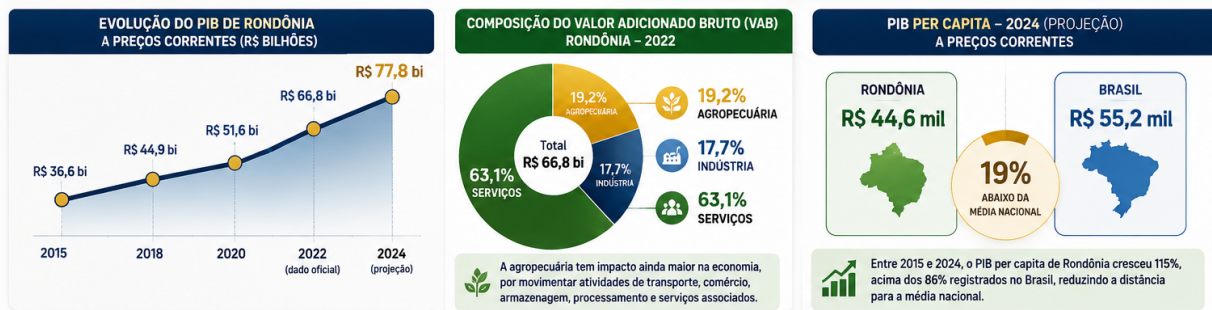
O que esses números revelam?

Rondônia possui uma economia em expansão e uma base produtiva relevante, mas o próximo salto de desenvolvimento depende menos de simplesmente **produzir mais** e mais da capacidade de **aumentar a produtividade e o valor gerado pela produção**. O desafio é fazer com que uma parcela maior da riqueza associada às cadeias produtivas seja produzida, processada e permaneça no próprio Estado.

O eixo econômico estabelece a base de geração de riqueza sobre a qual se sustentam todos os demais eixos deste diagnóstico, em especial o eixo fiscal, cuja sustentabilidade depende diretamente da arrecadação tributária decorrente da atividade econômica, sobretudo do comércio e da produção.

O próximo salto de Rondônia é transformar capacidade produtiva em maior geração de riqueza, renda e desenvolvimento.

PIB DE RONDÔNIA



Em síntese, os dados evidenciam que Rondônia vem ampliando sua capacidade de geração de riqueza, com crescimento do PIB e avanço do PIB per capita ao longo da última década. Entretanto, o PIB per capita estadual ainda permanece abaixo da média brasileira e a participação de Rondônia na economia nacional segue relativamente estável, indicando que o próximo desafio não é apenas produzir mais, mas gerar mais valor a partir do que já se produz. Para avançar para um novo patamar de desenvolvimento, o Estado precisa transformar sua vocação produtiva em maior produtividade, renda e oportunidades, enfrentando gargalos de infraestrutura logística e segurança fundiária, estimulando a inovação e a agregação de valor, ampliando a diversificação econômica e investindo na formação do capital humano necessário para sustentar esse crescimento no longo prazo.

EXPORTAÇÕES

Rondônia possui uma estrutura produtiva caracterizada por uma economia primário-exportadora, cujo desempenho está concentrado em três produtos principais (carne, soja e milho) e cujo ritmo de expansão, segundo os dados disponíveis, supera de forma consistente a média nacional. Essa concentração produtiva não é incomum entre os estados da Amazônia Legal com vocação agropecuária consolidada; contudo, impõe um tipo específico de vulnerabilidade que qualquer análise consistente da economia estadual deve considerar.

O ponto de partida deste eixo é a evolução das exportações de Rondônia, que evidencia desempenho sistematicamente superior ao observado no conjunto do país. Entre 2017 e 2025, o estado registrou taxas de crescimento superiores às nacionais em praticamente toda a série histórica, demonstrando maior dinamismo do setor exportador.

Em 2025, enquanto as exportações brasileiras cresceram 3,45%, Rondônia alcançou crescimento de 17,21%, resultado quase cinco vezes superior à média nacional. O mesmo padrão foi observado em outros períodos de expansão, como em 2022, quando o estado registrou crescimento de 38,94%, frente aos 18,99% verificados no Brasil.

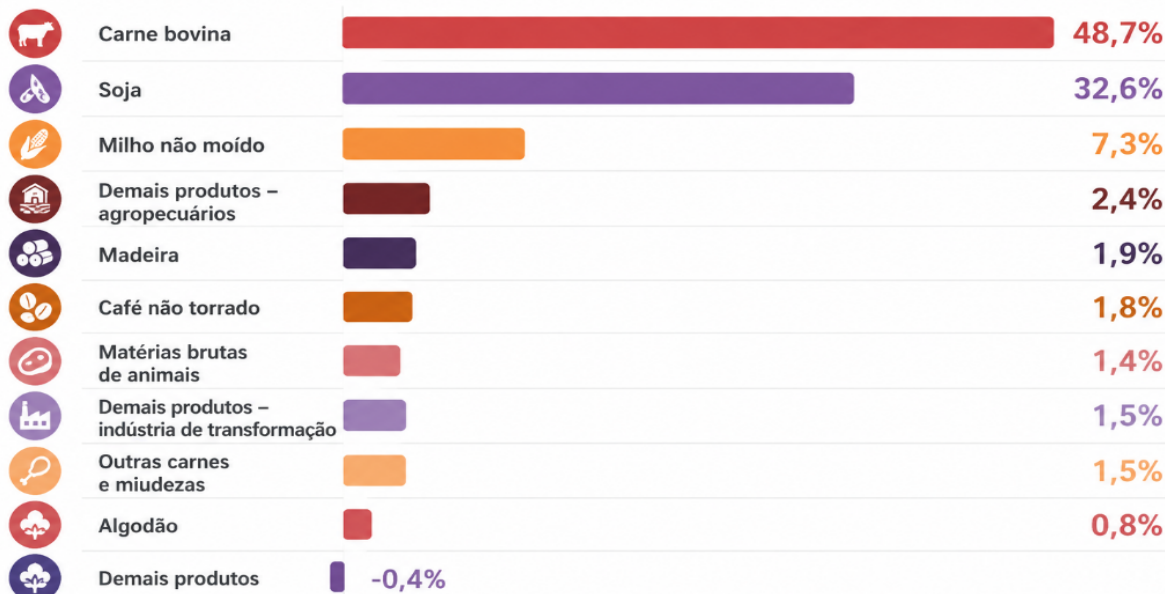
PRINCIPAIS PRODUTOS EXPORTADOS

A evolução da economia estadual tem sido fortemente impulsionada pelo agronegócio, cuja competitividade sustenta a inserção de Rondônia nos mercados internacionais e reforça a importância estratégica da preservação e da ampliação desses mercados para a manutenção do ritmo de crescimento da economia estadual.

O gráfico a seguir apresenta a participação percentual dos principais produtos exportados pelo estado.

PRINCIPAIS PRODUTOS EXPORTADOS POR RONDÔNIA

Participação (%)



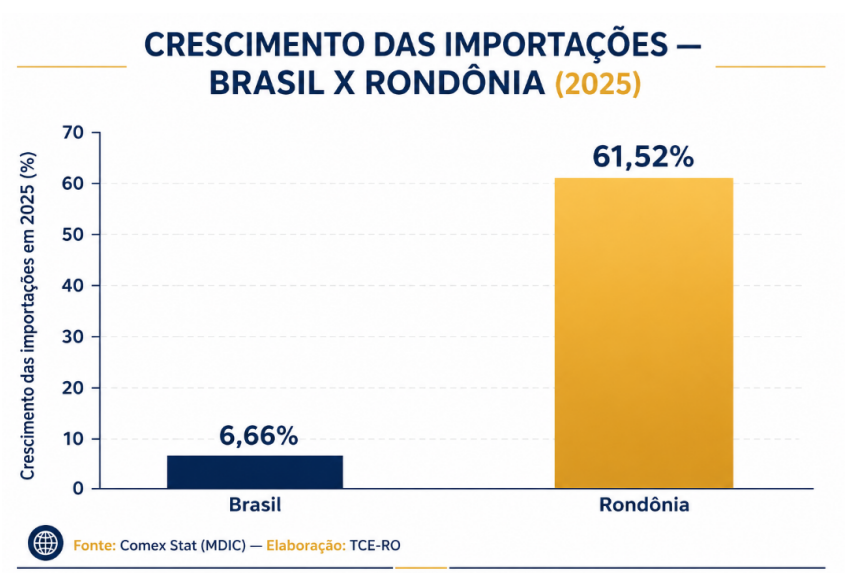
Fonte: Comex Stat - ComexVis [<https://comexstat.mdic.gov.br/pt/comex-vis>].

IMPORTAÇÕES

O indicador mais expressivo deste eixo, contudo, é o comportamento das importações. Em uma economia primário-exportadora, o volume de importação de bens de capital, insumos industriais e produtos intermediários funciona como um importante termômetro da expansão produtiva.

Quando a atividade econômica acelera, cresce também a demanda por máquinas, equipamentos, insumos agroindustriais e bens de consumo, sobretudo porque a produção regional de bens de capital de maior complexidade tecnológica ainda é limitada.

Essa dinâmica torna-se evidente nos dados do IBGE, que demonstram que, em 2025, as importações de Rondônia cresceram 61,52%, enquanto o crescimento nacional foi de apenas 6,66% no mesmo período. O gráfico a seguir apresenta essa comparação.

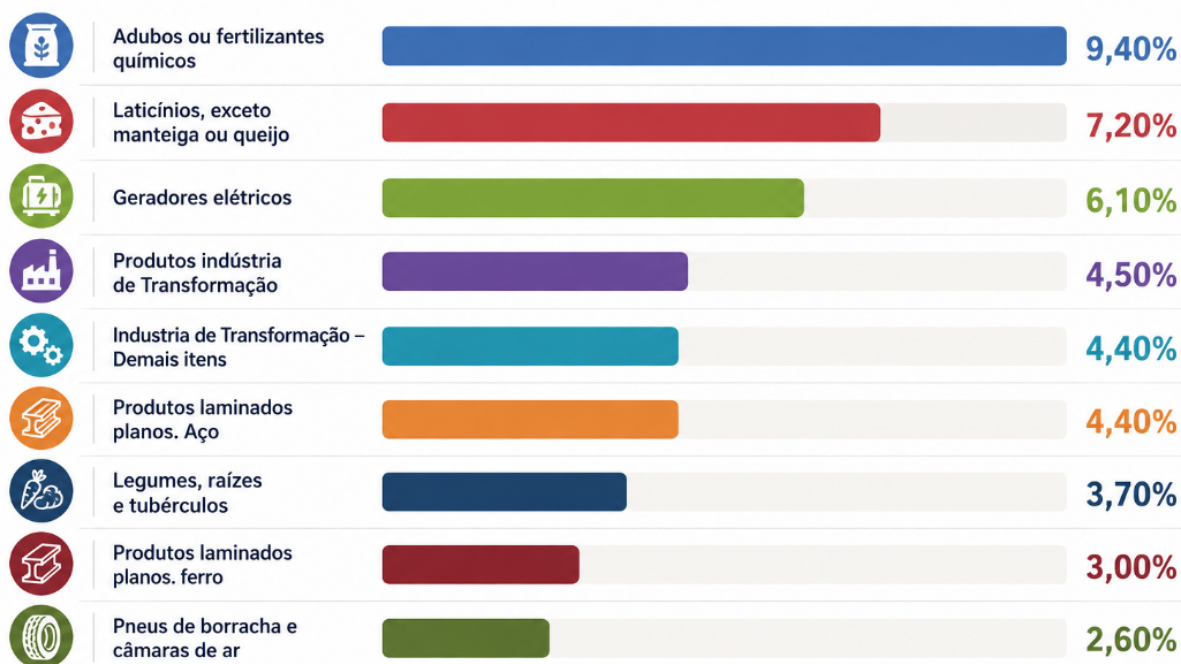


PRINCIPAIS PRODUTOS IMPORTADOS

Os dados apresentados no gráfico abaixo revelam três motores estratégicos distintos, cada um com uma interpretação econômica própria.

IMPORTAÇÕES DE RONDÔNIA

Participação por categoria (%)



Fonte: Comex Stat - ComexVis [https://comexstat.mdic.gov.br/pt/comex-vis].

O primeiro corresponde ao agronegócio, responsável por 6,10% da pauta de importações, destacando-se a aquisição de geradores elétricos, insumo associado à necessidade de fornecimento autônomo de energia em áreas de produção agropecuária ainda não plenamente atendidas pela rede convencional de distribuição elétrica.

O segundo motor está relacionado à infraestrutura e à expansão da capacidade produtiva, representado pelas importações de produtos laminados planos de aço (4,40%) e de ferro (3,00%). Trata-se de insumos típicos da construção civil e industrial, cuja demanda sinaliza investimentos em obras e ampliação da capacidade instalada.

O terceiro motor reflete a demanda do mercado interno, evidenciada pela importação de laticínios (exceto manteiga e queijo), que representam 7,20% da pauta, além de legumes, raízes e tubérculos (3,70%) e pneus de borracha e câmaras de ar (2,60%). Por serem bens também produzidos, ou passíveis de produção, no estado, esses produtos sinalizam oportunidades concretas para políticas de substituição de importações e fortalecimento da produção local.

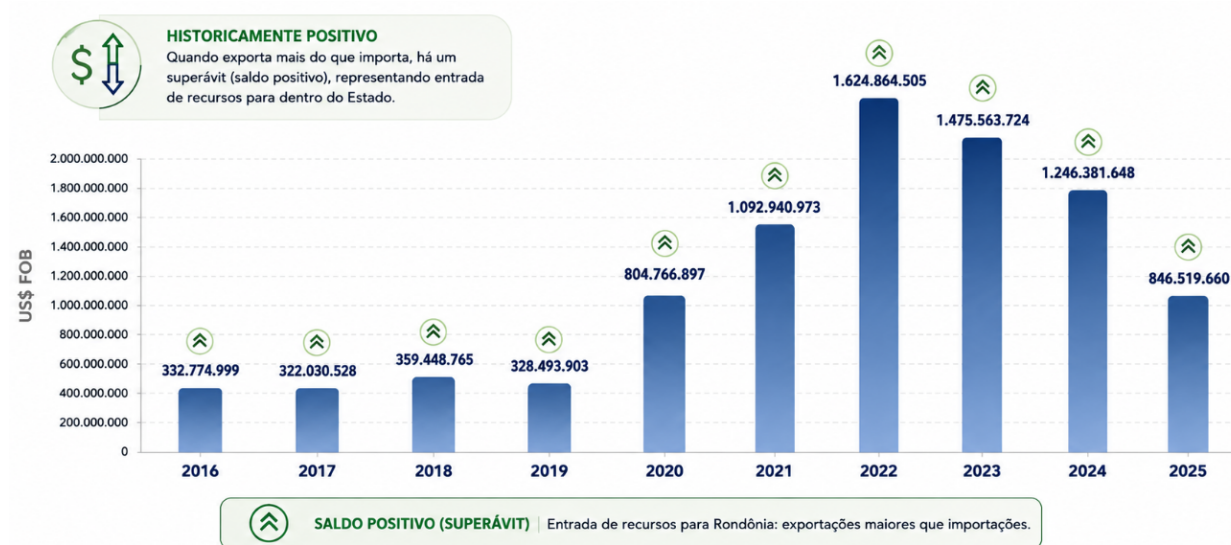
A análise conjunta desses três motores revela um aspecto relevante: nem todo crescimento das importações decorre do mesmo fenômeno econômico. As importações ligadas ao agronegócio e à infraestrutura refletem investimentos produtivos e expansão da atividade econômica. Em contrapartida, aquelas destinadas ao atendimento do mercado interno representam consumo

que poderia, ao menos em parte, ser suprido pela produção local. Essa distinção é fundamental, pois separa importações associadas ao investimento daquelas que evidenciam dependência estrutural, com implicações diretas para estratégias de desenvolvimento regional voltadas à retenção de maior valor agregado no próprio estado.

BALANÇA COMERCIAL

No que se refere à balança comercial, os dados disponíveis evidenciam uma década de superávits consecutivos. Tecnicamente, ocorre superávit comercial quando o valor das exportações supera o valor das importações em determinado período. O déficit comercial, por sua vez, ocorre quando a situação se inverte, isto é, quando as importações excedem as exportações.

O gráfico abaixo apresenta a evolução do saldo da balança comercial de Rondônia.



Fonte: Comex Stat - ComexVis [https://comexstat.mdic.gov.br/pt/comex-vis].

A manutenção de superávits comerciais ao longo da última década demonstra que Rondônia possui uma economia integrada ao mercado internacional e capaz de gerar, de forma consistente, saldo positivo de divisas. Esse resultado reflete a competitividade dos produtos exportados pelo estado e constitui importante fator de fortalecimento da atividade econômica, da geração de renda e da capacidade de investimento.

PARTE II- PROGNÓSTICO

INFRAESTRUTURA LOGÍSTICA

A competitividade da economia de Rondônia depende diretamente da capacidade do Estado de reduzir os custos de transporte e ampliar a integração entre as regiões produtoras e os mercados consumidores. Em uma economia fortemente baseada na agropecuária e nas exportações, a infraestrutura logística deixa de ser apenas um conjunto de obras e passa a constituir um dos principais fatores de desenvolvimento econômico, atração de investimentos e geração de renda.

O desafio para os próximos anos consiste em transformar a infraestrutura logística em uma política permanente de Estado, baseada em planejamento de longo prazo, previsibilidade orçamentária e priorização técnica dos investimentos. Rodovias, pontes, hidrovias, aeroportos e plataformas logísticas devem compor uma estratégia integrada de mobilidade da produção, reduzindo gargalos, aumentando a eficiência da cadeia produtiva e fortalecendo a competitividade dos produtos rondonienses no mercado nacional e internacional.



Investir em infraestrutura logística significa reduzir custos, integrar regiões, ampliar mercados e criar as condições necessárias para que Rondônia transforme sua vocação produtiva em desenvolvimento econômico sustentável.

GOVERNANÇA FUNDIÁRIA

Em uma economia cuja principal base produtiva é a agropecuária, a regularização fundiária deve ser compreendida como uma política estratégica de desenvolvimento. A segurança jurídica sobre a posse e a propriedade da terra amplia a confiança dos investidores, facilita o acesso ao crédito, reduz conflitos, fortalece a gestão territorial e cria condições para a expansão sustentável da produção.

Nesse contexto, o Estado deve estruturar uma política permanente de governança fundiária, articulando órgãos estaduais e federais, integrando cadastros territoriais e promovendo a regularização das áreas rurais com base em critérios técnicos, transparência e segurança jurídica.



A governança fundiária constitui um dos maiores desafios estruturais do Estado e, ao mesmo tempo, **uma das mais relevantes oportunidades para impulsionar o desenvolvimento econômico, promover a segurança jurídica, fortalecer a proteção ambiental e aprimorar a gestão do território.** Rondônia possui uma economia madura, mas parte dessa riqueza ainda não se converte plenamente em riqueza formal em razão da insegurança jurídica e da fragmentação institucional.

INOVAÇÃO E AGREGAÇÃO DE VALOR

A economia de Rondônia consolidou-se como uma das mais dinâmicas do país na produção agropecuária. Entretanto, parcela significativa dessa riqueza ainda é gerada pela comercialização de produtos com baixo grau de processamento, fazendo com que parte do valor agregado seja

incorporada por outras regiões do país ou outras partes do mundo. O desafio para os próximos anos consiste em transformar essa vantagem comparativa em vantagem competitiva, ampliando a industrialização, incorporando inovação aos processos produtivos e fortalecendo cadeias de maior valor agregado.

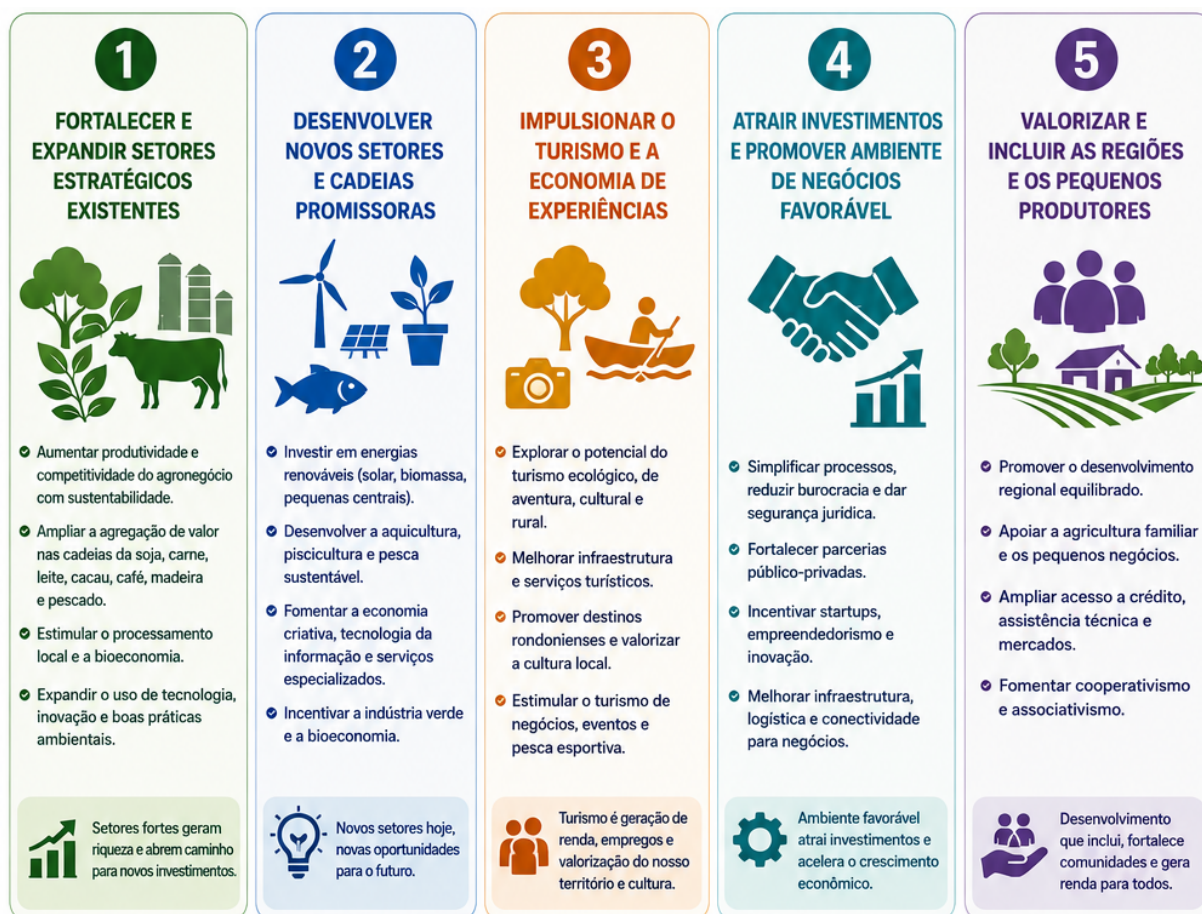


Essa estratégia exige que o Estado deixe de atuar apenas como indutor da produção primária e passe a fomentar um ambiente favorável à inovação, ao empreendedorismo, à agregação de valor e ao desenvolvimento tecnológico. A expansão da agroindústria, da bioeconomia, da economia florestal sustentável e da transformação industrial representa uma oportunidade para diversificar a base produtiva, aumentar a arrecadação, gerar empregos qualificados e elevar a renda da população.

DIVERSIFICAÇÃO ECONÔMICA

O desenvolvimento sustentável do Estado exige uma base produtiva diversificada e resiliente, ainda que a agropecuária continue desempenhando papel central na economia de Rondônia. Economias excessivamente concentradas em poucos setores tornam-se mais vulneráveis às oscilações dos preços internacionais, às mudanças climáticas, às barreiras sanitárias e às variações da demanda dos mercados consumidores. Diversificar a economia significa ampliar

oportunidades de investimento, gerar empregos de maior qualificação e construir novas fontes de crescimento capazes de complementar a vocação agropecuária do Estado.



Nesse contexto, o desafio para os próximos anos não é substituir a agropecuária, mas utilizá-la como plataforma para impulsionar novos segmentos econômicos. A expansão da agroindústria, da bioeconomia, da indústria de transformação, da economia digital, da mineração sustentável, do turismo e da prestação de serviços especializados permitirá ampliar a capacidade de geração de riqueza, aumentar a arrecadação e reduzir a dependência de um número restrito de atividades econômicas. Rondônia possui uma estrutura produtiva caracterizada por uma economia primário-exportadora, cujo desempenho está concentrado em três produtos principais (carne, soja e milho) e cujo ritmo de expansão, segundo os dados disponíveis, supera de forma consistente a média nacional. Essa concentração produtiva não é incomum entre os estados da Amazônia Legal com vocação agropecuária consolidada, contudo, impõe um tipo específico de vulnerabilidade que qualquer análise consistente da economia estadual deve considerar

CAPITAL HUMANO

O desenvolvimento econômico de Rondônia dependerá, cada vez mais, da capacidade de formar, atrair, qualificar e reter pessoas. Em um cenário de rápida transformação tecnológica, expansão da agroindústria, fortalecimento da bioeconomia e crescimento de setores intensivos em conhecimento, o capital humano passa a constituir um dos principais ativos estratégicos do Estado. Investimentos em infraestrutura, inovação e diversificação econômica somente produzirão resultados sustentáveis se acompanhados da formação de profissionais capazes de atender às novas demandas do mercado de trabalho.



Nesse contexto, a política de desenvolvimento econômico deve estar articulada à política educacional e à qualificação profissional, aproximando escolas, instituições de ensino técnico, universidades, centros de pesquisa e setor produtivo. A formação da força de trabalho deve responder às necessidades reais da economia estadual, reduzindo o descompasso entre a oferta de profissionais e as competências demandadas pelas empresas.

A partir das evidências apresentadas neste eixo e sob a perspectiva do controle externo, são propostas, a seguir, algumas ações que podem contribuir para o fortalecimento da economia do Estado de Rondônia.

5 DECISÕES ESTRATÉGICAS PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE RONDÔNIA			AÇÃO PRINCIPAL	RESULTADO ESPERADO
1		DIVERSIFICAR A ECONOMIA E AMPLIAR A COMPETITIVIDADE DOS SETORES PRODUTIVOS Reduzir a dependência da pauta exportadora concentrada e fortalecer novos setores com potencial de crescimento.	- Estimular cadeias produtivas locais e arranjos produtivos regionais. - Apoiar a industrialização de produtos da agropecuária, florestas e bioeconomia. - Atrair investimentos privados e incentivar a inovação e o empreendedorismo.	 Economia mais diversificada, competitiva e resiliente, gerando mais empregos, renda e valor agregado.
2		FORTALECER O COMÉRCIO EXTERIOR E AMPLIAR MERCADOS Aproveitar a vocação exportadora do Estado e reduzir vulnerabilidades externas.	- Ampliar a prospecção e abertura de novos mercados internacionais. - Fortalecer a infraestrutura logística e os corredores de exportação. - Apoiar empresas na adequação a padrões e exigências de mercados internacionais.	 Mais exportações, aumento da receita, inserção em novos mercados e maior resiliência às oscilações internacionais.
3		AUMENTAR A PRODUTIVIDADE E PROMOVER SUSTENTABILIDADE Elevar a eficiência produtiva com uso de tecnologia e práticas sustentáveis.	- Incentivar a adoção de tecnologia, mecanização e inovação no campo e na indústria. - Promover boas práticas ambientais e uso sustentável dos recursos naturais. - Fomentar a bioeconomia e a economia verde.	 Maior produtividade, redução de custos, sustentabilidade ambiental e competitividade internacional.
4		MELHORAR A INFRAESTRUTURA E A LOGÍSTICA Reduzir custos logísticos e integrar o Estado às principais rotas de escoamento e desenvolvimento.	- Concluir e manter rodovias estratégicas e pontes. - Ampliar e modernizar portos, terminais e armazéns. - Expandir a conectividade digital e a infraestrutura energética.	 Redução do custo logístico, melhor escoamento da produção, integração regional e atração de novos investimentos.
5		FORTALECER O AMBIENTE DE NEGÓCIOS E A GESTÃO ECONÔMICA Criar condições institucionais para o crescimento sustentável e a geração de oportunidades.	- Simplificar e desburocratizar processos para empresas. - Garantir segurança jurídica e estabilidade regulatória. - Planejar com base em dados, indicadores e monitoramento de resultados.	 Ambiente favorável ao investimento e ao empreendedorismo, com crescimento econômico sustentável e geração de oportunidades para a população.

EIXO 2

Fiscal

Fonte: Relatórios de Gestão Fiscal; SICONFI; LDO 2027; Portal da Transparência; Prestações de Contas Anuais

O desempenho fiscal de um Estado representa muito mais do que o equilíbrio entre receitas e despesas. É ele que determina a capacidade de manter serviços públicos essenciais, realizar investimentos, responder a crises e financiar políticas públicas de longo prazo. Em outras palavras, é a situação fiscal que define o quanto o governo consegue transformar o crescimento econômico em melhorias efetivas na qualidade de vida da população.

No caso de Rondônia, o diagnóstico elaborado com base nos Relatórios de Gestão Fiscal, no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI), na Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2027 e nas demais evidências reunidas pelo Tribunal de Contas, no exercício do controle externo, revela um cenário singular. O Estado apresenta indicadores fiscais favoráveis, mantendo capacidade de pagamento classificada no nível máximo pela Secretaria do Tesouro Nacional, baixo nível de endividamento e condições de acessar operações de crédito destinadas ao financiamento de investimentos estruturantes.

Em uma análise superficial, esses indicadores poderiam sugerir que Rondônia dispõe de ampla capacidade financeira para expandir políticas públicas em todas as áreas. Entretanto, uma avaliação mais aprofundada demonstra que essa conclusão seria precipitada. O equilíbrio fiscal observado resulta de um conjunto de fatores que não se traduz, necessariamente, em liberdade para ampliar despesas permanentes. Na prática, o Estado convive com crescente rigidez orçamentária, decorrente da expansão contínua das despesas obrigatórias, da pressão exercida pelo déficit previdenciário, das vinculações constitucionais e legais e da necessidade de absorver riscos fiscais que tendem a se intensificar nos próximos anos.

Observa-se que Rondônia reúne condições para contratar financiamentos destinados à execução de obras e investimentos estratégicos, mas dispõe de espaço cada vez mais restrito para ampliar as despesas de custeio necessárias ao funcionamento cotidiano da máquina pública. Em outras palavras, existe capacidade para investir, porém há limitações significativas para manter, expandir e sustentar financeiramente novos serviços públicos ao longo do tempo.

Essa distinção é fundamental para compreender os desafios da próxima gestão. Investimentos financiados por operações de crédito podem viabilizar hospitais, escolas, rodovias, sistemas de abastecimento e outras obras estruturantes. Contudo, após sua conclusão, essas estruturas passam a exigir despesas permanentes com pessoal, manutenção, equipamentos, energia, insumos e serviços continuados. Se tais despesas não forem compatíveis com a capacidade fiscal do Estado, um investimento inicialmente bem-sucedido poderá transformar-se, no futuro, em fonte permanente de pressão sobre o orçamento.

Por essa razão, a análise fiscal não deve limitar-se aos indicadores tradicionais de endividamento ou de resultado primário. É indispensável considerar, de forma integrada, a capacidade de geração de receitas, o comportamento das despesas obrigatórias, os riscos fiscais existentes, a evolução do passivo previdenciário e a disponibilidade de espaço orçamentário para financiar novas políticas públicas. Somente a análise conjunta desses elementos permite compreender a real situação financeira do Estado e identificar os limites dentro dos quais o próximo governo poderá formular suas prioridades.

Nos tópicos seguintes serão examinados os principais indicadores fiscais de Rondônia, com base em evidências que demonstram a capacidade do Estado de sustentar seu desenvolvimento econômico e social, preservando o equilíbrio das contas públicas.

PARTE I - RECEITA

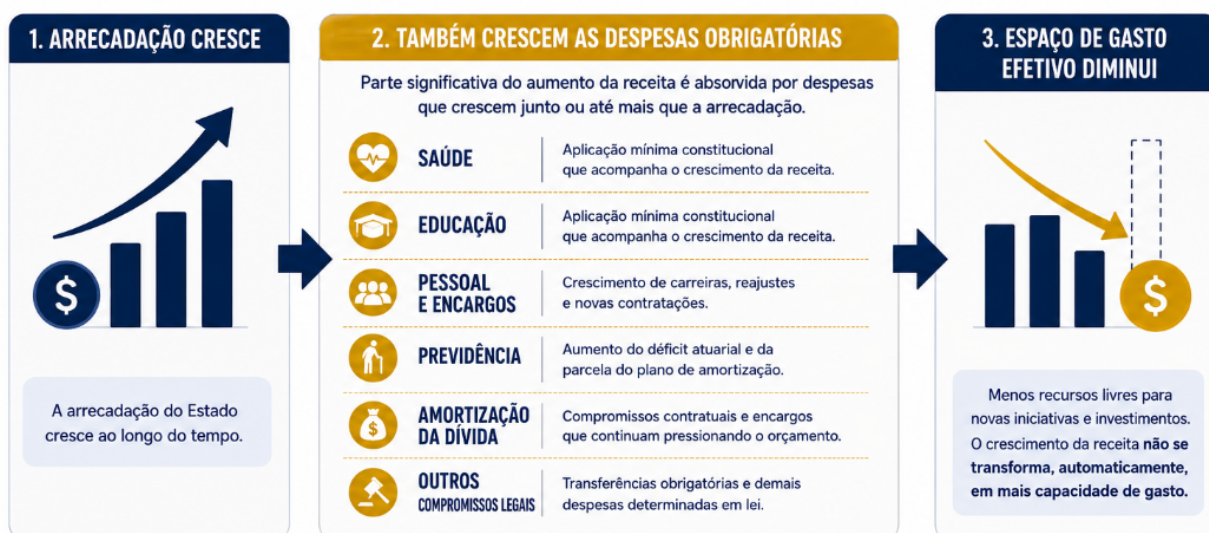
A capacidade de um governo de oferecer serviços públicos de qualidade depende, em primeiro lugar, da sua capacidade de arrecadação. É por meio das receitas públicas que o Estado financia o funcionamento da administração, realiza investimentos, mantém escolas e hospitais em funcionamento, executa obras de infraestrutura e desenvolve políticas voltadas à segurança pública, à assistência social, ao desenvolvimento econômico e à proteção ambiental.

Nos últimos anos, Rondônia vivenciou um período de expressiva expansão econômica, impulsionado principalmente pelo agronegócio, pelo crescimento das exportações e pelo dinamismo de sua atividade produtiva. Esse desempenho refletiu diretamente sobre as receitas estaduais, especialmente sobre a arrecadação do ICMS, e sobre as transferências constitucionais recebidas da União. Conforme demonstrado no eixo econômico, o fortalecimento das exportações contribuiu para ampliar a atividade econômica estadual e, consequentemente, a arrecadação tributária, criando condições para o equilíbrio das contas públicas. Entretanto, a análise fiscal exige uma abordagem mais abrangente.

A arrecadação pública é composta por diferentes fontes de receita, cada uma submetida a regras específicas de repartição, vinculação e utilização. Parcela significativa dos recursos ingressados nos cofres estaduais possui destinação previamente definida pela Constituição Federal ou por legislação específica, não podendo ser livremente aplicada conforme a conveniência da administração pública. Recursos destinados à educação, à saúde, ao pagamento da dívida pública ou ao financiamento do regime previdenciário, por exemplo, possuem aplicação vinculada, reduzindo a parcela efetivamente disponível para novas iniciativas governamentais.

Outro aspecto relevante refere-se à composição da própria base arrecadatória. Embora Rondônia tenha ampliado sua capacidade de geração de receitas próprias, parcela expressiva de seu orçamento permanece vinculada às transferências constitucionais da União, especialmente ao Fundo de Participação dos Estados (FPE). Essa característica torna o Estado relativamente sensível às oscilações da arrecadação federal e às mudanças na política fiscal nacional. Em períodos de desaceleração econômica, redução da atividade produtiva ou alterações na legislação tributária, a arrecadação estadual pode sofrer impactos relevantes, mesmo quando a economia local apresenta desempenho favorável.

Sob a perspectiva do controle externo, o aspecto mais relevante consiste em avaliar se o crescimento da arrecadação é suficiente para acompanhar a expansão das despesas permanentes do Estado. Quando as despesas obrigatórias crescem em ritmo superior ao das receitas, reduz-se progressivamente a margem disponível para investimentos e para a implementação de novas políticas públicas. Essa dinâmica explica por que governos podem registrar aumento da arrecadação e, ainda assim, enfrentar dificuldades para ampliar a prestação de serviços públicos.



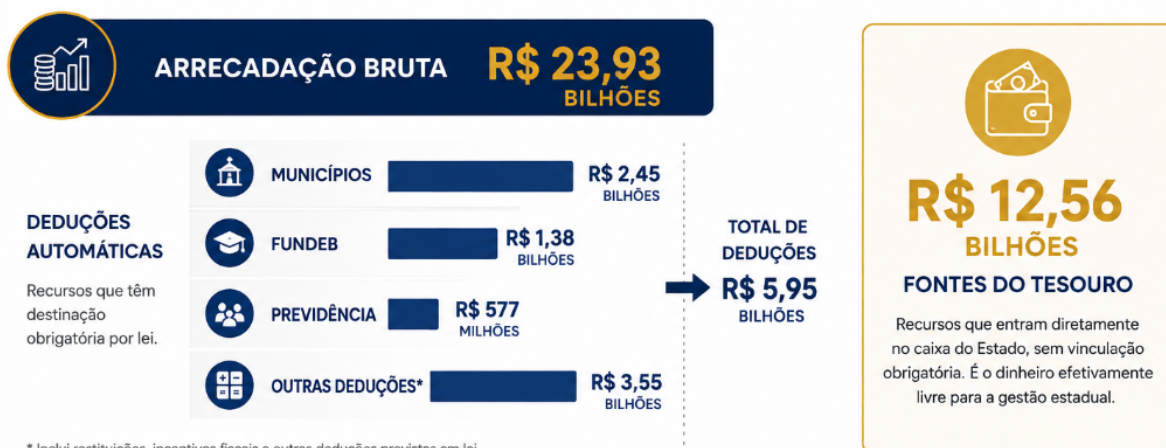
Essa constatação conduz ao principal ponto desta análise: o desafio fiscal de Rondônia reside na crescente rigidez da utilização dos recursos arrecadados. A questão central deixa de ser o montante arrecadado pelo Estado e passa a ser quanto dessa arrecadação permanece efetivamente disponível para decisões discricionárias do governo. Compreender essa diferença é essencial para interpretar corretamente os indicadores fiscais apresentados nas seções seguintes, especialmente aqueles relacionados à capacidade de pagamento, ao endividamento, ao espaço fiscal e às limitações impostas pelas despesas obrigatórias.

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA E A PREVISÃO PARA 2027

A Receita Corrente Líquida (RCL) representa o conjunto das receitas correntes arrecadadas pelo Estado, deduzidas as transferências constitucionais obrigatórias e demais deduções previstas em lei. Trata-se do principal indicador utilizado para o cálculo dos limites de despesa com pessoal, endividamento, operações de crédito, concessão de garantias e diversos outros parâmetros estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Em outras palavras, a Receita Corrente Líquida constitui a base financeira sobre a qual se estruturam praticamente todas as regras de responsabilidade fiscal.

Nos últimos anos, Rondônia apresentou crescimento consistente de sua capacidade arrecadatória. Conforme demonstram os Relatórios de Gestão Fiscal e a Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2027, a evolução da Receita Corrente Líquida acompanhou o ciclo de expansão da economia estadual, impulsionado principalmente pelo fortalecimento da agropecuária, pelo crescimento das exportações, pela ampliação da arrecadação do ICMS e pelo aumento das transferências constitucionais recebidas da União.

Os dados apresentados a seguir demonstram, em termos numéricos, a estimativa de arrecadação da Receita Corrente Líquida para o exercício de 2027.



Fonte: Nota Técnica SEPOG acerca da Estimativa da Receita 2027 – PCe n. 02095/26.

COMPOSIÇÃO DA RECEITA

A arrecadação própria, especialmente a proveniente do ICMS, permanece como a principal fonte de financiamento das políticas públicas estaduais. O desempenho desse tributo está diretamente relacionado ao nível da atividade econômica, ao consumo interno e à circulação de mercadorias. Dessa forma, o crescimento das exportações, da produção agropecuária e da atividade empresarial repercute positivamente sobre a arrecadação estadual, contribuindo para a manutenção do equilíbrio fiscal observado nos últimos exercícios.

No entanto, a estrutura de receitas de Rondônia revela que o Estado ainda apresenta elevada dependência das transferências constitucionais da União, especialmente do Fundo de Participação dos Estados (FPE), conforme demonstrado no gráfico a seguir.



 Fonte: Relatório de Gestão Fiscal – Último Quadrimestre/2025.

Embora essa transferência represente mecanismo de redução das desigualdades regionais e garanta estabilidade ao fluxo financeiro estadual, ela também torna parte significativa da arrecadação dependente do desempenho da economia nacional e da arrecadação federal. Essa dependência assume relevância diante de situações que podem impactar a arrecadação estadual, tais como alterações no crescimento econômico nacional, mudanças na legislação tributária, reduções na arrecadação dos tributos compartilhados ou mesmo eventuais retenções de recursos decorrentes de passivos junto à União podem produzir impactos diretos sobre o fluxo de caixa estadual.

ALERTA FISCAL A RESPEITO DO FPE

Um dos riscos fiscais que deve ser monitorado refere-se à possibilidade de retenção de parcelas do FPE em razão das negociações envolvendo passivos financeiros do Estado (*acordo com a PGFN relativa às dívidas da CAERD*), circunstância que evidencia a importância estratégica dessa fonte de receita para o equilíbrio das contas públicas e a necessidade de cumprimento da obrigação pactuada.



RISCO FISCAL

Atenção aos fatores que podem comprometer as receitas do Estado e o equilíbrio das contas públicas.



Risco de retenção de parcelas do FPE
devido ao acordo da CAERD com a PGFN.



Cumprir o acordo
é essencial para preservar o equilíbrio das contas públicas e manter a capacidade de investimento do Estado.

PARTE II - DESPESAS

A análise das receitas demonstra quanto o Estado consegue arrecadar e quais fatores sustentam essa arrecadação. Entretanto, para compreender a real capacidade de atuação do governo, é necessário examinar o outro lado das contas públicas: **a forma como os recursos são e estão sendo utilizados**. A existência de receitas crescentes não significa que todo o dinheiro arrecadado esteja disponível para a livre definição de prioridades. Antes de qualquer decisão política, parcela expressiva do orçamento já está comprometida com obrigações legais,

constitucionais, contratuais e administrativas indispensáveis à continuidade dos serviços públicos.

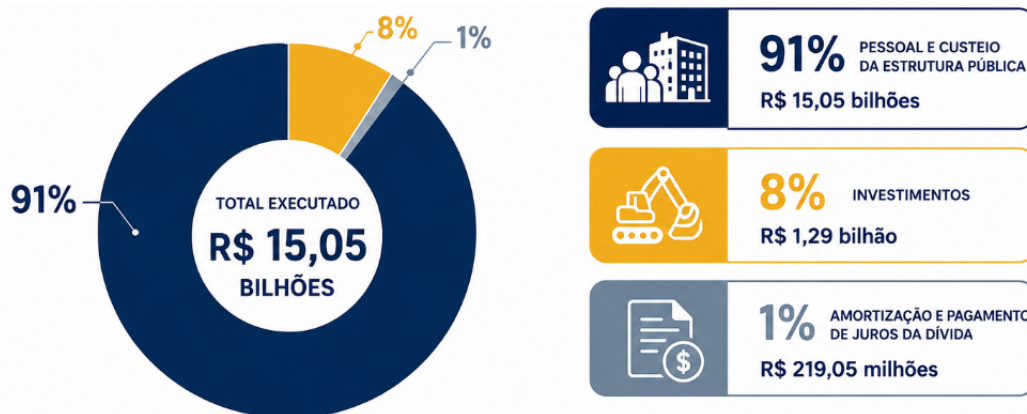
É por meio das despesas estaduais que são pagos os servidores, mantidas as unidades de saúde e de ensino, adquiridos medicamentos e materiais, custeados contratos de prestação de serviços, executados programas sociais e realizadas obras de infraestrutura. Essas despesas, contudo, não possuem a mesma natureza. Algumas decorrem de obrigações que o Estado não pode deixar de cumprir; outras dependem de decisões tomadas durante a elaboração e a execução do orçamento. Essa distinção entre **despesas obrigatórias** e **despesas discricionárias** é fundamental para compreender por que o crescimento do orçamento de Rondônia não se traduz, na mesma proporção, em ampliação da margem de decisão do governo.

As despesas obrigatórias são aquelas cuja execução decorre da Constituição, de leis, de contratos, de decisões judiciais ou de direitos adquiridos. Incluem, entre outros compromissos, o pagamento de pessoal e encargos sociais, aposentadorias e pensões, transferências legais, precatórios, amortização da dívida e despesas necessárias ao cumprimento dos mínimos constitucionais em saúde e educação. Uma vez constituídas, essas obrigações não podem ser simplesmente interrompidas ou reduzidas por decisão administrativa, pois sua execução está vinculada a comandos jurídicos e compromissos previamente assumidos.

As despesas discricionárias, por sua vez, correspondem à parcela do orçamento sobre a qual o governo possui maior capacidade de escolha. É nesse espaço que se concentram decisões relativas à construção de escolas e hospitais, recuperação de rodovias, aquisição de equipamentos, modernização administrativa e implantação de novos projetos. A discricionariedade, entretanto, não significa liberdade absoluta: mesmo essas despesas devem respeitar as prioridades definidas nas leis orçamentárias, a disponibilidade financeira, os contratos em andamento e os limites estabelecidos pela legislação fiscal.

A COMPOSIÇÃO DA DESPESA

Os números de 2025 (Relatório de Gestão do Último Quadrimestre) revelam o grau de comprometimento do orçamento estadual. Do total executado, aproximadamente **R\$ 15,05 bilhões**, equivalentes a cerca de **91% das despesas**, foram direcionados ao pagamento de pessoal e ao custeio da estrutura pública. Apenas **8%**, ou cerca de **R\$ 1,29 bilhão**, foram destinados a investimentos, enquanto aproximadamente **1%**, correspondente a **R\$ 219,05 milhões**, foi utilizado para amortização e pagamento de juros da dívida.



Essa composição demonstra que, antes mesmo de o governo decidir sobre novos projetos, praticamente nove de cada dez reais já estão comprometidos com a manutenção das estruturas e dos serviços existentes. Isso não significa que as despesas correntes sejam, por definição, improdutivas ou dispensáveis. Ao contrário, são elas que mantêm hospitais em funcionamento, garantem o pagamento dos servidores, asseguram a continuidade das escolas, financiam programas sociais e preservam o funcionamento cotidiano da administração. O problema fiscal surge quando essas despesas crescem de forma contínua e passam a absorver parcela cada vez maior das receitas, reduzindo o espaço disponível para expansão e investimentos.

Dentro do conjunto destinado a pessoal e custeio, as despesas com pessoal e encargos sociais atingiram aproximadamente **R\$ 9,29 bilhões** em 2025. As outras despesas correntes somaram cerca de **R\$ 5,75 bilhões**, abrangendo contratos de terceirização e prestação de serviços, auxílios indenizatórios, aquisição de materiais e medicamentos, energia elétrica, água, manutenção de equipamentos e veículos, programas sociais e transferências. Esse segundo grupo, embora não seja classificado integralmente como despesa com pessoal, também apresenta elevado grau de rigidez. Um hospital não pode interromper o fornecimento de energia ou deixar de adquirir medicamentos; uma escola não pode funcionar sem manutenção, limpeza e materiais; a administração não pode suspender contratos essenciais sem comprometer a prestação dos serviços públicos. Assim, parte relevante das chamadas outras despesas correntes possuem, na prática, baixa possibilidade de redução imediata.

A DESPESA COM PESSOAL

A despesa com pessoal representa uma das maiores obrigações permanentes do Estado e está submetida aos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal. No encerramento de 2025, o Poder

Executivo destinava **37,55%** de sua Receita Corrente Líquida ajustada ao pagamento de pessoal, abaixo dos limites prudencial e máximo aplicáveis. Considerado o Estado de Rondônia em seu conjunto, o percentual era de **46,15%**, também inferior aos respectivos limites legais.



Embora os percentuais indiquem uma situação formalmente regular, eles não eliminam os riscos futuros. O demonstrativo apresentado na análise fiscal registra que, no primeiro semestre de 2026, o índice do Poder Executivo alcançou **39,14%**.



Essa tendência exige acompanhamento porque aumentos salariais, progressões funcionais, novas contratações ou mudanças legislativas podem produzir efeitos permanentes sobre exercícios futuros. Além disso, mudanças em interpretações jurídicas ou possíveis reformas administrativas, podem alavancar ainda mais esse índice.

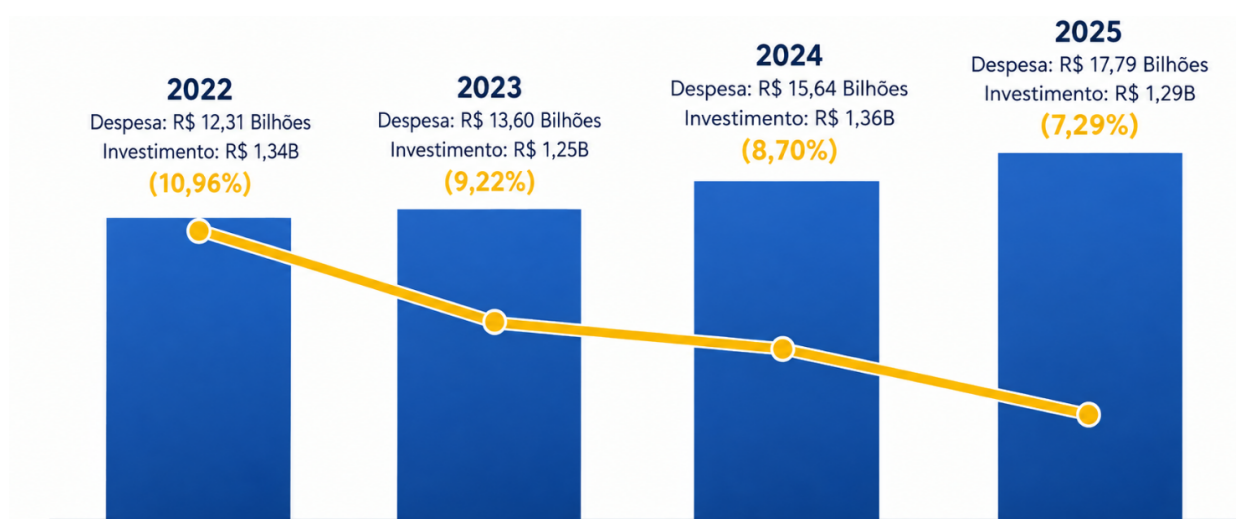


Os INVESTIMENTOS

A avaliação das despesas públicas também deve considerar as **vinculações constitucionais e legais**. Parte das receitas estaduais precisa ser aplicada em finalidades determinadas, especialmente saúde e educação, enquanto outras parcelas são destinadas a fundos, transferências, previdência e pagamento de obrigações específicas. Essas vinculações protegem políticas essenciais e impedem que recursos fundamentais sejam redirecionados livremente. Ao mesmo tempo, reduzem a flexibilidade do orçamento, pois o gestor não pode utilizar esses valores para atender a qualquer outra necessidade, ainda que urgente.

É nesse contexto que se forma o chamado **espaço fiscal**. O conceito representa a margem financeira disponível depois de consideradas as despesas obrigatórias, as vinculações legais e os compromissos já assumidos. É essa margem que permite ao governo criar novos programas, ampliar políticas existentes, realizar investimentos com recursos próprios ou responder a situações imprevistas sem comprometer o equilíbrio das contas públicas.

Os dados demonstram que esse espaço vem sendo progressivamente comprimido. Em 2025, de um total aproximado de **R\$ 17,798 bilhões em despesas executadas**, somente **R\$ 1,29 bilhão**, equivalente a **7,29%**, foi destinado a investimentos. Desse percentual, apenas cerca de **3% dos investimentos** foram financiados diretamente por fontes do Tesouro Estadual; o restante dependeu de outras fontes, como transferências, convênios e operações de crédito.



Fonte: Relatório de Gestão Fiscal - 3º trimestre/2025

A série histórica torna a tendência ainda mais evidente. Em 2022, Rondônia executou aproximadamente **R\$ 12,31 bilhões** em despesas, destinando **R\$ 1,34 bilhão**, ou **10,96%**, a investimentos. Em 2023, as despesas alcançaram **R\$ 13,60 bilhões**, enquanto os investimentos representaram **R\$ 1,25 bilhão**, equivalentes a **9,22%**. Em 2024, o orçamento executado chegou a **R\$ 15,64 bilhões**, com investimentos de **R\$ 1,36 bilhão**, ou **8,70%**. Em 2025, embora as despesas tenham avançado para cerca de **R\$ 17,79 bilhões**, a participação dos investimentos caiu para **7,29%**.

A leitura desses números demonstra que **o orçamento cresce em termos absolutos, mas a parcela destinada à ampliação da capacidade estatal diminui proporcionalmente**. O Estado movimenta mais recursos, mas uma fatia cada vez maior é utilizada para manter obrigações já existentes. Isso reduz a capacidade de financiar novas estruturas, modernizar serviços e enfrentar déficits acumulados em áreas como saúde, educação, segurança e infraestrutura.

Sob a perspectiva do controle externo, a questão central não é classificar as despesas correntes como negativas e os investimentos como positivos. Ambos são indispensáveis. Não basta construir um hospital se não houver recursos permanentes para contratar profissionais, adquirir medicamentos e realizar manutenção. Da mesma forma, não é sustentável consumir toda a arrecadação no custeio da estrutura existente sem reservar recursos para renovar equipamentos, expandir serviços e corrigir deficiências estruturais. Portanto, é necessário que sejam realizados investimentos estratégicos:



O desafio reside, portanto, no equilíbrio entre **manter o que já existe** e **criar capacidade para avançar**. Quando pessoal, previdência, contratos, custeio e demais obrigações permanentes crescem em ritmo igual ou superior ao das receitas, o espaço discricionário diminui. Nesse cenário, mesmo um Estado com arrecadação crescente e indicadores fiscais positivos pode enfrentar dificuldades para transformar recursos em novos investimentos e melhores serviços públicos, logo, é necessário **planejar os investimentos visando agregar valor e gerar impactos**.



PARTE III – A DÍVIDA PÚBLICA E A CAPACIDADE DE PAGAMENTO

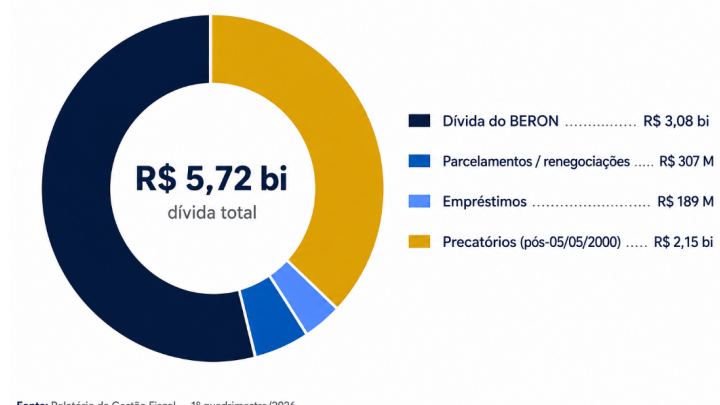
DÍVIDA CONSOLIDADA

A Dívida Consolidada Líquida representa o conjunto das obrigações financeiras assumidas pelo Estado perante terceiros, descontados os ativos financeiros considerados para efeito de apuração fiscal. Trata-se de um dos principais indicadores utilizados para avaliar a sustentabilidade das contas públicas, sendo monitorado permanentemente pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Assim como a arrecadação representa a capacidade do Estado de gerar recursos, o nível de endividamento demonstra sua capacidade de honrar compromissos financeiros no longo prazo. O Estado de Rondônia mantém baixo comprometimento de sua Receita Corrente Líquida com a dívida consolidada, preservando a capacidade de pagamento e acesso ao mercado de crédito em condições favoráveis.

O endividamento estadual corresponde a aproximadamente 2% da Receita Corrente Líquida, enquanto o limite legal fixado pelo Senado Federal alcança 200%. Os dados apresentados pelo Relatório de Gestão Fiscal (1º Quadrimestre/2026) demonstram que Rondônia possuía aproximadamente R\$ 5, 73 bilhões em dívida consolidada. Desse montante, cerca de R\$ 3, 57 bilhões correspondem à dívida contratual, enquanto aproximadamente R\$ 2,15 bilhões referem-se ao estoque de precatórios.

Raio-X da dívida consolidada — 1º quadrimestre de 2026



Fonte: Relatório de Gestão Fiscal — 1º quadrimestre/2026.

Dentro da dívida contratual, destaca-se o refinanciamento do antigo Banco do Estado de Rondônia (BERON), cujo saldo supera R\$ 3 bilhões, representando a maior parcela das obrigações financeiras do Estado. Além dessa dívida histórica, compõem o estoque estadual os parcelamentos firmados com a União, renegociações de débitos e operações de crédito contratadas para financiamento de investimentos públicos. Os precatórios, por sua vez, representam obrigações decorrentes de decisões judiciais definitivas, cujo pagamento é obrigatório e integra o passivo estadual.

A respeito da dívida contratual do BERON, o Poder Executivo Estadual aderiu ao Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (Propag.)¹, iniciativa federal que permite a renegociação das dívidas estaduais com a União em condições mais favoráveis. Com a adesão, Rondônia reduziu os juros da dívida de 4% ao ano para 0% ao ano, além de substituir a correção pela taxa Selic pela atualização pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Além da redução dos encargos da dívida, Rondônia passa a ter acesso aos recursos do Fundo de Equalização Federativa (FEF), com previsão de recebimento de aproximadamente R\$ 250 milhões já em 2026. Esses valores poderão ser aplicados em áreas estratégicas como educação, segurança pública, infraestrutura, habitação, saneamento e desenvolvimento regional.

¹ https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp212.htm

O QUE RONDÔNIA ASSUMIU COM O PROPAG

REMODELAGEM DO PASSIVO ESTADUAL

Repactuação de prazos, taxas e cronogramas de desembolso da dívida refinanciada junto ao Governo Federal.

COMPROMISSO COM A HIGHDEZ FISCAL

Adoção de diretrizes orçamentárias orientadas à estabilidade e à sustentabilidade das finanças públicas locais.

APORTES DIRECIONADOS

Aplicação compulsória de montante equivalente a percentual do saldo devedor atualizado em iniciativas estruturais e não continuadas.

REPASSES AO FEF

Aporte de recursos ao Fundo de Equalização Federativa (FEF), observando os parâmetros fixados na norma legal.

METAS NO ENSINO TÉCNICO

Expansão da oferta de vagas na Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EPTNM), segundo critérios do MEC.

ALGUMAS OBRIGAÇÕES DO ESTADO EM RAZÃO DO PROPAG

Aplicar, anualmente, percentual mínimo equivalente a 2% (dois por cento) do saldo atualizado da dívida refinanciada junto à União em áreas temáticas estratégicas definidas na legislação.

Destinar, igualmente, 2% (dois por cento) do saldo atualizado da dívida ao Fundo de Equalização Federativa (FEF), conforme critérios de distribuição estabelecidos em norma federal.

Aplicar os recursos provenientes do retorno do Fundo de Equalização Federativa (FEF), na realização anual de investimentos no próprio Estado em educação profissional técnica de nível médio (no mínimo 60%), nas universidades estaduais, em infraestrutura para universalização do ensino infantil e educação em tempo integral, e em ações de infraestrutura de saneamento, habitação, adaptação às mudanças climáticas, transportes ou segurança pública.

Cumpridos os 60% na educação profissional técnica de nível médio, os recursos serão liberados para as outras áreas livremente.

Comprovar o cumprimento das metas educacionais vinculadas à expansão da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, observada a metodologia oficial definida pelo Ministério da Educação (MEC).

EM SÍNTESE

O PROPAG reduz encargos da dívida, abre espaço fiscal e gera novos recursos para investimentos que transformam a vida da população e impulsionam o desenvolvimento de Rondônia.

Em suma, esse refinanciamento permite liberar recursos que atualmente são destinados ao serviço da dívida para financiar projetos estruturantes em áreas como infraestrutura, saúde, educação e segurança pública, porém, como contrapartida, positive obrigações que deverão ser pontualmente cumpridas pela gestão.

A CAPACIDADE DE PAGAMENTO DO ESTADO - CAPAG

A Capacidade de Pagamento (CAPAG) funciona como uma espécie de avaliação de crédito dos entes federativos. Assim como instituições financeiras analisam a capacidade de pagamento de pessoas e empresas antes da concessão de empréstimos, a União avalia a situação fiscal dos estados para definir sua elegibilidade à contratação de operações de crédito com garantia federal.

Em 2025, **Rondônia manteve a nota A**, a mais elevada classificação existente. Esse resultado demonstra que o Estado apresenta situação fiscal considerada excelente, reúne condições para contratar financiamentos em condições mais favoráveis e cumpre os principais requisitos exigidos pelo Tesouro Nacional, como regularidade das obrigações fiscais, observância da Lei de Responsabilidade Fiscal e capacidade comprovada de pagamento.

À primeira vista, a boa classificação obtida na CAPAG poderia levar à conclusão de que Rondônia dispõe de ampla liberdade para expandir políticas públicas. Contudo, essa interpretação seria incompleta. Existe uma diferença fundamental entre **capacidade de contratar empréstimos** e **capacidade de criar novas despesas permanentes**.

A primeira está relacionada à solvência financeira do Estado e à sua capacidade de pagamento. A segunda depende da existência de espaço orçamentário para suportar, de forma contínua, novas obrigações que permanecerão no orçamento por vários exercícios. É justamente nesse ponto que se encontra o principal paradoxo identificado pelo controle externo.

A MARGEM PARA EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO

Embora Rondônia possua baixo nível de endividamento e excelente classificação fiscal, a Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2027 estabelece que a **Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado (DOCC) é igual a zero**. Isso significa que qualquer nova despesa permanente (*como criação de cargos, reajustes salariais, ampliação de benefícios ou novos programas continuados*) somente poderá ser implementada caso seja integralmente compensada pelo aumento permanente de receitas ou pela redução equivalente de outras despesas.



Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado (DOCC)
É IGUAL A 0,00

Conforme a Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2027, Rondônia não possui espaço fiscal para criação ou ampliação de despesas permanentes.



Novas despesas permanentes só poderão ser implementadas se forem **integralmente compensadas** pelo aumento permanente de receitas ou pela redução equivalente de outras despesas.

- Criação de cargos
- Reajustes salariais
- Ampliação de benefícios
- Novos programas continuados

Fonte: LEI N° 6.465, DE 3 DE JULHO DE 2026

Em termos práticos, a situação pode ser comparada ao orçamento de uma família que possui excelente histórico de crédito junto aos bancos, mas cuja renda mensal já está integralmente comprometida com prestações, despesas fixas e contas permanentes. Ainda que consiga contratar novos financiamentos, essa família terá enorme dificuldade para assumir novas despesas mensais sem comprometer seu equilíbrio financeiro.

A boa capacidade de pagamento permite ao Estado captar recursos para construir hospitais, escolas, rodovias e demais obras estruturantes. Contudo, após concluídas, essas estruturas passam a exigir despesas permanentes com pessoal, manutenção, equipamentos, energia, medicamentos e custeio, portanto, é necessário planejamento responsável para qualquer decisão.

Assim, a sustentabilidade fiscal de Rondônia depende principalmente da capacidade de controlar o crescimento das despesas obrigatórias, preservar a margem fiscal e utilizar o crédito público como instrumento de desenvolvimento, e não como mecanismo de financiamento indireto de despesas correntes. É exatamente essa relação entre **dívida, capacidade de pagamento e espaço orçamentário** que definirá o grau de liberdade do próximo governo para transformar projetos em políticas públicas sustentáveis.

Encerrando-se o eixo fiscal, abaixo apresentam-se algumas decisões estratégicas que poderão auxiliar a próxima gestão do estado no direcionamento do controle do equilíbrio das contas públicas e preservação do equilíbrio fiscal.

A CAERD

A Companhia de Águas e Esgotos de Rondônia (CAERD) representa um dos desafios fiscais enfrentados pelo Estado. Os dados demonstram que o passivo da companhia apresentou crescimento expressivo nos últimos anos, passando de aproximadamente **R\$ 1,02 bilhão, em 2019**, para cerca de **R\$ 1,58 bilhão, em 2025**, o que representa uma elevação de **54,5%** no período.

Em 2026 a Companhia foi reconhecida oficialmente, por meio do Decreto nº 30.663, de 12 de Setembro de 2025, como empresa estatal dependente do estado de Rondônia. Isso significa que dívidas e os gastos da empresa passam a integrar diretamente o orçamento geral do Estado de Rondônia, pressionado ainda mais o orçamento estadual.

Ressalta-se que tanto no Processo n. 00144/24, quanto nas prestações de contas, o Tribunal de Contas acompanhou a situação deficitária estrutural da Companhia, que agora exerce pressão direta sobre o orçamento do Estado.

Sob a perspectiva de risco para gestão fiscal, a situação da CAERD produz dois tipos distintos de impacto sobre as contas públicas. O primeiro decorre das **obrigações anuais de custeio**, uma vez que as receitas próprias não são suficientes para manutenção e passam a exigir aportes permanentes do Tesouro Estadual. O segundo está relacionado ao **elevado passivo acumulado pela companhia (1,5bi – não auditado)**, cuja gestão passa a integrar as responsabilidades do Estado.

Diante desse cenário, a próxima gestão deverá tratar a situação da CAERD como uma prioridade da agenda fiscal do Estado.

Como medida de gestão fiscal, deve haver um **plano de gestão do passivo**, voltado à identificação, validação e revisão das obrigações registradas, de modo a assegurar que o montante efetivamente devido esteja adequadamente calculado e respaldado por documentação idônea. A validação do passivo constitui etapa fundamental para conferir maior segurança jurídica às decisões futuras, definir prioridades de pagamento, subsidiar eventuais negociações com credores e estabelecer um cronograma de amortização compatível com a capacidade financeira do Estado.

Paralelamente à gestão do passivo, a reestruturação da CAERD exige uma ampla **revisão de sua estrutura de custos operacionais**, pois a simples realização de aportes financeiros ou a renegociação das dívidas não será suficiente caso a empresa continue operando com despesas incompatíveis com sua capacidade de geração de receitas. A revisão dos custos deve, portanto, integrar um dos itens prioritários da próxima gestão.

PARTE IV- O PROGNÓSTICO

Abaixo são apresentadas, sob a perspectiva do controle externo, algumas ações que podem contribuir para a gestão fiscal do estado:

5 DECISÕES ESTRATÉGICAS DO GESTOR		AÇÃO PRINCIPAL	RESULTADO ESPERADO
1	 PLANEJAR COM DADOS E RESPONSABILIDADE Planejamento realista e baseado em evidências.	- Planejar receitas e despesas de forma realista. - Revisar metas e prioridades periodicamente. - Usar dados para decisões e alocação de recursos.	 Melhor alocação de recursos e cumprimento das metas fiscais.
2	 CONTROLAR E REDUZIR DESPESAS OBRIGATÓRIAS Ganho de eficiência para liberar recursos para investir.	- Rever estruturas e contratos. - Automatizar processos e ampliar digitalização. - Combater desperdícios e despesas desnecessárias.	 Mais eficiência, menos gastos e aumento do espaço fiscal.
3	 DIVERSIFICAR RECEITAS E FORTALECER ARRECADAÇÃO Menos dependência, mais estabilidade e autonomia.	- Ampliar base de arrecadação do ICMS. - Combater sonegação e inadimplência. - Atrair investimentos e novos negócios.	 Receitas mais estáveis, menos dependência de transferências.
4	 PROTEGER O ESPAÇO FISCAL E GERIR RISCOS Evitar surpresas e garantir sustentabilidade.	- Monitorar limites de pessoal, dívida e endividamento. - Avaliar impactos de novas despesas. - Manter reservas para imprevistos.	 Maior segurança fiscal e capacidade de investir mesmo em crises.
5	 PRIORIZAR INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS Investir no que gera impacto para a população.	- Selecionar projetos com maior retorno social e econômico. - Concluir obras estruturantes. - Avaliar resultados e reorientar investimentos.	 Mais obras, serviços e oportunidades para transformar a vida da população.

EIXO 3

Previdência e Militares

Fonte: relatórios de avaliação atuarial, plano de amortização, LDO 2027.

PARTE I- O DÉFICIT DA PREVIDÊNCIA

A análise da dívida pública demonstra que Rondônia apresenta baixos níveis de endividamento e elevada capacidade de pagamento. Entretanto, a sustentabilidade fiscal do Estado não pode ser avaliada apenas pelos indicadores previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal. Existe um componente de grande relevância que, embora não produza impactos imediatos sobre os limites legais de endividamento, exerce pressão crescente sobre o orçamento estadual: **o déficit previdenciário.**

A previdência dos servidores públicos possui características distintas das demais despesas correntes. Enquanto despesas como investimentos, aquisição de equipamentos ou parte do custeio podem ser ajustadas ao longo do tempo, os benefícios previdenciários decorrem de direitos já constituídos e possuem natureza obrigatória. Isso significa que aposentadorias e pensões continuarão sendo pagas independentemente do comportamento da arrecadação ou da situação econômica do Estado. Por essa razão, o déficit previdenciário representa uma obrigação permanente, **cuja tendência é crescer** à medida que aumenta o número de beneficiários e se amplia a diferença entre as contribuições arrecadadas e os benefícios pagos.

A cada exercício financeiro, os recursos que não são suficientes para custear aposentadorias e pensões precisam ser complementados pelo Tesouro Estadual (Plano de Amortização), **reduzindo a disponibilidade financeira para outras políticas públicas.**

É justamente por essa razão que entendemos que a previdência é um dos principais riscos fiscais do Estado. Embora Rondônia apresente reduzido comprometimento de sua Receita Corrente Líquida com a dívida consolidada e permaneça abaixo dos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, **o déficit previdenciário não integra o cálculo desses limites.** Em outras palavras, um Estado pode apresentar baixo nível de endividamento formal e, ao mesmo tempo, possuir um passivo previdenciário capaz de comprometer significativamente sua sustentabilidade fiscal no longo prazo.



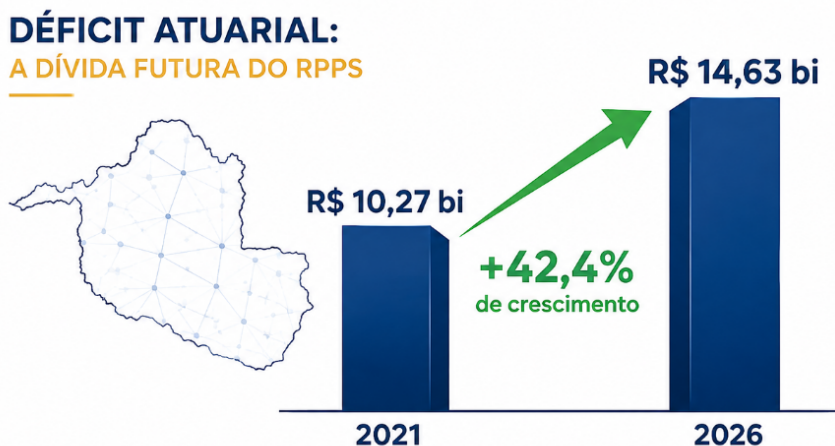
Essa distinção é fundamental para compreender a situação de Rondônia. Os indicadores utilizados para avaliar a capacidade de pagamento refletem principalmente a relação entre a dívida financeira e a Receita Corrente Líquida. Entretanto, eles não capturam integralmente as pressões decorrentes das despesas previdenciárias futuras, que continuarão exigindo aportes crescentes do Tesouro Estadual ao longo dos próximos anos.

O déficit previdenciário deve ser compreendido como um **passivo estrutural**. Diferentemente de uma despesa extraordinária, ele não desaparece com o encerramento de um exercício financeiro, mas **acompanha o Estado por muitos anos**, exigindo recursos permanentes para sua cobertura. Sua relevância decorre justamente do fato de limitar, de forma silenciosa, a capacidade de expansão das políticas públicas.



O VALOR DO DÉFICIT DA PREVIDÊNCIA

No estado de Rondônia, os dados da avaliação atuarial demonstram que esse passivo vem crescendo de forma significativa. Em apenas cinco anos, o déficit atuarial passou de **R\$ 10,27 bilhões, em 2021, para R\$ 14,63 bilhões em 2026**, representando um crescimento de **42,4%**, equivalente a mais de **R\$ 4 bilhões** adicionados ao passivo previdenciário do Estado.



O déficit atuarial (a dívida futura projetada) deu um salto de mais de **R\$ 4 bilhões** em apenas 5 anos.



Fonte: Relatório de Avaliação Atuarial - 2021 e 2026.

O PLANO DE AMORTIZAÇÃO

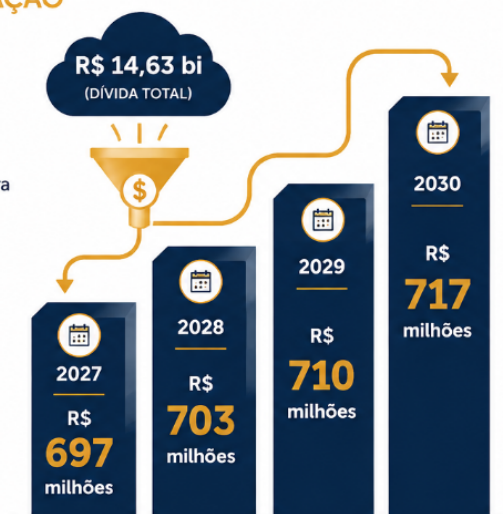
Com o objetivo de assegurar o equilíbrio financeiro do regime, Rondônia instituiu, por meio da Lei nº 5.111/2021, um **Plano de Amortização** destinado à cobertura desse déficit atuarial. Na prática, trata-se de uma obrigação legal que reserva parcelas anuais do orçamento exclusivamente para reduzir essa dívida previdenciária ao longo do tempo. Somente entre **2027 e 2030**, estão previstos aportes de aproximadamente **R\$ 697 milhões, R\$ 703 milhões, R\$ 710 milhões e R\$ 717 milhões**, totalizando cerca de **R\$ 2,82 bilhões** nos quatro primeiros anos da próxima gestão. Esses recursos possuem destinação específica, não podem ser remanejados para outras políticas públicas e seu não recolhimento agrava ainda mais o déficit atuarial.

PREVIDÊNCIA:

PLANO DE AMORTIZAÇÃO

Com o objetivo de assegurar o equilíbrio financeiro do regime, Rondônia instituiu, por meio da **Lei nº 5.111/2021**, um Plano de Amortização destinado à cobertura desse déficit atuarial.

Na prática, trata-se de uma obrigação legal que reserva parcelas anuais do orçamento exclusivamente para reduzir essa dívida previdenciária ao longo do tempo.



SOMENTE ENTRE 2027 E 2030
APORTES DE APROXIMADAMENTE
R\$ 2,82 BILHÕES
NOS QUATRO PRIMEIROS
ANOS DA PRÓXIMA GESTÃO.



Esses recursos possuem **destinação específica**, não podem ser remanejados para outras políticas públicas.



Seu não recolhimento **agrava ainda mais** o déficit atuarial.

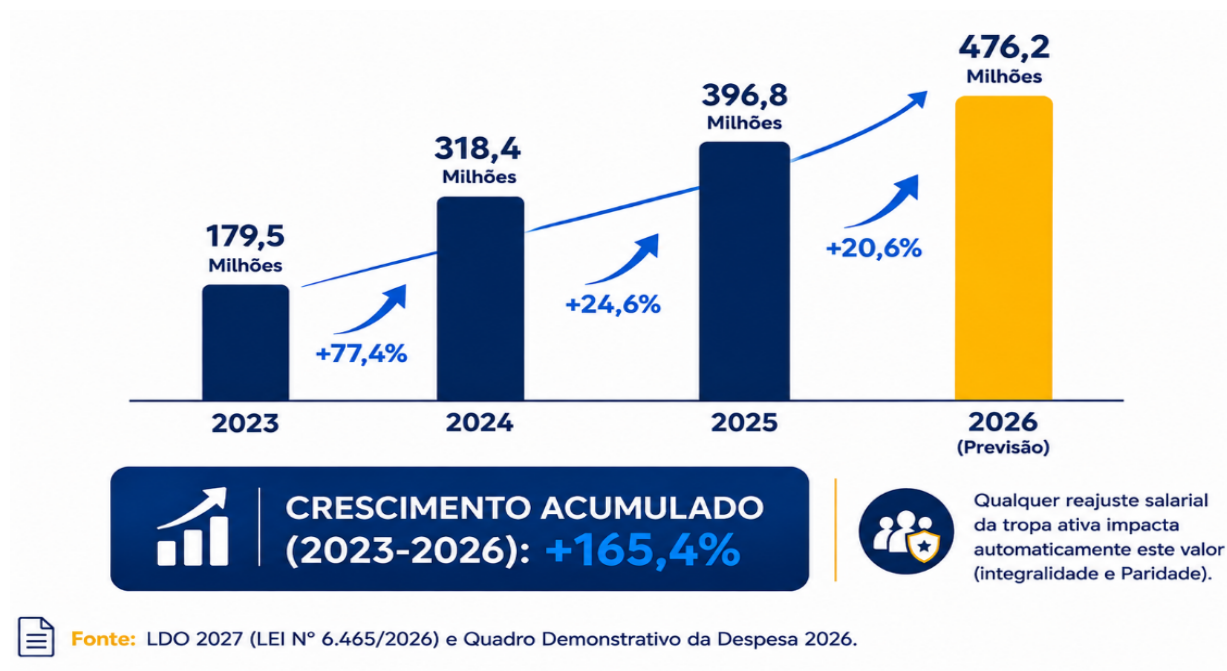
Fonte: <https://transparencia.iperon.ro.gov.br/modulos/avaliacao-atuarial/relatorios-de-avaliacao-atuarial>

PARTE II - O SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL DOS MILITARES

A previdência civil não representa a única pressão previdenciária existente sobre o orçamento estadual. A apresentação evidencia um segundo componente que tende a assumir relevância crescente nos próximos anos: **o Sistema de Proteção Social dos Militares**.

Ao contrário do regime próprio dos servidores civis, o sistema de proteção dos militares **não possui fundo previdenciário acumulado**. As despesas com inativos e pensionistas militares são custeadas diretamente pelo Tesouro Estadual, ou seja, cada aumento dessas despesas produz impacto imediato sobre o fluxo de caixa do Estado.

Os números revelam a intensidade dessa tendência. As despesas projetadas com o Sistema de Proteção Social dos Militares evoluem de **R\$ 179,5 milhões em 2023 para R\$ 476,2 milhões em 2026**, representando um crescimento acumulado de **165,4%** em apenas quatro anos. Esse comportamento decorre principalmente de alterações no plano de cargos e carreiras, envelhecimento da tropa, do aumento do número de beneficiários e das regras específicas de integralidade e paridade aplicáveis aos militares estaduais.



Sob a perspectiva do planejamento fiscal, esse cenário produz aquilo que a apresentação denomina de **dupla pressão sobre o fluxo de caixa estadual**. De um lado, o Estado deverá cumprir os aportes obrigatórios previstos no Plano de Amortização da previdência civil, preservando o equilíbrio atuarial do regime próprio. De outro, continuará financiando diretamente, com recursos do Tesouro, o crescimento acelerado das despesas do Sistema de Proteção Social dos Militares, que não dispõe de patrimônio acumulado para suportar seus pagamentos.

PARTE III – O PROGNÓSTICO

Abaixo são apresentadas, sob a perspectiva do controle externo, algumas ações que podem contribuir para a gestão do déficit da previdência do estado:

3 DECISÕES ESTRATÉGICAS PARA ENFRENTAR O DÉFICIT DA PREVIDÊNCIA EM RONDÔNIA		AÇÃO PRINCIPAL	RESULTADO ESPERADO
1	 FORTELECER A GESTÃO ATUARIAL E A GOVERNANÇA DO RPPS Aprimorar a gestão técnica e a governança do regime próprio para garantir sustentabilidade de longo prazo.	- Atualizar e revisar periodicamente as avaliações atuariais e os cenários de longo prazo. - Aprimorar o monitoramento dos indicadores de sustentabilidade e de risco fiscal. - Fortalecer a governança, o controle interno e a transparência das informações previdenciárias. Capacitar continuamente as equipes técnicas do RPPS.	 Gestão mais técnica, transparente e eficiente, com decisões baseadas em evidências, aumentando a sustentabilidade do regime.
2	 EQUILIBRAR RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS Adotar medidas estruturantes para reduzir o déficit atuarial e assegurar o equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS.	- Revisar e ajustar parâmetros do plano de custeio com base em estudos técnicos. - Promover o equilíbrio entre receitas e despesas, garantindo o repasse integral das contribuições. - Avaliar medidas que ampliem receitas e racionalizem despesas previdenciárias. - Manter o cumprimento rigoroso do plano de amortização do déficit atuarial.	 Redução gradual do déficit previdenciário, maior equilíbrio fiscal e garantia do pagamento dos benefícios atuais e futuros.
3	 PROMOVER COMUNICAÇÃO, TRANSPARÊNCIA E EDUCAÇÃO PREVIDENCIÁRIA Fortalecer o diálogo com segurados e sociedade, promovendo cultura previdenciária e engajamento.	- Ampliar a transparência ativa sobre receitas, despesas e situação atuarial do RPPS. - Desenvolver ações de educação previdenciária para servidores ativos, aposentados e pensionistas. - Manter diálogo permanente com representantes de servidores e órgãos de controle. Comunicar de forma clara os desafios e as soluções necessárias à sustentabilidade do regime.	 Maior compreensão e apoio da sociedade e dos servidores, fortalecendo a legitimidade das medidas e a sustentabilidade do regime no longo prazo.

EIXO 4

Saúde

Fonte: processos de controle externo; registros SEI

Este é o eixo tem como objetivo consolidar, de forma contextualizada, os principais desafios estruturais da política pública de saúde em Rondônia, com base em dados oficiais do IBGE e da AGEVISA (Agência Estadual de Vigilância em Saúde). A proposta é oferecer aos futuros gestores estaduais um panorama, acompanhado de reflexões sobre possíveis caminhos de solução, permitindo que propostas de governo sobre a saúde que serão construídas em 2026 sejam pautadas por evidências.

PARTE I - A SITUAÇÃO ATUAL DA SAÚDE EM RONDÔNIA

EXPECTATIVA DE VIDA

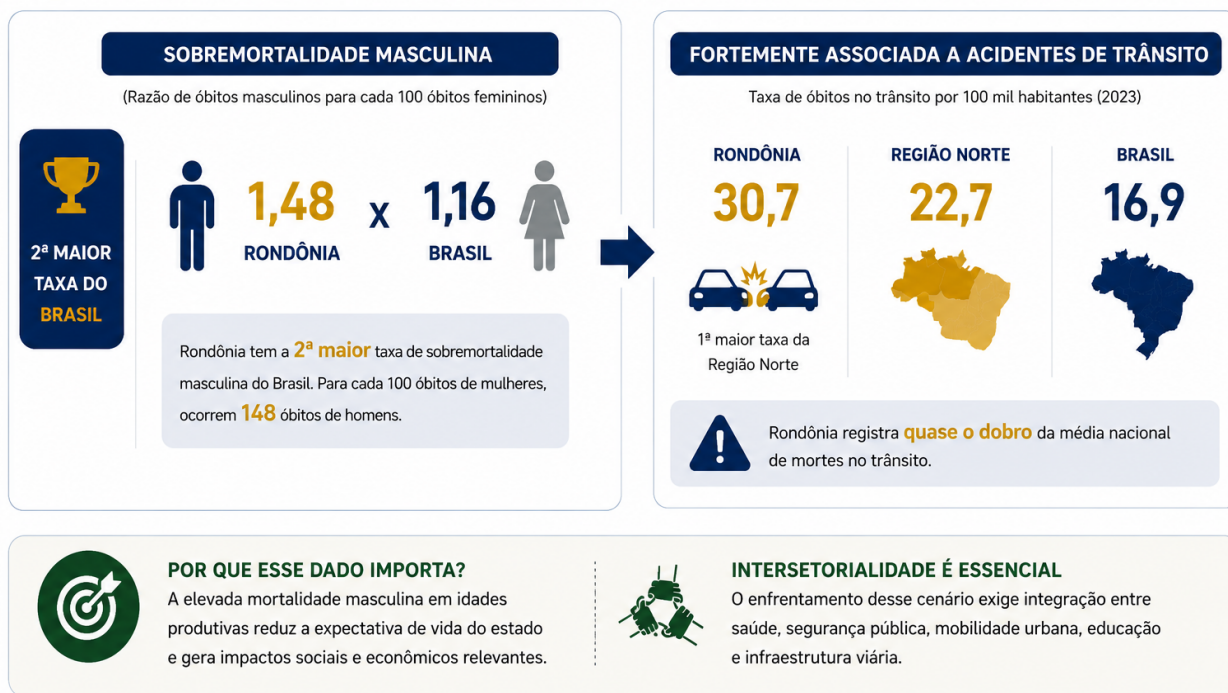
A expectativa de vida ao nascer em Rondônia é de **72,79 anos**, contra uma média nacional de **77,60 anos**, uma diferença de quase 5 anos abaixo da média do país. O estado ocupa a **terceira pior posição entre os estados brasileiros**, conforme o IBGE – Tábua completa de mortalidade 2024.



SOBRE MORTALIDADE MASCULINA:

Rondônia apresenta a segunda maior taxa de sobre mortalidade masculina do Brasil, com uma razão de 1,48, ou seja, para cada 100 óbitos de mulheres, ocorrem 148 óbitos de homens. A

média brasileira é de 1,16. Este dado está fortemente relacionado à violência no trânsito, já que a taxa de óbitos no trânsito em Rondônia atingiu 30,7 por 100 mil habitantes em 2023, superior tanto à média da região Norte (22,7) quanto à média nacional (16,9) Saúde. Fonte: Observatório de Segurança no Trânsito 2023- DETRAN/RO e Atlas da Violência 2023 – IPEA.



Este dado revela que a política de saúde em Rondônia não pode ser pensada isoladamente da política de segurança viária e mobilidade urbana. A alta mortalidade masculina prematura, associada a acidentes de trânsito, é uma questão intersetorial que exige diálogo entre secretarias de saúde, segurança pública, infraestrutura e departamento de trânsito.



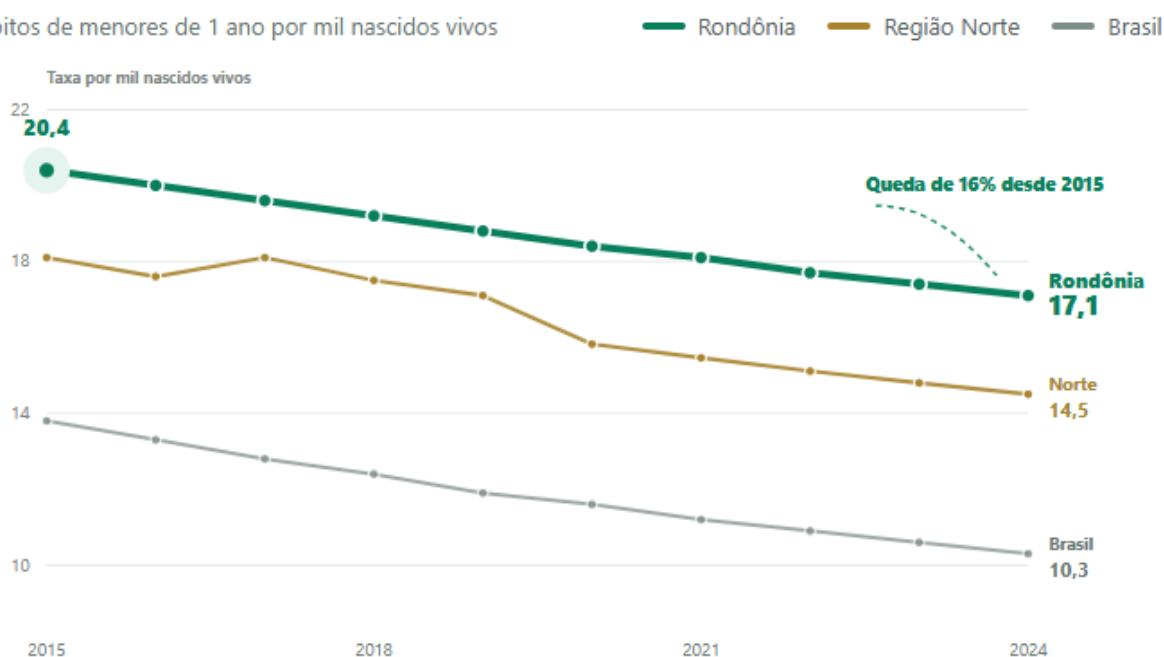
MORTALIDADE INFANTIL: UM RETRATO ALARMANTE

Segundo dados do IBGE referentes ao exercício de 2024, a taxa de mortalidade infantil em Rondônia, que mede o percentual de crianças que não completam 1 ano de vida é de 17,1%. Este número posiciona o estado como o segundo pior do Brasil, ficando atrás apenas do Amapá. A redução observada entre 2015 e 2024 não foi suficiente para eliminar a diferença estrutural em relação ao Brasil. O estado encerrou 2024 com 17,1 óbitos de menores de 1 ano por mil nascidos vivos.

66%

acima da média nacional em 2024

Óbitos de menores de 1 ano por mil nascidos vivos



A mortalidade infantil é considerada internacionalmente um dos principais indicadores da efetividade dos sistemas de saúde. Sua relevância decorre do fato de refletir simultaneamente diversos componentes da assistência materno-infantil, a vacinação, o saneamento básico e as condições socioeconômicas da população.

TAXA DE MORTALIDADE NEONATAL E MATERNA: MORTES EVITÁVEIS

A política de atenção materno-infantil representa um dos principais indicadores da capacidade de resposta do sistema de saúde. A qualidade do pré-natal, do parto e da assistência neonatal determina não apenas a sobrevivência de mães e crianças, mas também o desenvolvimento humano e social do estado.

Em Rondônia, os indicadores analisados, com base nos dados da AGEVISA – Agência Estadual de Vigilância em Saúde, revelam que parte significativa das mortes maternas e neonatais permanece associada a causas evitáveis, evidenciando fragilidades que atravessam toda a linha de cuidado: atenção primária, acesso ao diagnóstico, infraestrutura hospitalar e regionalização da assistência.

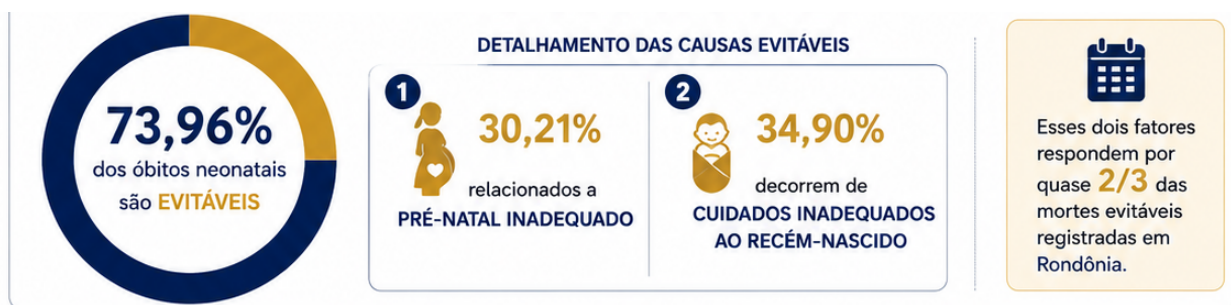
Mortalidade Neonatal: quando a assistência falha no início da vida

A mortalidade neonatal também apresenta cenário crítico. Em 2025, Rondônia registrou 8,54 óbitos para cada mil nascidos vivos, enquanto a meta brasileira dos ODS estabelece o máximo de 5 óbitos por mil nascidos vivos até 2030.



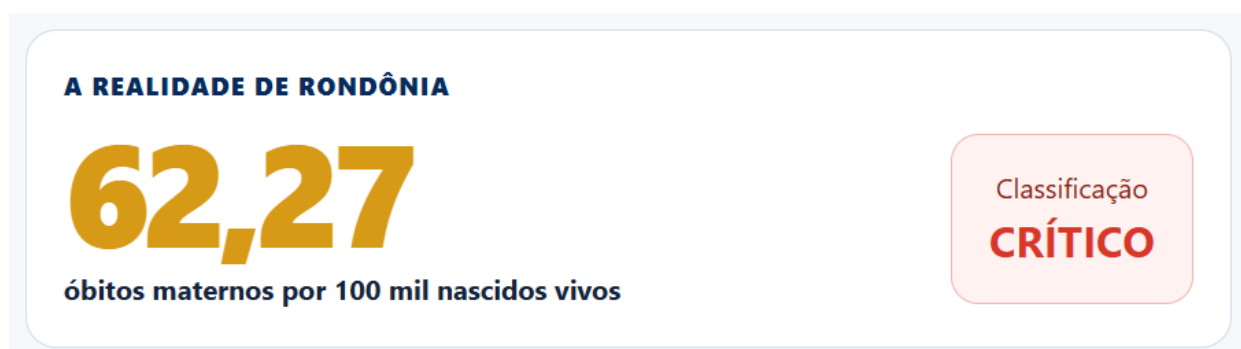
Embora a taxa seja inferior à observada duas décadas atrás, permanece acima do parâmetro nacional esperado e revela que a redução dos óbitos neonatais ainda representa um desafio estrutural para a rede pública.

Os dados demonstram que a maior parte dos óbitos neonatais não ocorre por doenças inevitáveis. Ela decorre de falhas sucessivas ao longo da gestação, incluindo: identificação tardia de gestantes de risco; ausência de exames essenciais; atraso no tratamento; assistência inadequada ao recém-nascido. Em outras palavras, muitas mortes ocorrem porque o sistema não consegue interromper a cadeia de eventos que leva ao agravamento clínico.

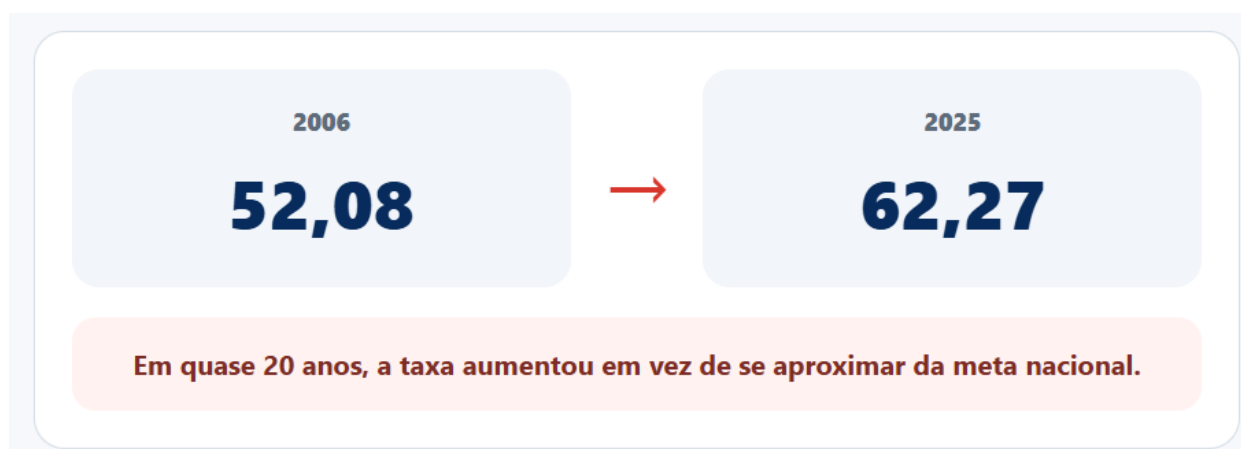


Mortalidade Materna: um retrocesso histórico na proteção à vida das gestantes

Rondônia registrou em 2025 uma taxa de 62,27 óbitos maternos por 100 mil nascidos vivos, mais que o dobro da meta brasileira dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que estabelece o máximo de 30 mortes por 100 mil nascidos vivos até 2030. O desempenho estadual é classificado como crítico.



Mais preocupante do que o valor absoluto é sua trajetória histórica. Em 2006, Rondônia registrava 52,08 óbitos por 100 mil nascidos vivos.



Após quase duas décadas, o estado encerra 2025 com uma taxa ainda maior (62,27), demonstrando que a política pública não conseguiu consolidar uma tendência sustentável de

redução da mortalidade materna. A maioria dessas mortes pode ser evitada quando o pré-natal é iniciado precocemente, os exames essenciais são ofertados em tempo oportuno e existe acesso rápido à assistência obstétrica especializada.

35,71% dos óbitos maternos estão associados a causas evitáveis.



Hipertensão



Diabetes



Infecções urinárias

Parte significativa das causas das mortes maternas são doenças que podem ser identificadas e tratadas durante o pré-natal quando existe acesso oportuno aos exames e acompanhamento adequado. Assim, a mortalidade materna representa um indicador da capacidade do sistema de saúde em identificar precocemente gestantes de risco.

Por que a mortalidade materna importa?

Além da perda irreparável de vidas, a morte materna produz impactos permanentes para as famílias e para o próprio Estado.

Diversos estudos demonstram que filhos de mulheres que morrem durante a gestação ou no puerpério apresentam maior risco de abandono escolar, insegurança alimentar, vulnerabilidade social e mortalidade infantil.

O pré-natal: a porta de entrada que não consegue proteger

A literatura internacional considera o pré-natal o principal instrumento para redução da mortalidade materna e neonatal. Entretanto, os indicadores de Rondônia, conforme os dados da AGEVISA, revelam importantes fragilidades. Em 2025 um total de 1.250 gestantes não realizaram nenhuma consulta de pré-natal; 2.880 gestantes iniciaram o acompanhamento após a 12ª semana gestacional; apenas 75,59% iniciaram o pré-natal no período recomendado.

GESTANTES SEM NENHUMA CONSULTA



1.250
gestantes

INÍCIO TARDIO DO PRÉ-NATAL



2.880
gestantes

Início após a
12ª semana

INÍCIO NO PERÍODO RECOMENDADO



75,59%
das gestantes

Início até a
12ª semana

Esses números significam que milhares de gestantes permanecem semanas ou meses sem qualquer avaliação clínica, justamente no período em que doenças potencialmente graves poderiam ser diagnosticadas.

Mesmo quando a gestante consegue acessar o pré-natal, persistem limitações importantes na capacidade diagnóstica do SUS. As pesquisas identificaram insuficiência na oferta de exames fundamentais, especialmente urocultura e ultrassonografia obstétrica.

Até o final de 2025, por exemplo, o exame de urocultura não era disponibilizado pelo SUS em Porto Velho, apesar de sua importância para identificação de infecções urinárias relacionadas ao aumento da mortalidade materna e neonatal.

Como consequência, a maior parte das gestantes precisou recorrer ao setor privado para realização dos exames, conforme pesquisa realizada pela Fiocruz em parceria com este Tribunal de Contas. Essa dependência financeira cria uma desigualdade importante: quem possui recursos consegue completar a investigação diagnóstica; quem depende exclusivamente do SUS permanece mais exposto a complicações evitáveis.

EXAMES ESSENCIAIS COM OFERTA INSUFICIENTE



UROCULTURA

Até o final de 2025, não era disponibilizada pelo SUS em Porto Velho, apesar de sua importância para diagnóstico de infecções urinárias.



ULTRASSONOGRRAFIA OBSTÉTRICA

Oferta insuficiente no SUS, obrigando gestantes a recorrerem ao setor privado.



58%

das gestantes
recorrem ao
setor privado
para realizar exames.



DESGUALDADE DENTRO DO SUS

Quem tem recursos
complementa o cuidado.
Quem não tem, permanece
mais exposto a
complicações evitáveis.

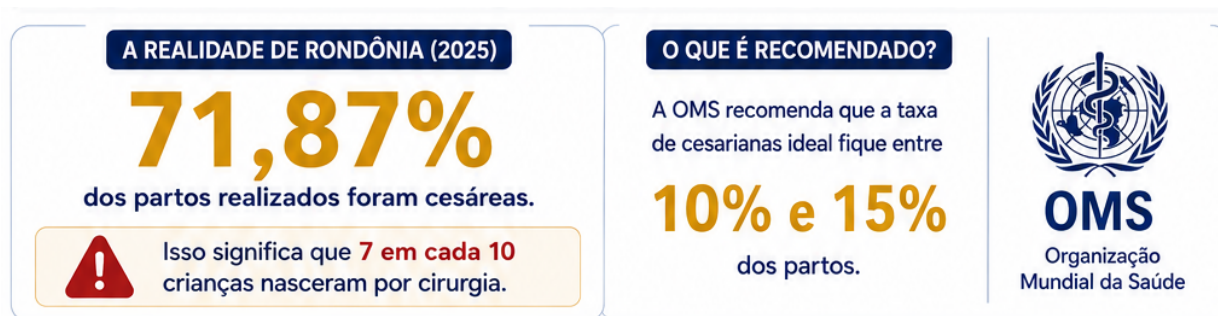
Além disso, a classificação de Rondônia quanto ao número total de consultas é muito ruim, conforme metodologia da SEPEPP deste Tribunal de Contas. O que demonstra uma fragilidade, visto também a associação à baixa oferta de exames laboratoriais e de imagem indispensáveis ao adequado acompanhamento da gestação. Esse cenário dificulta a identificação precoce de

intercorrências maternas e fetais, compromete a continuidade do cuidado e evidencia limitações na efetivação da assistência pré-natal em conformidade com os parâmetros recomendados pelo Ministério da Saúde.

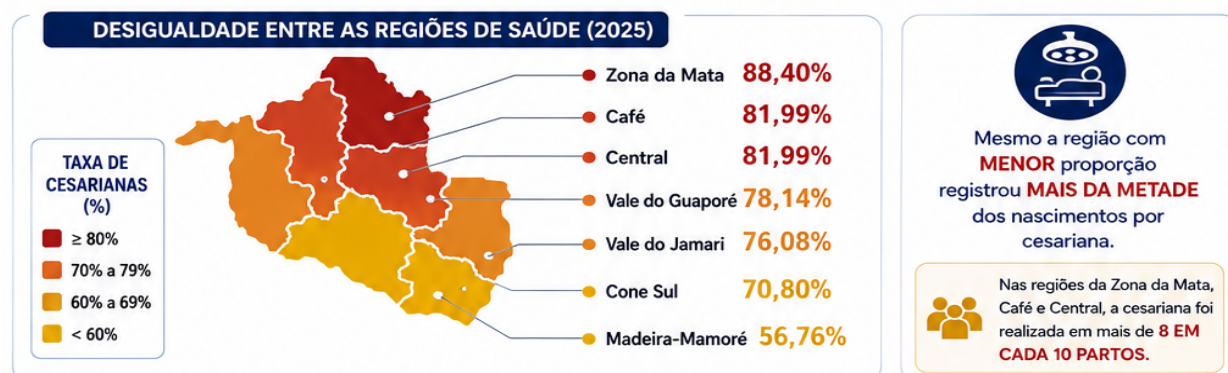
Taxa de cesarianas: quando a cirurgia deixa de ser exceção

A cesariana é um procedimento essencial e capaz de salvar vidas quando existe indicação clínica. O problema surge quando ela deixa de ser utilizada como recurso necessário e passa a representar o padrão predominante de nascimento.

Em Rondônia, 71,87% dos partos realizados em 2025 ocorreram por cesariana. Isso significa que aproximadamente sete em cada dez crianças nasceu por meio de procedimento cirúrgico, em detrimento do parto vaginal.



O levantamento dos dados da AGEVISA analisados pelo TCE registra crescimento considerável da proporção de cesarianas ao longo dos últimos anos. Além disso, se verifica diferenças regionais na adoção de procedimento cirúrgico para os nascimentos:



Essa distribuição sugere que a elevada utilização da cirurgia não está relacionada apenas às condições clínicas individuais das gestantes. Ela pode também refletir diferenças na organização

dos serviços, nos modelos assistenciais, na disponibilidade de equipes, na cultura institucional das maternidades e no processo de decisão sobre a via de parto.

A elevada taxa de cesarianas não pode ser interpretada apenas como uma questão de escolha entre parto vaginal e cirurgia.

Em Rondônia, muitas gestantes chegam ao final da gravidez com fatores de risco que poderiam ter sido identificados e tratados anteriormente. O início tardio do pré-natal, a ausência de consultas, a oferta insuficiente de exames e as dificuldades de acesso à atenção especializada podem contribuir para que situações inicialmente manejáveis evoluam para quadros obstétricos mais complexos.



A redução da taxa de cesarianas não deve ser conduzida como uma imposição quantitativa aplicada indistintamente a todas as gestantes. O objetivo da política pública deve ser assegurar a via de nascimento mais segura para cada gestante e cada bebê, com base em indicação clínica, boas práticas assistenciais e decisão informada. A taxa de cesarianas precisa ser interpretada dentro do conjunto de fragilidades da política materno-infantil.

Em 2025, Rondônia também apresentava, 11,4% de prematuridade, indicador classificado como muito ruim; dificuldades de acesso oportuno ao pré-natal; oferta insuficiente de exames essenciais; elevada proporção de óbitos maternos e neonatais evitáveis; concentração territorial dos serviços especializados; baixa taxa de quantitativo de leitos UTI Neonatal.

A infraestrutura também produz mortalidade

As limitações da política materno-infantil não decorrem apenas da atenção básica. A estrutura hospitalar também apresenta importantes vazios assistenciais. Em dezembro de 2025, conforme dados do CNES-DataSUS, Rondônia possuía apenas 31 leitos de UTI neonatal SUS, todos concentrados em Porto Velho.



A concentração de leitos de UTI neonatal obriga gestantes e recém-nascidos de alto risco a percorrerem centenas de quilômetros em busca de atendimento especializado. Os levantamentos do TCE identificaram deslocamentos superiores a 600 km para acesso aos leitos públicos de terapia intensiva neonatal em municípios do Cone Sul.



Essa realidade demonstra que o problema não se concentra apenas na falta de leitos, mas abrange também a distribuição territorial da rede. Quando o atendimento depende de longos deslocamentos, reduz-se o tempo disponível para intervenções críticas e aumentam-se os riscos de agravamento clínico durante o transporte.

Reorganização da Rede Materno-Infantil

Os indicadores apresentados ao longo deste diagnóstico demonstram que a elevada mortalidade materna e neonatal em Rondônia decorre da combinação de fragilidades distribuídas por toda a linha de cuidado.

As dificuldades começam ainda na Atenção Primária, com início tardio do pré-natal, número insuficiente de consultas e limitações na oferta de exames essenciais. Ao longo da gestação, essas fragilidades dificultam a identificação precoce de hipertensão, diabetes, infecções urinárias e outras condições que aumentam o risco obstétrico. Na assistência ao parto, observa-se elevada proporção de cesarianas, enquanto, após o nascimento, a insuficiência e a concentração regional dos leitos de UTI neonatal impõem longos deslocamentos para recém-

nascidos em situação crítica. Esse conjunto de fatores ajuda a explicar por que Rondônia ainda apresenta taxas elevadas de mortalidade materna e neonatal, mesmo quando parcela expressiva desses óbitos é considerada evitável. Entretanto, o diagnóstico também evidencia que existem oportunidades concretas para reverter esse cenário.

PROGNÓSTICO

Grande parte das medidas necessárias está diretamente relacionada às atribuições do Governo do Estado como coordenador da Rede de Atenção Materno-Infantil, responsável pelo **planejamento regional, pela organização da assistência de média e alta complexidade e pelo apoio técnico aos municípios.**

Rondônia dispõe hoje de uma oportunidade estratégica para reorganizar sua rede materno-infantil, no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) – Maternidades, para o qual já foi autorizado o Termo de Parceria com o Ministério da Saúde, com **R\$ 60 milhões em recursos federais garantidos** para a construção **da Maternidade de Alto Risco da Macrorregião II (Ji-Paraná)**. Além disso, Rondônia participou do Projeto de Cooperação Técnica (UNOPS/23234) junto ao Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos, cujo produto foi a conclusão de um projeto executivo para construção de Maternidade de Alto Risco da Macrorregião II (Porto Velho), para o qual é necessário buscar financiamento. Fonte: SEI-RO 0036.038975/2023-06 e 0036.014225/2026-83.

A combinação entre o investimento federal já previsto que resultará em ampliação da infraestrutura hospitalar, aliado à reorganização da rede assistencial, fortalecimento da atenção primária, e à gestão orientada por evidências pode produzir ganhos expressivos na redução da mortalidade materna e neonatal nos próximos anos. Ao Estado cabem competências relacionadas à regulação assistencial, monitoramento, avaliação, apoio técnico aos municípios e coordenação dos fluxos regulatórios.



Em Rondônia, a política de atenção pré-natal enfrenta alguns desafios estruturais, que comprometem a equidade e a resolutividade da assistência a gestantes e recém-nascidos no Estado. O enfrentamento desses desafios é uma responsabilidade da alta gestão estadual.

As ações prioritárias do Estado para transformar essa realidade devem fazer parte da agenda estratégica do governo.





PARTE II – DESAFIO: GOVERNANÇA DA SESAU

PLANEJAMENTO, GESTÃO E CONTINUIDADE COMO FUNDAMENTOS PARA UMA REDE DE SAÚDE EFICIENTE

A qualidade da assistência prestada à população depende diretamente da capacidade de gestão do sistema de saúde. Hospitais, unidades de saúde, serviços especializados e profissionais de saúde somente conseguem oferecer atendimento contínuo quando existem planejamento, financiamento adequado, processos administrativos organizados e contratos executados de forma previsível.

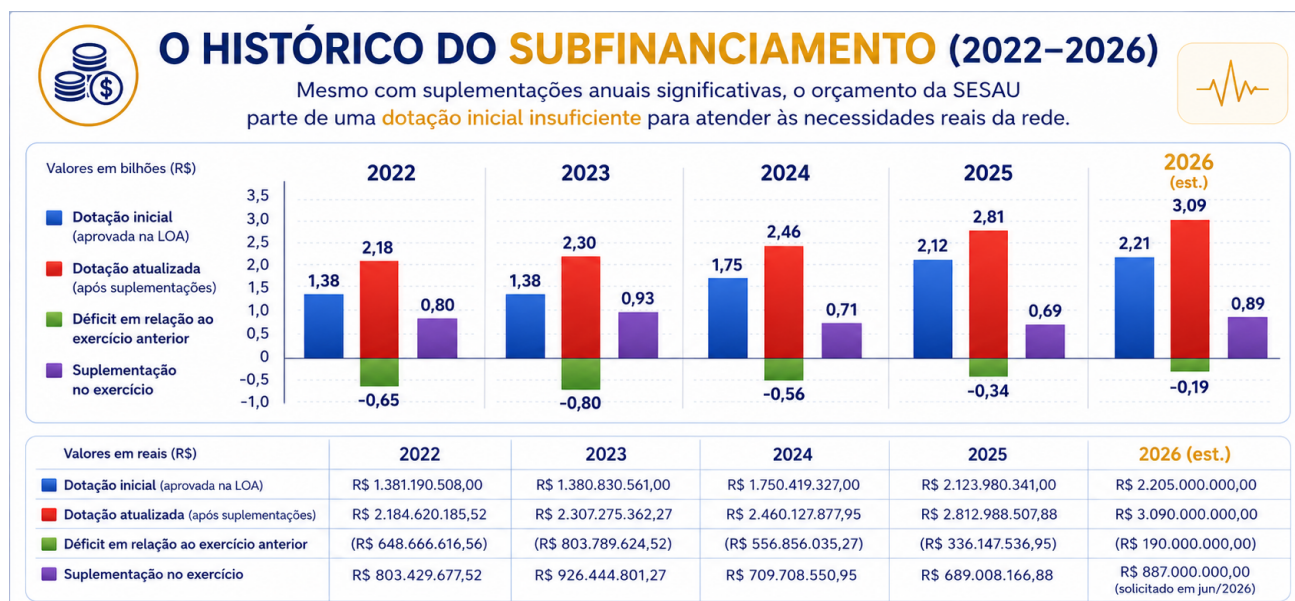
As evidências do controle externo demonstram que parte das dificuldades enfrentadas pela rede estadual de saúde decorre em grande medida da forma como os recursos são planejados, organizados e executados. Em outras palavras, a governança da Secretaria de Estado da Saúde (SESAU) constitui um dos principais determinantes da capacidade do Estado em transformar orçamento público em serviços efetivos para a população.

Os desafios da saúde pública normalmente são percebidos pela população nas filas, na demora por cirurgias, na falta de medicamentos ou na interrupção de serviços. Entretanto, esses problemas geralmente têm origem muito antes de chegarem ao paciente. Grande parte deles nasce nas etapas de planejamento, elaboração do orçamento, contratação de serviços, gestão dos contratos e organização administrativa da Secretaria de Saúde. Quando essas etapas deixam de funcionar de forma integrada, o impacto é sentido em toda a rede assistencial.

NECESSIDADE DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO REALISTA

O Tribunal de Contas, nas avaliações das prestações de contas anuais, diagnosticou que, ao longo dos últimos exercícios, o orçamento inicial da SESAU foi elaborado com valores inferiores às necessidades efetivas de funcionamento da rede estadual.

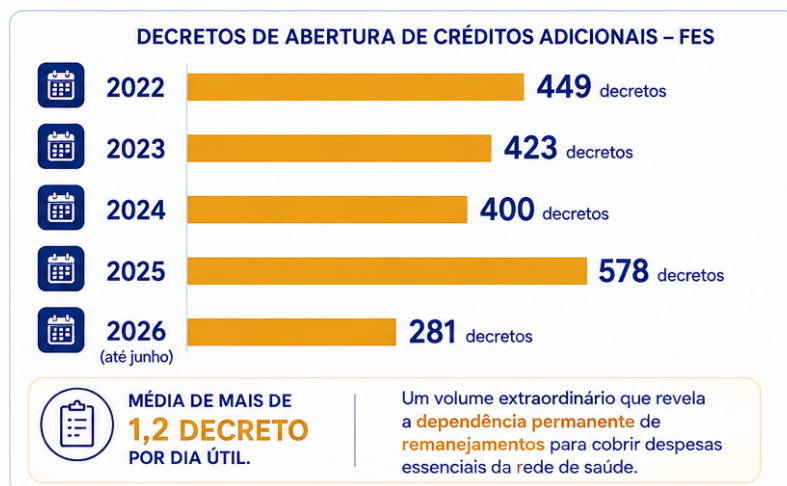
Como consequência, tornou-se necessária a abertura sucessiva de créditos adicionais para garantir a continuidade dos serviços.



Os dados de 2026 são estimativas, com base nos documentos oficiais. As informações foram extraídas diretamente da contabilidade do Estado (sistema Diverport) e do Sistema SEI.

Verifica-se que o déficit se repete ano após ano porque o orçamento inicial não reflete a demanda real da rede de saúde.

Esse modelo produz um ciclo permanente de gestão reativa. Em vez de concentrar esforços na expansão e qualificação da assistência, parte significativa da estrutura administrativa passa a atuar continuamente na recomposição do orçamento. As informações coletadas pelo Tribunal demonstram a expressividade dessa movimentação de créditos:



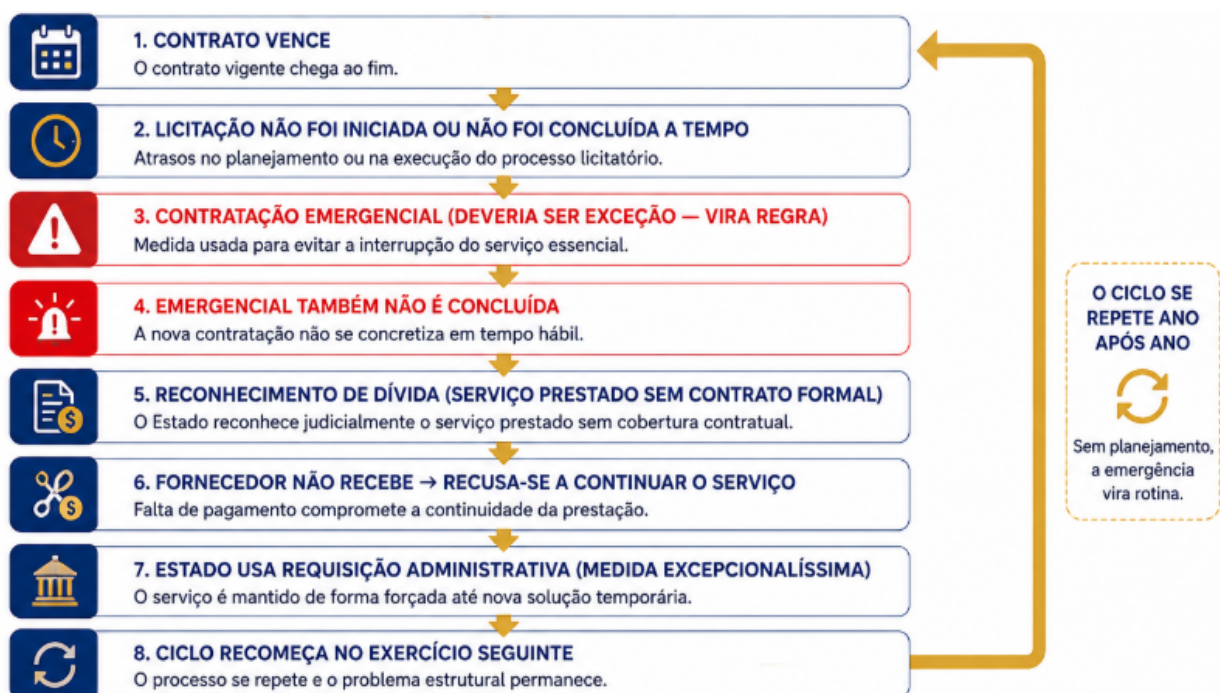
Embora os créditos adicionais sejam instrumentos legítimos da administração pública, sua utilização recorrente para custear despesas previsíveis reduz a capacidade de planejamento e aumenta a complexidade da gestão financeira.



Falta de Gestão contratual preventiva

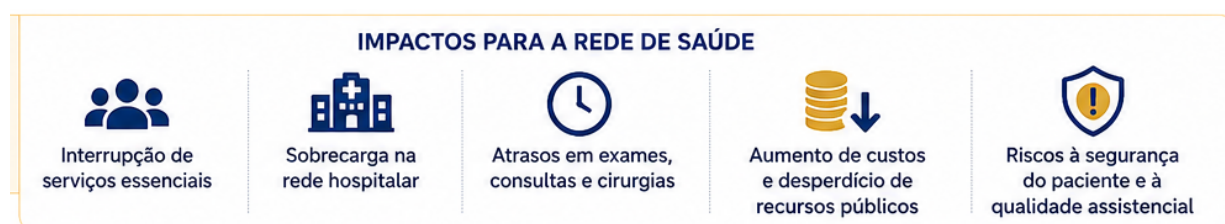
Outro aspecto evidenciado pelo controle externo em auditoria (Processo 2331/2023) e nos processos de prestações de contas refere-se à elevada dependência de medidas excepcionais para garantir a continuidade dos serviços. Em diversos casos, contratos chegam ao vencimento antes da conclusão dos novos processos licitatórios. Como consequência, passam a ser utilizados instrumentos que deveriam representar exceções administrativas, como contratações emergenciais, reconhecimentos de dívida e requisições administrativas.

Quando essas situações deixam de ser pontuais e passam a ocorrer de forma repetitiva, instala-se um ciclo de instabilidade contratual que compromete a previsibilidade da gestão e aumenta o risco de interrupção da assistência.



As causas dessa falha de planejamento, sob a ótica da gestão contratual, também estão documentadas: descentralização desordenada, com demandas de contratação dispersas por diferentes unidades sem coordenação central; ausência de controle prévio sobre o vencimento de contratos, de modo que não há planejamento das necessidades futuras antes que o contrato vigente expire; falha na gestão de prazos propriamente dita, com contratos vencendo sem que novas licitações estejam concluídas; deficiência técnica para conduzir processos licitatórios complexos; e fragilidade normativa interna, com ausência ou ineficiência de padronização de processos.

O efeito cumulativo dessas causas é um ciclo de quebra de continuidade contratual que resulta em insegurança jurídica e perda de confiança dos fornecedores perante a secretaria, o que, por sua vez, retroalimenta o risco de desabastecimento, porque fornecedores que não confiam no cumprimento dos prazos de pagamento tendem a exigir condições mais restritivas ou simplesmente a se retirar das licitações seguintes.



A recorrência de contratações emergenciais, reconhecimentos de dívida e requisições administrativas demonstra que situações concebidas pela legislação como medidas excepcionais passaram a integrar a rotina da gestão. Quando a administração atua continuamente para solucionar contratos vencidos, em vez de planejar os próximos ciclos de contratação, instala-se um modelo de gestão reativo, marcado pela perda de previsibilidade, pelo aumento dos custos administrativos e pela maior exposição da rede assistencial a riscos de descontinuidade.

Esse cenário compromete diretamente a capacidade do Estado de assegurar serviços públicos de saúde de forma contínua e eficiente. A estabilidade contratual é um requisito para a regularidade do abastecimento, da prestação de serviços especializados e do funcionamento das unidades de saúde. Assim, fortalecer a gestão contratual não significa apenas aperfeiçoar processos administrativos, mas garantir que hospitais, profissionais e pacientes não sejam impactados por falhas que poderiam ser evitadas com planejamento adequado.

Uma rede de saúde não pode depender de medidas emergenciais para funcionar. A continuidade da assistência começa com contratos planejados, licitações concluídas em tempo oportuno e uma gestão capaz de antecipar necessidades, em vez de apenas responder às crises.

PROGNÓSTICO

As evidências analisadas demonstram que a gestão orçamentária da Secretaria de Estado da Saúde (SESAU) está inserida em um ciclo recorrente de fragilidade estrutural, que se repete a cada exercício financeiro e compromete a continuidade da assistência à população.

O ciclo inicia-se na elaboração da própria Lei Orçamentária. A dotação inicial é sistematicamente inferior às necessidades reais de custeio da rede estadual de saúde, configurando um **subfinanciamento estrutural da peça orçamentária**. Trata-se de uma limitação que antecede a execução orçamentária e não decorre da gestão cotidiana, mas da própria etapa de planejamento.

Como consequência, instala-se uma segunda fase caracterizada pela necessidade permanente de abertura de créditos adicionais. Ao longo do exercício, despesas previsíveis e recorrentes, que poderiam ter sido contempladas na dotação inicial, passam a ser incorporadas por meio de sucessivas suplementações orçamentárias. Essa fase também é marcada por condução ineficiente dos processos de contratações de fornecimento de insumos e de serviços especializados.

Também há recorrência de execução de despesas não autorizadas pelo parlamento (sem empenho prévio), conforme relatado recorrentemente nas contas anuais apreciadas pelo Tribunal de Contas e com determinações expedidas ao Poder Executivo para solucionar o problema (processos 01749/19; 1281/21; 1747/2023; 02263/23). As despesas sem empenho

Na terceira fase, os efeitos administrativos transformam-se em riscos assistenciais concretos. A elevada dependência de alterações orçamentárias provoca atrasos em processos de contratação, amplia a pressão sobre a gestão contratual, compromete o fluxo de pagamentos aos fornecedores e aumenta a vulnerabilidade da rede à interrupção de serviços essenciais.

As auditorias realizadas pelo Tribunal de Contas (SEI-TCE 04016/2026) apontam situações de **racionamento** de insumos essenciais, incluindo **cateteres centrais e umbilicais, tubos endotraqueais, dispositivos de infusão e bombas de infusão**, indispensáveis ao funcionamento de unidades hospitalares de média e alta complexidade.

Grande parte desses materiais é utilizada em unidades de terapia intensiva, centros cirúrgicos e, especialmente, na assistência neonatal. Dessa forma, a insuficiência do planejamento orçamentário representa um risco concreto à segurança do paciente, afetando justamente os serviços mais sensíveis da rede estadual.

As evidências do controle externo apontam que a superação desse modelo depende mais do fortalecimento da governança em saúde do que a ampliação de recursos financeiros.



03		SUPERAÇÃO DAS PRÁTICAS EXCEPCIONAIS DE GESTÃO Reduzir progressivamente o uso recorrente de reconhecimentos de dívida e contratações emergenciais, restabelecendo o planejamento como regra e a excepcionalidade como exceção.		Mais segurança jurídica, menos riscos e maior regularidade na gestão dos recursos públicos.
04		ORÇAMENTO COMPATÍVEL COM A NECESSIDADE DA REDE Elaborar uma dotação orçamentária inicial aderente às necessidades reais de funcionamento da SESAU, diminuindo a dependência de suplementações		Orçamento realista, execução eficiente e recursos disponíveis no momento certo para quem precisa.

PARTE III - FORÇA DE TRABALHO DA SAÚDE

A força de trabalho na SESAU representa outro desafio estrutural considerando a situação deficitária detectada pelo controle externo a partir de registro no SEI 0036.042680/2025-98. O levantamento aponta déficit global de **7.082 postos de trabalho** previstos no quadro efetivo da SESAU e atualmente vazios.

Mais grave que o número absoluto é o ajuste que o próprio levantamento propõe quando se descontam os afastamentos legais (licenças, afastamentos médicos e demais situações previstas em lei) do efetivo nominalmente lotado, a cobertura operacional real, ou seja, a proporção de servidores efetivamente disponíveis para o trabalho frente ao quadro previsto, cai para **41,1%**. Ou seja, menos da metade dos postos previstos está, na prática, coberta por alguém efetivamente em exercício. Essa diferença entre o quadro formal e a força de trabalho realmente disponível reduz a capacidade de funcionamento das unidades, aumenta a pressão sobre as equipes e compromete a continuidade dos serviços.



Desde 2018, a SESAU **perdeu 1.382 profissionais**, o equivalente a uma média aproximada de 156 desligamentos ou exonerações por ano. No mesmo período, as contratações temporárias cresceram **2.515%**. A combinação desses dois movimentos revela uma mudança significativa na

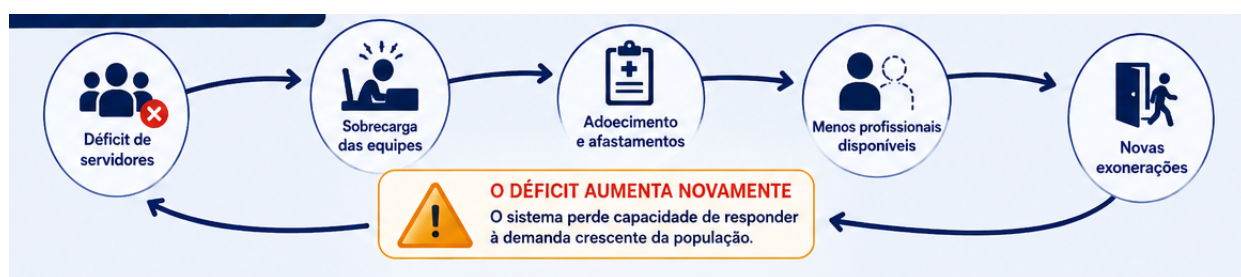
composição da força de trabalho: profissionais efetivos e experientes deixam a instituição, enquanto aumenta a utilização de vínculos temporários para preencher as lacunas assistenciais.



Embora os contratos temporários sejam importantes para responder a necessidades emergenciais ou transitórias, sua utilização crescente como solução permanente amplia a rotatividade e enfraquece a capacidade institucional da Secretaria.

Além disso, esse padrão configura uma política de recursos humanos baseada em perda de memória institucional e substituição por vínculos precários – profissionais efetivos, com vínculo estável e acúmulo de experiência institucional, sendo substituídos por contratações temporárias, tipicamente de maior rotatividade e menor incentivo à retenção de conhecimento acumulado.

Do ponto de vista da gestão de pessoas, essa substituição tem custo que não aparece diretamente na folha de pagamento: cada nova contratação temporária exige novo período de ambientação e treinamento, e a saída constante de profissionais experientes reduz a capacidade da própria instituição de transmitir conhecimento acumulado às novas gerações de servidores.



O quadro se completa com a descrição de um ciclo vicioso que se autoalimenta, pois o número já criticamente baixo de servidores efetivos na base gera sobrecarga de trabalho sobre os que permanecem; essa sobrecarga gera adoecimento e novos afastamentos; os afastamentos ampliam ainda mais o déficit relativo de força de trabalho no dia a dia; e o déficit ampliado força a abertura de mais exonerações voluntárias, fechando o ciclo. É imperativo estratégico para os próximos anos, recomposição do quadro estabelecendo equilíbrio entre concursos públicos,

contratos temporários e parcerias, e de estratégias concretas de atração e retenção de profissionais de saúde no estado.

PROGNÓSTICO

As evidências analisadas demonstram o enfrentamento do déficit de força de trabalho na SESAU exige uma política permanente de gestão de pessoas baseada em planejamento e governança. Diante das restrições fiscais e da limitada capacidade do Estado de ampliar despesas continuadas com pessoal, a solução não está apenas na contratação de novos profissionais, mas na utilização mais eficiente da força de trabalho existente e na redução das perdas institucionais.

Dessa forma, é imperativo ao Estado instituir planejamento permanente da força de trabalho, projetando aposentadorias, desligamentos, necessidades assistenciais e expansão da rede, permitindo que concursos públicos, processos seletivos temporários e programas de residência sejam realizados de forma antecipada, evitando reposições emergenciais; priorizar políticas de retenção dos profissionais já vinculados à SESAU, reduzindo rotatividade, afastamentos evitáveis e exonerações; melhorar condições de trabalho, segurança ocupacional, educação permanente, gestão por competências e valorização profissional aumenta a capacidade assistencial.

Além disso é necessário redistribuir profissionais conforme a demanda assistencial das macrorregiões, fortalecendo mecanismos de mobilidade interna e integração entre Estado e municípios para reduzir vazios assistenciais, especialmente nas regiões de difícil provimento.

A contratações temporárias devem permanecer como instrumento complementar para situações excepcionais e transições específicas, e não como modelo permanente de reposição do quadro efetivo. O equilíbrio entre servidores efetivos, contratos temporários, residências e parcerias institucionais aumenta a estabilidade da rede e preserva a memória organizacional.

DIRETRIZES ESTRATÉGICAS



PARTE IV - INFRAESTRUTURA HOSPITALAR

A infraestrutura hospitalar é um componente essencial da qualidade da assistência à saúde. Hospitais deteriorados, obras paralisadas e ausência de planejamento para expansão reduzem a capacidade de atendimento, aumentam custos e elevam riscos para pacientes e profissionais.

O Tribunal de Contas realizou avaliações técnicas da infraestrutura hospitalar estadual e os resultados indicam que parte importante da rede opera em condições inferiores ao padrão desejável de conservação e funcionamento (Processo 2206/23).



Os relatórios classificam as unidades em diferentes níveis de criticidade, revelando que hospitais estratégicos apresentam problemas estruturais capazes de comprometer a segurança

assistencial, aumentar custos de manutenção e reduzir a eficiência operacional, ou seja, importantes hospitais operando no limite do desgaste, gerando riscos assistenciais, custos elevados e impacto direto na vida das pessoas.



Para que a infraestrutura hospitalar deixe de ser tratada apenas como resposta a crises e passe a constituir uma verdadeira política de Estado, é necessário instituir um modelo permanente de planejamento, financiamento e gestão do patrimônio público em saúde. Isso significa elaborar planos plurianuais de manutenção preventiva, priorizar investimentos com base em critérios técnicos de risco e desempenho, fortalecer a governança da infraestrutura hospitalar, assegurar recursos orçamentários específicos para conservação e modernização das unidades e monitorar continuamente indicadores de qualidade das edificações e equipamentos.



A expansão da rede deve ser acompanhada de planejamento para sua operação e manutenção ao longo do tempo, evitando que hospitais recém-construídos reproduzam os problemas das estruturas mais antigas.

A situação mais preocupante é a do Hospital João Paulo II, classificado como Crítico, enquanto outras importantes unidades estaduais receberam classificação Inferior, evidenciando que o desafio não está restrito a uma única unidade, mas afeta parte significativa da rede.

O Hospital e Pronto-Socorro João Paulo II representam um exemplo de descompasso entre o crescimento da demanda por serviços de saúde e a capacidade de expansão da infraestrutura hospitalar de Rondônia.

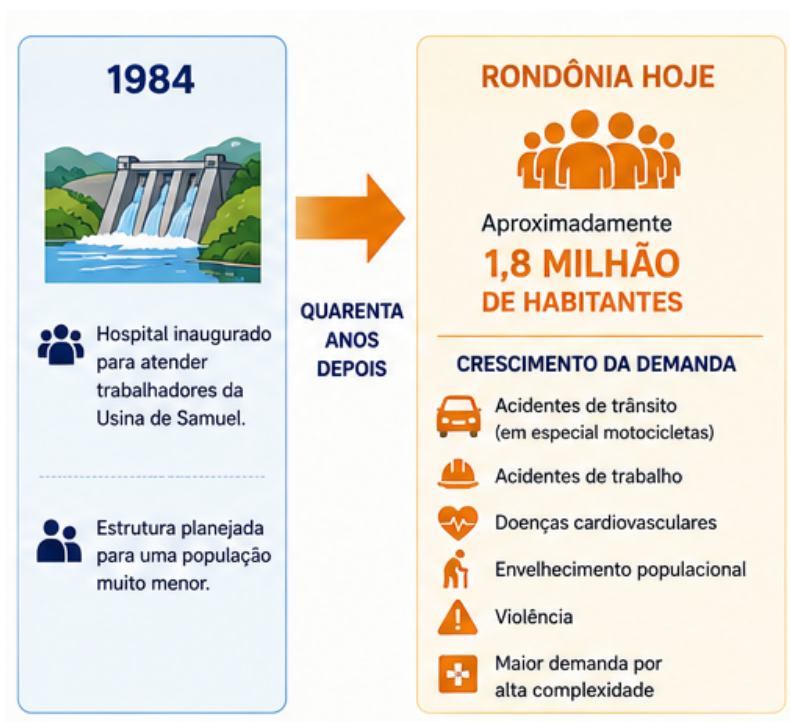
As informações que estão disposta no Relatório de Gestão da SESA (2025), que relata que o hospital foi inaugurado em 1984, com a estrutura foi concebida originalmente para atender trabalhadores envolvidos na construção da Usina Hidrelétrica de Samuel. Após a conclusão do empreendimento, o hospital foi incorporado ao patrimônio estadual e, em 1990, passou a desempenhar a função de principal porta de urgência e emergência do Estado.

Desde então, Rondônia passou por uma profunda transformação demográfica, urbana e epidemiológica. A população estadual, que era pouco superior a meio milhão de habitantes na década de 1980, aproximou-se de 1,8 milhão, enquanto a estrutura física do João Paulo II permaneceu limitada e inadequada para a dimensão atual da demanda.



Ao longo de quatro décadas, o hospital deixou de atender apenas Porto Velho e passou a receber pacientes dos **52 municípios de Rondônia**, além de demandas provenientes do sul do Amazonas, do Acre, da Bolívia e de outras localidades de fronteira. A unidade tornou-se referência para: traumas de alta complexidade; acidentes de trânsito e de trabalho; urgências cirúrgicas; vítimas de violência; doenças cardiovasculares; pacientes encaminhados pela regulação estadual; casos que não encontram resolutividade nos hospitais municipais.

Essa ampliação progressiva da responsabilidade assistencial **não foi acompanhada por expansão física equivalente**, substituição da unidade ou reorganização suficiente da rede regional de urgência e emergência.



As fiscalizações do Tribunal de Contas registraram, ao longo dos anos, situações recorrentes como: corredores ocupados por macas; pacientes aguardando leitos por vários dias; demora na realização de exames; filas para regulação; dificuldade de transferência para unidades de retaguarda; déficit de profissionais especializados; sobrecarga das equipes médicas e de enfermagem; impossibilidade física de expansão adequada dos serviços.

Desde o início da década de 2010, diferentes governos anunciaram soluções para substituir ou desafogar o João Paulo II por meio da implantação do novo Hospital de Urgência e Emergência de Rondônia - HEURO.

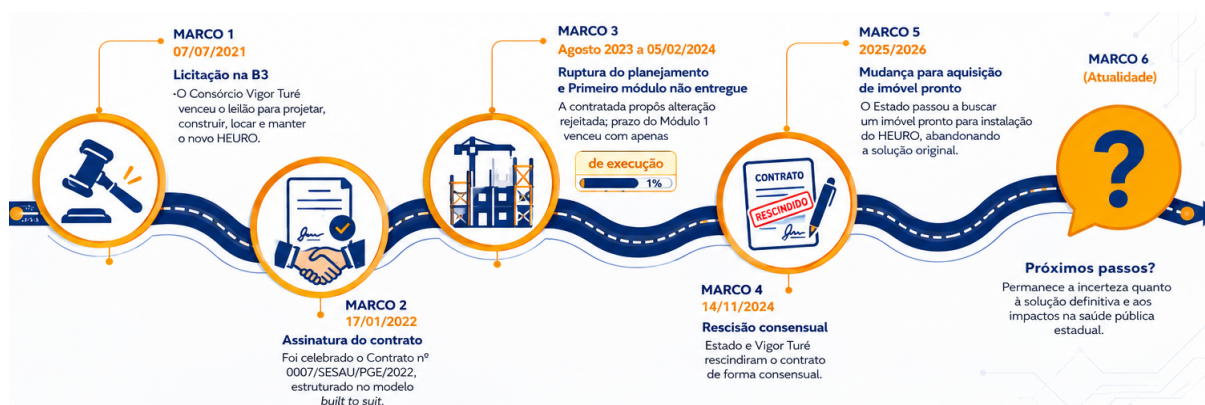
Ao longo desse período, foram considerados diferentes modelos: construção convencional; contratação pelo modelo *Built to Suit* (*construção sob medida*); aquisição de imóvel pronto como alternativa à construção original, etc. Apesar dos anúncios, projetos e mudanças de estratégia, nenhuma das iniciativas resultou até o momento na entrega definitiva de uma nova unidade capaz de substituir o João Paulo II.

Governança de Grandes Projetos de Infraestrutura Hospitalar

A construção de um hospital não depende apenas de recursos financeiros. Exige planejamento, gestão contratual, fiscalização permanente e continuidade administrativa. Essas etapas não podem falhar sob pena de a população permanecer sem a estrutura de saúde que necessita.

O caso do Novo HEURO demonstra que a disponibilidade de recursos, por si só, não garante a entrega de um empreendimento estratégico. Em 2019 o Tribunal de Contas doou 50 milhões ao Poder Executivo para o projeto, atualmente (dados bancários de junho/26-FUN-HEURO) demonstra que o valor (com rendimentos) está em R\$ **78.395.925,06**.

Além disso, o Tribunal de Contas acompanhou e atuou tempestivamente nas etapas anteriores ao edital para a construção do HEURO (opção *Built to Suit*) para garantir a legalidade, legitimidade e economicidade da escolha governamental, contudo, após a escolha do contratado pelo Estado²³, passaram-se 04 anos sem a concretização do projeto (processos 3348/23 e 2457/25), devido a uma sequência de problemas e intempestividade das decisões administrativas.



Mesmo após a contratação, sucessivas dificuldades de execução impediram que o investimento se transformasse em capacidade assistencial para a população.

Em julho de 2026, aproximadamente R\$ 231,5 milhões originalmente destinados ao fundo do HEURO foram remanejados para outras despesas da Secretaria de Estado da Saúde, incluindo manutenção da rede, despesas administrativas, convênios, repasses e outras ações do SUS (Lei 6.469/2026).

Enquanto a obra não é realizada a rede continua operando com limitações estruturais; aumenta a pressão sobre hospitais existentes; permanecem elevados os custos decorrentes da manutenção de estruturas antigas. O Hospital João Paulo II continua desempenhando papel essencial para Rondônia, mas sua estrutura já não corresponde à dimensão e à complexidade da demanda atual. Após mais de quatro décadas de funcionamento e mais de uma década de anúncios de substituição, o Estado ainda depende de uma unidade concebida para uma população e uma realidade assistencial muito menores.

PROGNÓSTICO

O desafio do próximo governo será o de estabelecer uma decisão técnica, financeiramente sustentável e institucionalmente defendida, capaz de transformar recursos e projetos em capacidade assistencial efetivamente entregue à população.

O novo HEURO precisa ser concebido como o elemento central de uma nova política estadual de urgência e emergência, integrada, regionalizada e capaz de responder ao crescimento de Rondônia.

É necessário garantir que empreendimentos estratégicos para a saúde pública sobrevivam às mudanças de governo, às alterações de prioridades administrativas e às dificuldades de execução contratual.

A trajetória do Novo Hospital de Urgência e Emergência de Rondônia (HEURO) evidencia que a disponibilidade de recursos financeiros, por si só, não assegura a entrega de grandes obras públicas. Após sucessivas mudanças de estratégia, paralisações, rescisões contratuais e remanejamentos de recursos originalmente destinados ao projeto, o Estado permanece dependente de uma estrutura hospitalar inaugurada há mais de quatro décadas para atender uma demanda muito superior àquela para a qual foi concebida.

Superar esse cenário exige **tratar a infraestrutura hospitalar como uma política permanente de Estado**, e não como um projeto vinculado a um único governo. Nesse contexto, cinco diretrizes estratégicas se mostram prioritárias para a próxima gestão:



PARTE V – CONCLUSÃO GERAL SOBRE A SAÚDE

O Tribunal de Contas apresentou, conforme as evidências de controle externo, um diagnóstico que demonstra os principais desafios da saúde pública de Rondônia. Mortalidade materna e neonatal, pré-natal insuficiente, excesso de cesarianas, baixo quantitativo de leitos de UTI neonatal, concentração da alta complexidade, superlotação hospitalar, infraestrutura

degradada, déficit de profissionais, instabilidade contratual e insuficiência orçamentária com impacto na racionalização de insumos e aumento do custo da saúde.

Na prática, os problemas administrativos chegam diretamente ao paciente. Um orçamento subestimado gera suplementações recorrentes; a imprevisibilidade financeira pressiona contratos e fornecedores; contratos instáveis aumentam o risco de desabastecimento; equipes incompletas ficam sobrecarregadas; hospitais deteriorados operam acima de sua capacidade; a população enfrenta filas, deslocamentos, atrasos e riscos assistenciais que poderiam ser reduzidos por uma atuação pública mais organizada.

Esse cenário revela que ampliar recursos, embora possa ser necessário em áreas específicas, não será suficiente sem mudanças profundas na capacidade de planejamento e execução do Estado. O desafio central do próximo governo será transformar orçamento, profissionais, contratos, equipamentos e edificações em uma rede integrada, regionalizada e capaz de entregar atendimento contínuo, seguro e resolutivo.

A mudança precisa começar pela governança

A superação dos problemas exige substituir a gestão reativa, baseada em emergências e correções durante o exercício, por um modelo preventivo e orientado por evidências. Isso significa planejar com antecedência, definir responsabilidades, pactuar metas, acompanhar a execução e avaliar resultados de forma permanente.

O Estado deve assumir plenamente sua função de coordenador da rede, articulando municípios, regiões de saúde, hospitais, regulação, transporte sanitário e serviços especializados. Essa coordenação precisa ocorrer por meio de instrumentos concretos de governança, especialmente a pactuação na CIB-RO, o planejamento regional, a definição de fluxos assistenciais e o monitoramento de metas públicas.

A agenda do próximo governo deve ser organizada em torno de compromissos estruturantes:

- ❖ Elaborar o orçamento da saúde com base nas necessidades efetivas da rede, reduzir a dependência de suplementações para despesas previsíveis e proteger recursos destinados a investimentos estratégicos.
- ❖ Gestão contratual preventiva, ao antecipar licitações, monitorar vencimentos e eliminar a utilização recorrente de contratações emergenciais, reconhecimentos de dívida e requisições administrativas como práticas ordinárias.

- ❖ Reorganizar a distribuição dos profissionais, reduzir rotatividade e afastamentos, preservar a memória institucional e equilibrar vínculos efetivos, temporários e parcerias, considerando as limitações fiscais para ampliar permanentemente a despesa com pessoal.
- ❖ Fortalecer o pré-natal, ampliar exames, regionalizar a assistência obstétrica e neonatal, reduzir cesarianas desnecessárias e concluir a maternidade de alto risco prevista para macrorregião II (Ji-Paraná) a qual já possui recursos federais liberados e pleitear recursos para a maternidade de alto risco prevista para macrorregião II (Porto Velho).
- ❖ Institucionalizar a manutenção preventiva da estrutura hospitalar, recuperar unidade crítica (Hospital João Paulo II enquanto não haja substituição por nova unidade, modernizar demais hospitais existentes.
- ❖ Solução definitiva para o novo HEURO, estabelecendo uma alternativa técnica, jurídica e financeiramente sustentável, com governança própria, cronograma público, planejamento completo para sua futura operação.

EIXO 5

Educação

Fontes: processos de controle externo (PCe n. 2952/24); Portal da Transparência; SIGAP

PARTE I – QUALIDADE DO ENSINO E APRENDIZAGEM DOS ALUNOS

A educação pública somente cumpre plenamente sua função quando a permanência do estudante na escola se converte em aprendizagem efetiva. Matrícula, frequência e conclusão das etapas são condições indispensáveis, mas não suficientes: o objetivo final da política educacional é assegurar que cada aluno desenvolva, no tempo adequado, as competências de leitura, escrita, raciocínio matemático e resolução de problemas previstas no currículo.

DIAGNÓSTICO SAERO

Em Rondônia, os resultados do Sistema Permanente de Avaliação da Educação de Rondônia — SAERO 2025 revelam uma trajetória marcada por avanços relevantes nos primeiros anos da escolarização, seguidos por uma redução progressiva da aprendizagem adequada nas etapas posteriores. O desafio, portanto, não está apenas em alfabetizar, mas em garantir que as habilidades adquiridas sejam consolidadas, ampliadas e utilizadas ao longo de toda a Educação Básica.

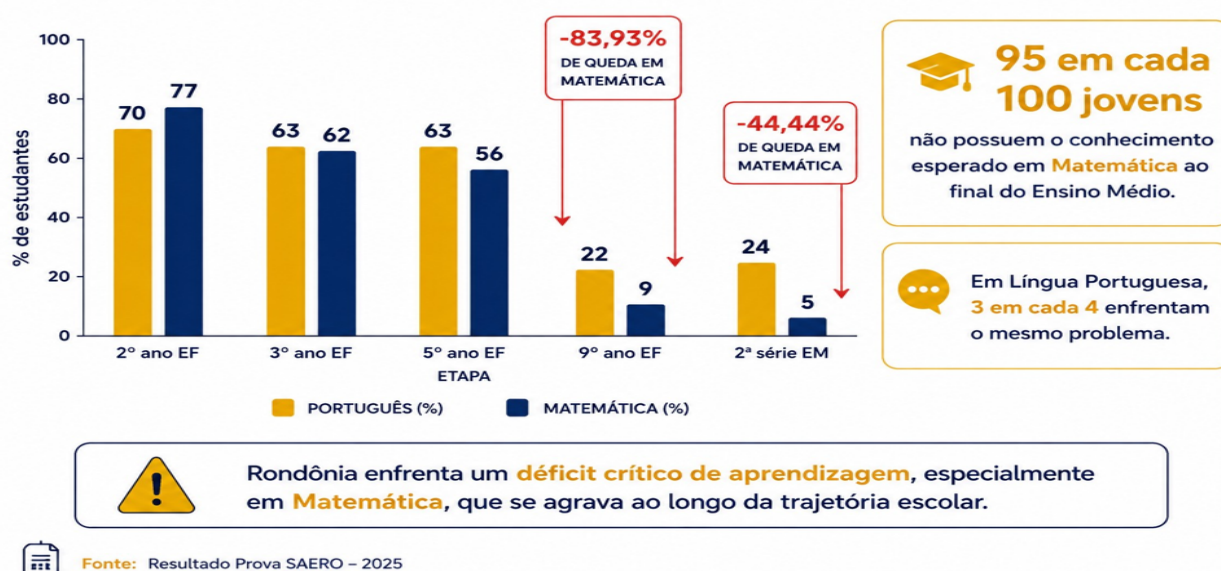
Os resultados da rede estadual no 2º ano do Ensino Fundamental indicam um cenário relativamente positivo. Em 2025, 70% dos estudantes apresentaram aprendizagem adequada em Língua Portuguesa, enquanto 77% alcançaram o nível adequado em Matemática. Os dois componentes foram classificados na **Categoria B**, considerada próxima do patamar de excelência. Esses resultados demonstram que as políticas voltadas à alfabetização começaram a produzir avanços, mas ainda não alcançam todos os estudantes. Mesmo no 2º ano, três em cada dez alunos permanecem abaixo do nível esperado em Língua Portuguesa, e quase um em cada quatro ainda não apresenta aprendizagem adequada em Matemática.

Além disso, os resultados dos anos seguintes mostram que o avanço inicial não se mantém de forma homogênea. No 3º ano, a aprendizagem adequada cai para **63% em Língua Portuguesa e 62% em Matemática**. No 5º ano, o resultado alcança **65% em Língua Portuguesa**, mas diminui para **56% em Matemática**. Isso significa que parte das crianças alfabetizadas não consegue consolidar plenamente, nos anos seguintes, as competências necessárias para interpretar

textos, produzir escrita com autonomia, resolver problemas e desenvolver raciocínio matemático.

A partir dos Anos Finais do Ensino Fundamental, os resultados apresentam deterioração acentuada. No 9º ano, apenas **22% dos estudantes alcançam aprendizagem adequada em Língua Portuguesa**, enquanto somente **9% atingem o nível esperado em Matemática**. Ambos os resultados foram classificados na categoria mais crítica da avaliação. Em termos concretos, isso significa que: aproximadamente oito em cada dez estudantes encerram o Ensino Fundamental sem aprendizagem adequada em Língua Portuguesa; nove em cada dez concluem essa etapa sem domínio esperado de Matemática.

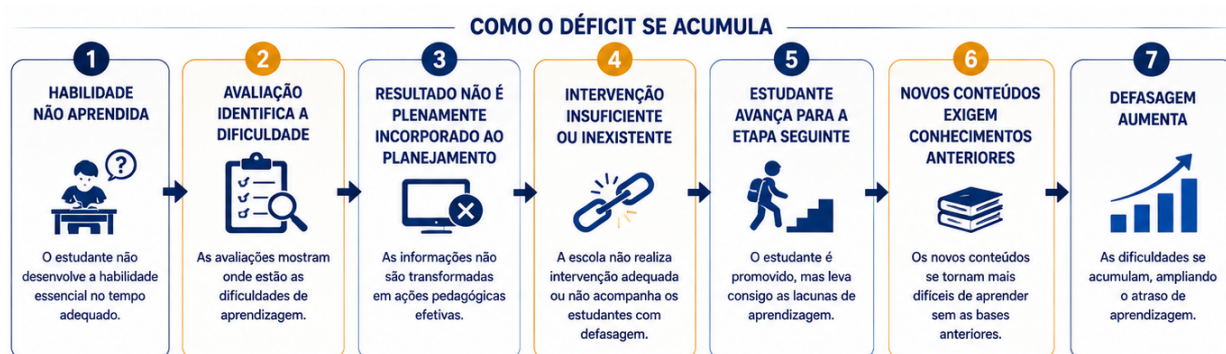
O déficit de aprendizagem assume proporções críticas ao final da educação básica. Os dados evidenciam que **95 em cada 100 estudantes concluem o Ensino Médio sem alcançar o nível esperado de aprendizagem em Matemática**, enquanto **três em cada quatro apresentam desempenho insuficiente em Língua Portuguesa**. Como se observa a seguir, as defasagens se ampliam progressivamente ao longo da trajetória escolar, demonstrando que a ampliação do acesso à escola, por si só, não tem sido suficiente para assegurar o desenvolvimento das competências previstas no currículo.



Essa queda não ocorre de forma repentina no último ano. Ela representa o resultado acumulado de lacunas que não foram identificadas ou corrigidas adequadamente durante a trajetória escolar. As evidências indicam que esse cenário decorre de um processo cumulativo. A transição dos Anos Iniciais para os Anos Finais traz mudanças importantes na organização pedagógica: o estudante passa a ter diversos professores, conteúdos mais especializados, maior complexidade

curricular e menor acompanhamento individualizado. Quando essa transição não é acompanhada por mecanismos de diagnóstico e apoio, as dificuldades tendem a se intensificar.

Esse padrão demonstra que a rede ainda enfrenta dificuldades para transformar os resultados das avaliações em intervenções pedagógicas contínuas. Quando uma habilidade essencial não é aprendida no ano adequado e não existe uma estratégia sistemática de recuperação, a lacuna acompanha o estudante. Com o avanço das etapas, novos conteúdos passam a exigir conhecimentos anteriores que ainda não foram consolidados, fazendo com que pequenas dificuldades se transformem em defasagens estruturais.



As avaliações educacionais nem sempre são incorporadas ao planejamento pedagógico das escolas, inexistem mecanismos permanentes de recomposição das aprendizagens para os estudantes com maior defasagem e a formação continuada dos professores, em muitos casos, permanece distante das necessidades identificadas na rede. Como consequência, dificuldades não enfrentadas em determinado ano escolar tendem a acompanhar o estudante nas etapas seguintes, ampliando progressivamente o déficit de aprendizagem.

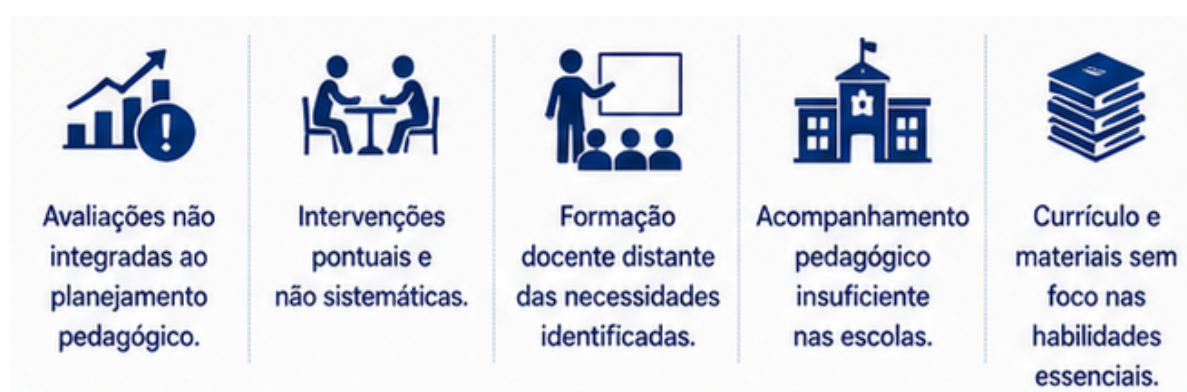
PROGNÓSTICO

O principal desafio da educação estadual de Rondônia não é apenas garantir que o estudante entre, permaneça e conclua a escola. É assegurar que ele aprenda durante toda a trajetória. Os resultados demonstram que a rede apresenta avanços importantes na alfabetização, mas perde capacidade de sustentar e aprofundar essas aprendizagens nos anos seguintes. A situação torna-se crítica nos Anos Finais e chega ao Ensino Médio com apenas 5% dos estudantes em nível adequado em Matemática e 24% em Língua Portuguesa.

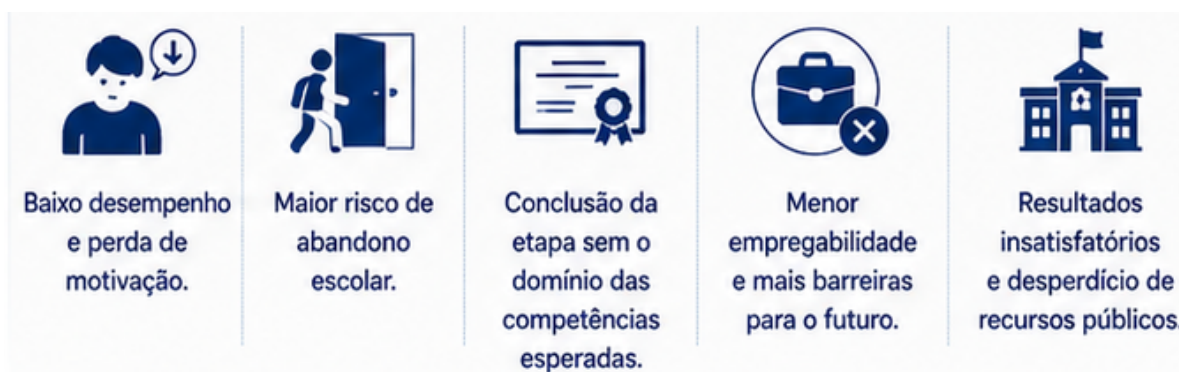
Rondônia possui um sistema próprio de avaliação capaz de produzir informações por etapa, componente curricular, escola e Superintendência Regional de Ensino. O SAERO permite

identificar onde estão as maiores dificuldades e quais habilidades precisam receber atenção prioritária.

Entretanto, uma avaliação somente produz impacto quando seus resultados alteram a prática pedagógica. As evidências apontam que a formação continuada ainda apresenta baixa articulação com os resultados das avaliações, o currículo, o planejamento e a prática de sala de aula. Também há insuficiência de acompanhamento pedagógico em serviço e limitações no apoio oferecido aos professores e escolas com resultados mais críticos.



Sobre a utilização das avaliações, sem um fluxo organizado entre avaliação, análise, planejamento, intervenção e acompanhamento, os dados permanecem como informação administrativa, sem produzir mudança concreta na aprendizagem, com **consequências severas** para os estudantes e para a sociedade.



Assim, torna-se necessária a estruturação de uma política permanente de recomposição das aprendizagens baseada em três frentes complementares. A primeira consiste na implementação de um **Programa Estadual de Recomposição das Aprendizagens**, com metas, indicadores e acompanhamento sistemático dos resultados em cada unidade escolar.

O Estado deve instituir um programa permanente para os Anos Finais do Ensino Fundamental e o Ensino Médio, cuja política contemple materiais de apoio, tutoria pedagógica, formação docente e acompanhamento dos resultados, com atenção especial aos estudantes em maior defasagem. Contemplando:

- ❖ Metas por etapa, componente curricular, escola e região;
- ❖ Avaliações diagnósticas periódicas;
- ❖ Identificação dos estudantes com maior defasagem;
- ❖ Currículo priorizado com foco nas habilidades essenciais;
- ❖ Materiais pedagógicos estruturados;
- ❖ Acompanhamento individual ou em pequenos grupos;
- ❖ Monitoramento periódico dos resultados;
- ❖ Prioridade para escolas e regionais em situação mais crítica.

A recomposição de aprendizagem deve ter como resultado interromper o avanço automático das lacunas e garantir que o estudante tenha oportunidades reais de recuperar aprendizagens essenciais antes de prosseguir para conteúdo mais complexos.

A segunda política deve prevê a instituição de um **calendário permanente de formação continuada**, alinhado às fragilidades identificadas pelas avaliações diagnósticas e às necessidades concretas das escolas. A formação de professores precisa deixar de ser genérica e passar a responder diretamente às dificuldades identificadas nas avaliações.

O calendário anual deve definir previamente:

- ❖ Datas;
- ❖ Carga horária;
- ❖ Públicos prioritários;
- ❖ Responsáveis;
- ❖ Objetivos;
- ❖ Produtos esperados;
- ❖ Trilhas específicas para professores, supervisores e diretores.

As formações devem ser orientadas pelos resultados do SAERO, pelas avaliações diagnósticas e pelas prioridades pedagógicas da rede.

Em Matemática, a estratégia deve combinar formação por etapa, materiais estruturados, análise por habilidade e descritor e apoio específico às escolas com maior concentração de estudantes nos níveis Básico e Abaixo do Básico.

A terceira contempla o **fortalecimento da tutoria pedagógica**, aproximando diagnóstico, planejamento e prática docente por meio de protocolos padronizados de acompanhamento, monitoramento e apoio às equipes escolares.

O Estado deve institucionalizar protocolos de tutoria pedagógica que incluam:

- ❖ Observação de sala de aula;
- ❖ Devolutivas pedagógicas;
- ❖ Planejamento coletivo;
- ❖ Definição clara de papéis;
- ❖ Registros padronizados;
- ❖ Periodicidade das atividades;
- ❖ Acompanhamento da implementação das intervenções;
- ❖ Análise dos resultados dos estudantes.

Em conjunto, essas medidas buscam transformar as informações produzidas pelas avaliações em ações concretas de melhoria da aprendizagem, fortalecendo a capacidade da rede de identificar precocemente as dificuldades dos estudantes, intervir de forma tempestiva e acompanhar a efetividade das estratégias adotadas.

Por fim, as Superintendências Regionais de Ensino, por se tratar de instâncias territoriais fundamentais para a formação continuada, o monitoramento das atividades pedagógicas e o apoio técnico às redes e escolas, devem atuar como elo entre a política formulada pela SEDUC e sua implementação em cada território. Suas funções precisam incluir:

- ❖ Análise dos resultados das escolas;
- ❖ Acompanhamento das metas de aprendizagem;
- ❖ Apoio técnico às equipes gestoras;
- ❖ Organização da formação continuada;
- ❖ Acompanhamento da recomposição;
- ❖ Identificação das escolas mais vulneráveis;

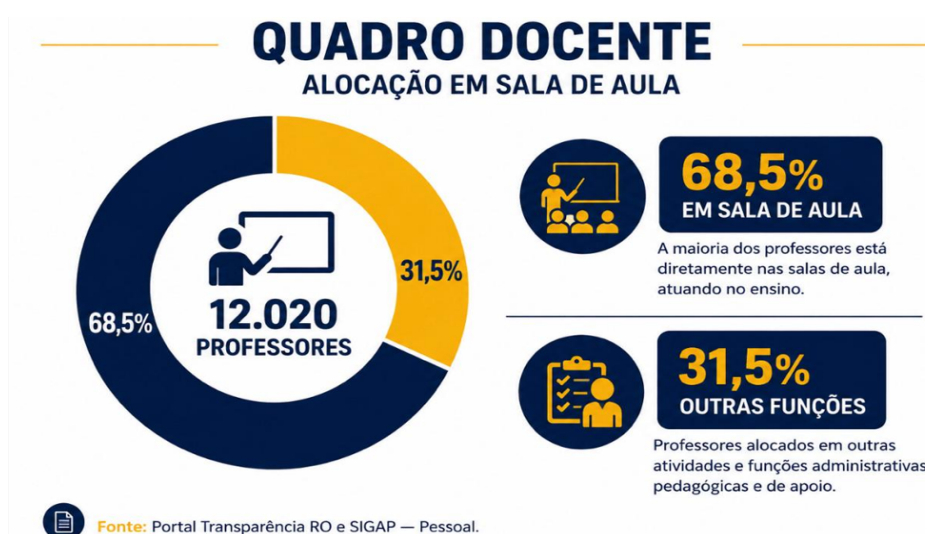
- ❖ Disseminação de boas práticas;
- ❖ Articulação com os municípios.

PARTE II – QUADRO DOCENTE (FORÇA DE TRABALHO DA EDUCAÇÃO)

A efetividade de qualquer política de melhoria da aprendizagem depende diretamente da capacidade de execução da rede estadual de ensino, cujo principal ativo é sua força de trabalho docente. São eles que transformam o currículo em prática pedagógica, identificam dificuldades de aprendizagem, adaptam estratégias de ensino, acompanham a evolução dos estudantes e promovem as intervenções necessárias para que cada aluno avance ao longo da trajetória escolar.

Por essa razão, fortalecer a força de trabalho da educação para além de ampliar o número de profissionais, o Estado é responsável por desenvolver continuamente sua capacidade técnica, pedagógica e institucional para responder aos desafios identificados na rede estadual. Nesse contexto, a política de valorização docente deve ser compreendida como uma estratégia permanente de melhoria da aprendizagem e não apenas como uma política de gestão de pessoas.

Atualmente, Rondônia possui **12.020 professores**, dos quais **68,5% atuam diretamente em sala de aula**, constituindo a base operacional responsável pela implementação das políticas educacionais.



São esses profissionais que executam diariamente as ações de alfabetização, recomposição das aprendizagens, avaliação, acompanhamento pedagógico e preparação dos estudantes para as

diferentes etapas da vida escolar. Embora a Secretaria de Educação desempenhe papel estratégico na formulação das políticas públicas, é na sala de aula que essas políticas efetivamente se concretizam.

Além dos professores fora da sala de aula, as estimativas informadas ao TCE pela SEDCU indicam que entre **1.000 e 1.200 docentes** deverão se aposentar nos próximos anos, o que representa aproximadamente **10% da força de trabalho atual**.



Esse desafio exige planejamento antecipado. A reposição de professores não pode ocorrer apenas quando as aposentadorias já tiverem produzido impactos sobre o funcionamento das escolas. A abertura tempestiva de concursos públicos para a formação de cadastro de reserva, o planejamento das aposentadorias previstas e a organização gradual da sucessão dos profissionais constituem medidas essenciais para evitar a descontinuidade das aulas e reduzir a necessidade de soluções emergenciais.

Ao mesmo tempo, torna-se necessário reavaliar a distribuição da força de trabalho existente. Sempre que possível e sem comprometer as atividades de gestão indispensáveis ao funcionamento da rede, o Estado deve adotar mecanismos que incentivem e ampliem a permanência de professores na atividade pedagógica, fortalecendo a sala de aula como espaço prioritário da carreira docente.

PROGNÓSTICO

Criar condições para que os professores permaneçam na atividade pedagógica é investir diretamente na qualidade da educação, portanto o desafio do Estado é valorizar a carreira

docente para fortalecer a aprendizagem para garantir a permanência dos professores atuação onde fazem a diferença.



A consolidação de uma política permanente de formação continuada, articulada ao acompanhamento pedagógico e ao suporte técnico às escolas, permite fortalecer as competências dos profissionais da educação, ampliar a capacidade de resposta às dificuldades identificadas pelas avaliações e assegurar maior efetividade às ações de recomposição das aprendizagens.

PARTE III – INFRAESTRUTURA DAS ESCOLAS

A infraestrutura escolar integra as condições necessárias para que o ensino aconteça com segurança, continuidade e qualidade. Ambientes inadequados afetam a concentração dos estudantes, limitam práticas pedagógicas, dificultam o uso de tecnologias, agravam o desgaste dos profissionais e podem até impedir o funcionamento regular de determinados espaços da escola.

Por isso, conservar e modernizar as unidades estaduais deve ser compreendido como parte da própria política educacional. Uma escola com cobertura comprometida, instalações elétricas frágeis, ausência de climatização, baixa acessibilidade ou espaços pedagógicos inadequados não oferece as mesmas oportunidades de aprendizagem que uma unidade segura, funcional e bem equipada.

O relatório do Tribunal de Contas do Programa Estruturas da Educação (processo 02952/24) reconhece que a infraestrutura influencia as condições em que todas as atividades escolares são desenvolvidas e identifica desigualdades relevantes entre as unidades de ensino. Também caracteriza a precariedade da infraestrutura e as fragilidades da manutenção predial como problemas históricos, acumulados ao longo de sucessivas gestões.

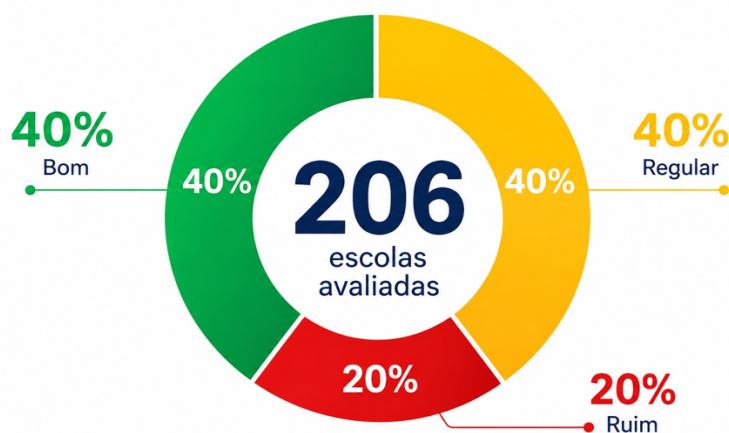
O levantamento selecionou 305 escolas estaduais, responsáveis por aproximadamente 154,5 mil matrículas, distribuídas pelos 52 municípios de Rondônia. Desse universo, 206 unidades participaram efetivamente da avaliação.

O diagnóstico foi construído por meio de uma metodologia organizada, com: definição de critérios técnicos; capacitação dos gestores escolares; manual padronizado de avaliação; utilização do aplicativo para coleta; registro de comentários e fotografias; avaliação das condições de cada unidade pelos próprios diretores.

Os critérios abrangeram infraestrutura física, energia, água e esgoto, espaços específicos e manutenção predial. Foram examinados, entre outros elementos, cobertura, instalações elétricas, climatização, prevenção contra incêndio, segurança, banheiros, refeitórios, espaços esportivos, informática, acessibilidade e tempo de atendimento das demandas de manutenção.

Essa metodologia permitiu ir além de uma simples relação de obras necessárias. O levantamento buscou identificar o estado de conservação da rede, os problemas mais recorrentes e as fragilidades administrativas que dificultam sua solução.

Os resultados indicam que **40% das unidades apresentam condições classificadas como boas**, enquanto outros **40% encontram-se em situação regular**, demandando acompanhamento e intervenções para evitar a deterioração da infraestrutura. O dado mais sensível refere-se aos **20% das escolas classificadas como ruins**, evidenciando a existência de um conjunto significativo de unidades que requer investimentos prioritários em recuperação, manutenção ou adequação física.



Fonte: PCe n. 02952/24

Em conjunto, as evidências demonstram que **60% das escolas avaliadas apresentam algum nível de necessidade de intervenção**, reforçando a importância de um planejamento permanente da

infraestrutura escolar, baseado em critérios técnicos, priorização de investimentos e monitoramento contínuo das condições das unidades de ensino.

As fotografias e os relatos registrados no diagnóstico (disponíveis no processo 02952/24) mostram problemas como rachaduras, infiltrações, goteiras, instalações hidráulicas e elétricas inadequadas, pisos comprometidos, ausência de acessibilidade, deterioração de pinturas, falhas em coberturas e vulnerabilidades na segurança das unidades.



O relatório do Tribunal de Contas relaciona esse cenário a causas estruturais, entre elas: deficiências de planejamento; insuficiência ou descontinuidade da programação financeira; falta de profissionais especializados; fragilidade da manutenção predial; baixa continuidade das ações entre gestões.

Isso indica que a situação das escolas não decorre apenas da idade das edificações ou de eventos imprevistos. Ela resulta, em grande medida, de um modelo de gestão que tende a atuar depois que o dano já se tornou visível e oneroso. As consequências ultrapassam a conservação patrimonial. Uma escola deteriorada produz efeitos diretos sobre estudantes, professores e gestores.

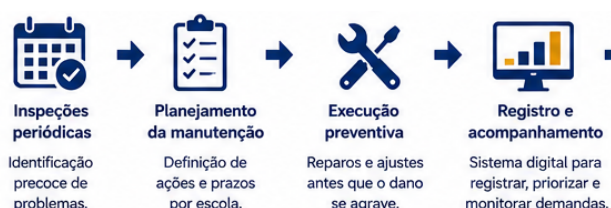


PROGNÓSTICO

A manutenção da infraestrutura escolar precisa deixar de ser predominantemente corretiva para tornar-se uma política permanente de prevenção. O modelo atualmente observado faz com que pequenas falhas estruturais permaneçam sem tratamento até evoluírem para problemas de maior complexidade, exigindo reformas emergenciais, elevando os custos públicos e, muitas vezes, comprometendo o funcionamento das atividades escolares.

A futura gestão deverá institucionalizar um programa estadual de manutenção preventiva, com inspeções periódicas, protocolos padronizados, cronogramas anuais de conservação, contratos continuados por região e sistema informatizado de acompanhamento das demandas. Também será necessário estabelecer prazos diferenciados de atendimento conforme o grau de risco identificado, permitindo que problemas simples sejam solucionados antes de afetarem a segurança, a aprendizagem ou a continuidade das atividades escolares.

Ao transformar a manutenção em rotina administrativa, o Estado reduz a deterioração das edificações, amplia a vida útil dos investimentos realizados e assegura maior previsibilidade na gestão da infraestrutura educacional.



A melhoria da infraestrutura escolar exige que os investimentos deixem de depender exclusivamente de decisões anuais e passem a integrar uma estratégia permanente de Estado. Para isso, torna-se indispensável elaborar um planejamento plurianual que identifique as necessidades de cada unidade escolar, estabeleça critérios técnicos de priorização, defina cronogramas de execução e assegure previsibilidade orçamentária e financeira para reformas, ampliações e manutenção.

A programação dos investimentos deve estar articulada aos instrumentos de planejamento governamental, permitindo que as intervenções sejam executadas de forma contínua e monitoradas ao longo dos exercícios financeiros. Essa organização fortalece a capacidade de execução da Secretaria, reduz a ocorrência de obras interrompidas ou sucessivamente adiadas e proporciona maior eficiência na aplicação dos recursos públicos.



PRINCÍPIOS DO PLANEJAMENTO

	Alinhado à estratégia da educação	Integra o planejamento da SEDUC e os instrumentos de planejamento do Estado.
	Critérios técnicos e transparentes	Prioriza pelo grau de necessidade, risco, impacto na aprendizagem e no funcionamento da escola.
	Programação plurianual	Metas e cronograma definidos para cada exercício, evitando descontinuidade.
	Orçamento estável e previsível	Garante recursos para manutenção preventiva, reformas e adequações necessárias.
	Monitoramento contínuo	Acompanhamento de execução, indicadores e resultados para correção de rumos.

Ao substituir intervenções pontuais por um planejamento estruturado e de longo prazo, o Estado cria as condições necessárias para que a infraestrutura escolar seja conduzida como uma política pública permanente, orientada por metas, monitoramento e resultados.

PARTE IV – QUALIDADE DO GASTO DA EDUCAÇÃO – COMPRAS E AQUISIÇÕES

A Constituição Federal determina que os Estados apliquem, no mínimo, 25% da receita resultante de impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino. Esse percentual representa uma garantia de financiamento da educação, mas não assegura, por si só, que os recursos sejam direcionados às ações capazes de melhorar a aprendizagem dos estudantes.



Na prática, parte relevante das dificuldades de governança ocorre quando a execução orçamentária passa a ser orientada pela simples aplicação dos recursos e não pelas prioridades pedagógicas previamente definidas. A chegada de receitas extraordinárias ou sazonais, especialmente nos últimos meses do exercício financeiro, pode pressionar a administração a realizar aquisições em curto espaço de tempo para assegurar o cumprimento do mínimo constitucional.

Quando não existe um planejamento estruturado das necessidades da rede, esse contexto favorece decisões tomadas sob forte restrição temporal, aumentando o risco de aquisições desconectadas do planejamento pedagógico, baixa priorização técnica e reduzida capacidade de demonstrar o impacto educacional dos investimentos.



Assim, a qualidade do gasto público em educação não deve ser medida apenas pelo volume de recursos executados, mas principalmente pela capacidade de transformar investimentos em melhores condições de ensino, aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes. O verdadeiro indicador de sucesso não é apenas cumprir os 25% constitucionais, mas assegurar que cada real

investido esteja conectado às prioridades da educação e produza resultados concretos para os estudantes.

GOVERNANÇA DAS AQUISIÇÕES

Neste contexto, a Auditoria de Governança das Aquisições da SEDUC, realizada pelo Tribunal de Contas do Estado de Rondônia no Processo nº 00149/24, avaliou a maturidade da Secretaria nos aspectos de liderança, estratégia, planejamento e controle das aquisições. O TCE identificou práticas positivas já implementadas, mas também apontou oportunidades de aperfeiçoamento para fortalecer o planejamento das compras, a gestão de riscos, a definição de responsabilidades e o monitoramento dos resultados.

A auditoria do Tribunal de Contas identificou oportunidades de fortalecimento da governança das aquisições, entre elas:

- aprimoramento do planejamento das compras;
- fortalecimento do controle patrimonial;
- implantação de um Comitê de Aquisições;
- adoção de sistema informatizado para gerenciamento das aquisições;
- aperfeiçoamento da gestão por competências e desempenho;
- seleção técnica para funções críticas relacionadas às aquisições;
- implementação de um plano estruturado de melhoria da governança e da gestão de riscos.

Quando o planejamento das aquisições é insuficiente, a execução orçamentária tende a ser influenciada pela disponibilidade financeira do momento, especialmente diante da entrada de receitas extraordinárias nos últimos meses do exercício. Nessas circunstâncias, a preocupação em cumprir tempestivamente o percentual mínimo constitucional pode reduzir o tempo disponível para planejamento, priorização e avaliação das necessidades da rede.

RISCO DE COMPRAS DE OPORTUNIDADE

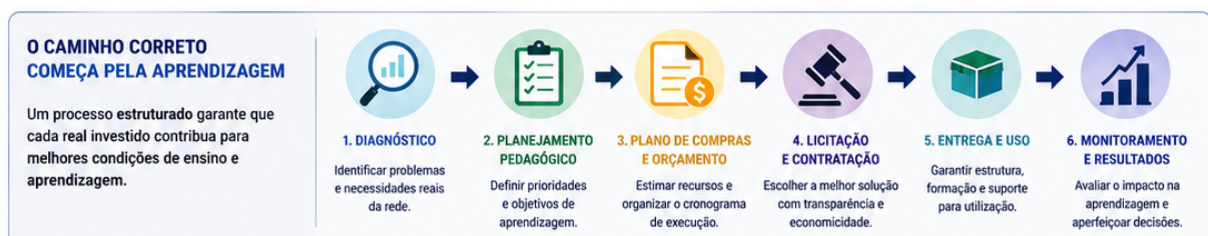
Como consequência de um planejamento ineficiente, aumenta o risco de aquisições realizadas sem adequada vinculação aos objetivos estratégicos da política educacional, como materiais didáticos que não dialogam com o currículo da rede, equipamentos tecnológicos sem

infraestrutura compatível para utilização, laboratórios sem planejamento de implantação ou investimentos cuja efetividade pedagógica não foi previamente demonstrada.



Nessas situações, o problema não está no objeto adquirido, mas na ausência de um processo estruturado que conecte a aquisição às necessidades reais das escolas e aos resultados educacionais pretendidos.

Assim, o planejamento das compras públicas deve iniciar muito antes da abertura do processo licitatório. O ponto de partida deve ser o diagnóstico das necessidades da rede estadual de ensino, seguido da definição das prioridades pedagógicas, da elaboração dos projetos, da estimativa dos recursos necessários e da organização de um cronograma de execução compatível com o exercício financeiro. Somente ao final desse processo é que a contratação passa a representar um instrumento para viabilizar uma política pública previamente planejada.



PROGNÓSTICO

As evidências apontam que o principal desafio da governança das aquisições na educação não está na disponibilidade de recursos, mas na capacidade de transformá-los em resultados concretos para a aprendizagem. A melhoria da qualidade do gasto público exige que o planejamento deixe de ser uma atividade concentrada no encerramento do exercício financeiro e passe a constituir um processo permanente, integrado às necessidades da rede estadual de ensino.

Nesse contexto, torna-se necessário substituir uma lógica orientada pela execução orçamentária por uma gestão orientada por evidências e resultados. As decisões sobre investimentos devem

partir do diagnóstico das necessidades das escolas, das prioridades pedagógicas e dos objetivos estratégicos da política educacional, assegurando que cada contratação contribua efetivamente para a melhoria do ensino.

Quatro diretrizes estratégicas se destacam para o fortalecimento da governança das aquisições na SEDUC.

1. Institucionalizar o planejamento permanente das aquisições

As necessidades da rede devem ser identificadas continuamente ao longo do ano, permitindo que a Secretaria mantenha uma carteira permanente de projetos e aquisições previamente estruturados. Dessa forma, eventuais recursos extraordinários poderão ser aplicados em iniciativas já planejadas, reduzindo a necessidade de decisões tomadas sob pressão no encerramento do exercício financeiro.

2. Integrar planejamento pedagógico, orçamento e contratações

As aquisições devem constituir instrumentos de execução da política educacional, e não um fim em si mesmas. Cada investimento precisa estar vinculado a objetivos pedagógicos claramente definidos, compatíveis com o currículo da rede, com a infraestrutura disponível e com a capacidade das escolas de incorporar os bens e serviços às atividades educacionais.

3. Fortalecer a governança e a priorização técnica

As decisões de investimento devem observar critérios objetivos, transparentes e fundamentados em evidências. O fortalecimento das instâncias de governança, da gestão de riscos e dos mecanismos de controle contribui para ampliar a segurança das decisões, reduzir improvisações e assegurar maior previsibilidade às aquisições públicas.

4. Monitorar os resultados dos investimentos

A avaliação das aquisições não deve encerrar-se com a entrega dos bens ou a execução dos contratos. É indispensável acompanhar sua efetiva utilização pelas escolas e verificar se os

investimentos produziram os resultados esperados sobre a aprendizagem, permitindo aperfeiçoar continuamente o planejamento das futuras contratações.

Assim, a metodologia deve ainda estruturada em quatro etapas sucessivas: **levantamento das necessidades da rede, planejamento das ações prioritárias, definição de uma escala de prioridades e elaboração de um cronograma factível de execução.**



Essa lógica, destacada na imagem, fortalece o planejamento das aquisições, reduz riscos de compras emergenciais e permite alinhar orçamento, prioridades e resultados, substituindo uma gestão orientada pela execução financeira por uma gestão orientada pelas necessidades da política educacional.



O QUE REVELOU A AUDITORIA (PROCESSO Nº 00149/24)

O Tribunal de Contas identificou oportunidades para fortalecer a governança das aquisições:

- ✓ Aprimorar o planejamento das compras
- ✓ Fortalecer o controle patrimonial
- ✓ Implantar Comitê de Aquisições
- ✓ Adotar sistema informatizado de gestão
- ✓ Aprimorar a gestão por competências e desempenho
- ✓ Selecionar tecnicamente funções críticas
- ✓ Implementar plano de gestão de riscos

**Boas práticas já existem.
O desafio é consolidar e avançar!**

DIRETRIZES PARA UMA BOA GOVERNANÇA DAS AQUISIÇÕES



PLANEJAMENTO INTEGRADO

Aquisições alinhadas ao diagnóstico da rede, ao plano pedagógico e ao planejamento estratégico.



GOVERNANÇA E GESTÃO DE RISCOS

Estruturas de governança fortalecidas, papéis claros, controles internos e gestão de riscos incorporada ao processo.



PRIORIZAÇÃO TÉCNICA

Critérios objetivos e transparentes para definir prioridades, com base em evidências e necessidades reais.



MONITORAMENTO DOS RESULTADOS

Acompanhar não só a execução financeira, mas principalmente os resultados para a aprendizagem.

PARTE V – CONCLUSÃO GERAL DA EDUCAÇÃO

Nas últimas décadas, Rondônia consolidou importantes avanços na ampliação do acesso à educação pública e na expansão da rede estadual de ensino. Entretanto, as evidências apresentadas ao longo deste diagnóstico demonstram que os desafios atuais deixaram de estar concentrados no acesso e passaram a exigir respostas voltadas, principalmente, à qualidade da aprendizagem, à valorização dos profissionais da educação, à eficiência do gasto público e à sustentabilidade da infraestrutura escolar.

Os quatro desafios estruturais analisados revelam que esses problemas não são isolados. O déficit de aprendizagem resulta da acumulação de fragilidades ao longo da trajetória escolar; a valorização da carreira docente influencia diretamente a permanência de professores em sala de aula e a continuidade do processo de ensino; a governança das aquisições determina a capacidade de transformar recursos públicos em resultados educacionais; e a infraestrutura escolar constitui condição indispensável para o desenvolvimento das atividades pedagógicas. Em comum, todos esses temas evidenciam a necessidade de substituir ações pontuais por políticas públicas permanentes, baseadas em planejamento, monitoramento e avaliação de resultados.

As propostas apresentadas neste guia convergem para um mesmo princípio: a educação precisa ser conduzida como uma política de Estado, e não como um conjunto de iniciativas episódicas de governo. Isso significa fortalecer a capacidade institucional da Secretaria de Estado da Educação para planejar no longo prazo, utilizar evidências para orientar decisões, integrar orçamento e planejamento pedagógico, acompanhar indicadores de desempenho e assegurar continuidade às políticas independentemente das mudanças de gestão.

EIXO 6

Segurança Pública

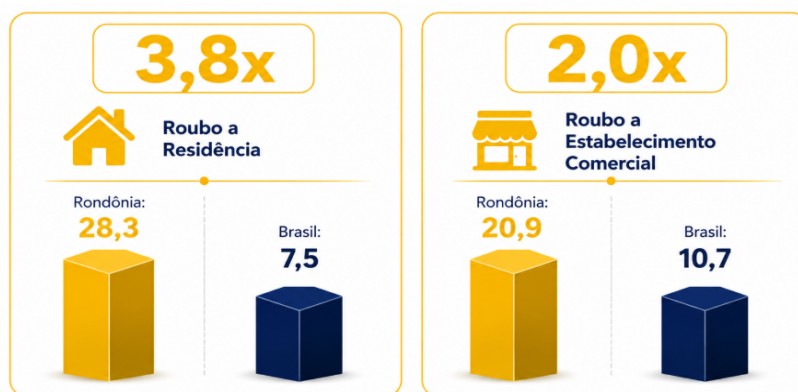
Os dados do **Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2026**, utilizados neste diagnóstico, revelam um cenário que merece atenção por parte da próxima gestão, pois embora Rondônia tenha obtido resultados expressivos em alguns indicadores, sobretudo aqueles relacionados ao uso de tecnologia e ao combate aos crimes patrimoniais envolvendo veículos, ainda apresenta taxas superiores à média nacional em diversos crimes contra o patrimônio e, principalmente, nos indicadores de violência contra as mulheres.

Ressalta-se que a dinâmica da criminalidade vem se tornando cada vez mais complexa, influenciada pela expansão das organizações criminosas, pelo aumento da circulação de armas, pela utilização intensiva de tecnologias digitais e pela crescente integração das rotas nacionais e internacionais do tráfico de drogas. Rondônia ocupa posição estratégica na Amazônia, fazendo fronteira com a Bolívia e funcionando como corredor logístico entre as regiões Norte, Centro-Oeste e Sudeste, circunstância que amplia a exposição do Estado às redes nacionais e transnacionais do crime organizado.

Nesse contexto, o presente diagnóstico concentra-se na análise de alguns índices de criminalidade, comparando-se com as taxas do Brasil e na relação entre investimento em tecnologia e resultados operacionais, além da demonstração de oportunidade de utilização de recursos.

PARTE I – INDICADORES DE CRIMINALIDADE DE RONDÔNIA

Entre os indicadores dos crimes patrimonial, especificamente quanto aos roubos a residências e a estabelecimentos comerciais, destaca-se a taxa de **28,3 roubos a residência por 100 mil habitantes no estado de Rondônia**, superior à referência nacional apresentada pelo próprio anuário, no percentual de 7,5, ou seja, o 3,8 vezes a média nacional. Também se destacam as taxas de roubo à estabelecimento comercial, com Rondônia apresentando taxa de 20,9, enquanto a média nacional é de 10,7, ou seja, Rondônia apresenta o dobro.



Fonte: Anuário da Segurança Pública – Edição 2026

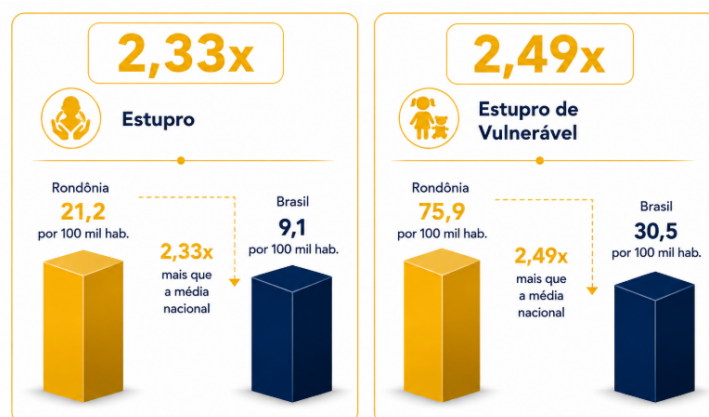
A violência contra as mulheres permanece como um dos maiores desafios da segurança pública em Rondônia. A taxa de homicídios de mulheres alcança 5,3 vítimas por 100 mil habitantes, enquanto a média nacional é de 3,2, colocando o Estado em um patamar 1,66 vez superior ao observado no país. A situação torna-se ainda mais preocupante quando analisados os feminicídios, que são os homicídios motivados pela condição de gênero da vítima. Rondônia registra 2,9 feminicídios por 100 mil habitantes, ao passo que a média brasileira é de 1,4, o que representa um índice 2,07 vezes maior que o nacional.

Outro aspecto relevante é que 54,3% dos homicídios de mulheres registrados em Rondônia são classificados como feminicídios, percentual superior aos 44,4% verificados no Brasil. Isso significa que, no Estado, mais da metade das mulheres assassinadas perdeu a vida em decorrência da violência baseada em gênero, evidenciando que o ambiente doméstico e as relações interpessoais continuam sendo importantes fatores de risco para a violência letal feminina.



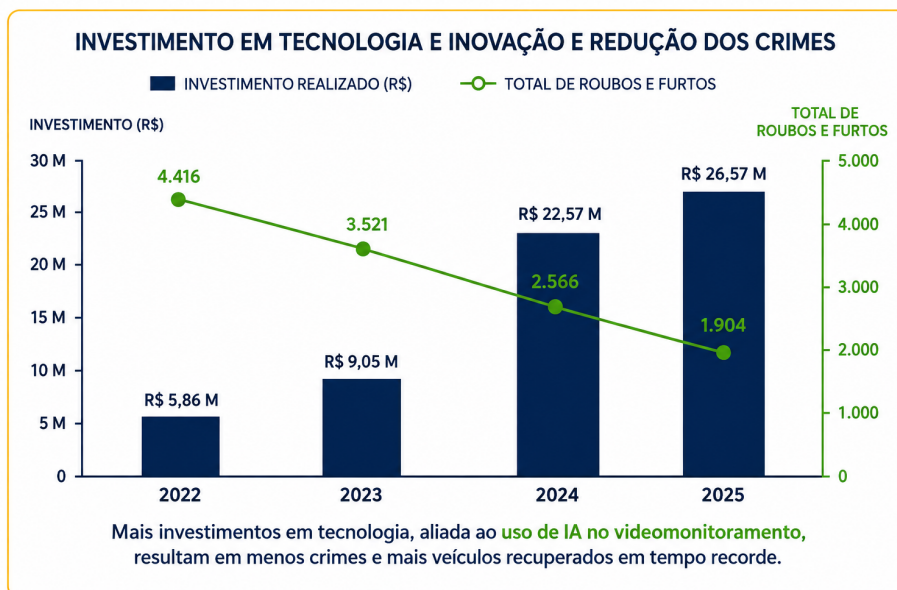
Fonte: Anuário da Segurança Pública – Edição 2026

A respeito dos indicadores de violência sexual, Rondônia registra 21,2 casos de estupro por 100 mil habitantes, enquanto a média nacional é de 9,1, o que significa que a incidência desse crime no Estado é 2,33 vezes superior à observada no conjunto do país. Por sua vez, quando analisado o estupro de vulnerável, que é o crime sexual praticado contra crianças, adolescentes ou pessoas incapazes de oferecer consentimento válido, o quadro torna-se ainda mais preocupante. A taxa estadual alcança 75,9 casos por 100 mil habitantes, frente à média nacional de 30,5, posicionando Rondônia em um patamar 2,49 vezes superior ao índice brasileiro.



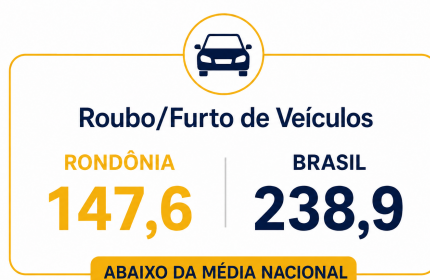
Fonte: Anuário da Segurança Pública – Edição 2026 < [Link](#) >

Em outra perspectiva, a análise dos indicadores demonstra que os investimentos realizados em tecnologia e inovação produziram resultados concretos no enfrentamento dos crimes patrimoniais em Rondônia. Entre 2022 e 2025, os recursos destinados ao fortalecimento dos sistemas de monitoramento e inteligência cresceram de **R\$ 5,86 milhões para R\$ 26,57 milhões**, acompanhados de uma redução contínua do número de roubos e furtos de veículos, que passaram de **4.416 ocorrências para 1.904** no mesmo período. Essa trajetória evidencia uma correlação positiva entre a ampliação da capacidade tecnológica das forças de segurança e a diminuição desse tipo de criminalidade, reforçando a importância da utilização de ferramentas de inteligência para complementar a atuação policial.



Fonte: Prestação de Contas da SESDEC- Relatório de Atividades 2022 a 2025

Os resultados alcançados refletem-se também na comparação nacional. Rondônia registra **147,6 roubos e furtos de veículos por 100 mil habitantes**, enquanto a média brasileira alcança **238,9**, o que coloca o Estado **38,2% abaixo da média nacional** nessa modalidade criminosa. Esses números indicam que políticas públicas baseadas em videomonitoramento, integração de bancos de dados e uso de inteligência artificial têm potencial para aumentar a eficiência das ações de prevenção, identificação e recuperação de veículos.



Fonte: Anuário da Segurança Pública – Edição 2026

De maneira geral, os dados mostram que o Estado obteve resultados expressivos na redução dos roubos e furtos de veículos, posicionando-se abaixo da média nacional, ao mesmo tempo em que registra índices significativamente superiores aos do Brasil em crimes relacionados à violência contra a mulher, como feminicídio, homicídio de mulheres, estupro e estupro de vulnerável. Esse contraste demonstra que a criminalidade possui dinâmicas distintas e que

políticas públicas eficazes em um segmento não produzem, necessariamente, os mesmos resultados em outros.

Os resultados alcançados no combate aos crimes patrimoniais revelam uma importante oportunidade para a próxima gestão. O aumento contínuo dos investimentos em tecnologia, videomonitoramento e inteligência artificial foi acompanhado pela redução consistente dos roubos e furtos de veículos, indicando que a utilização de ferramentas tecnológicas amplia a capacidade preventiva e investigativa das forças de segurança. Essa experiência demonstra que políticas baseadas em análise de dados, monitoramento em tempo real e integração entre os órgãos de segurança pública tendem a produzir ganhos de eficiência superiores aos obtidos exclusivamente pela ampliação do efetivo policial.

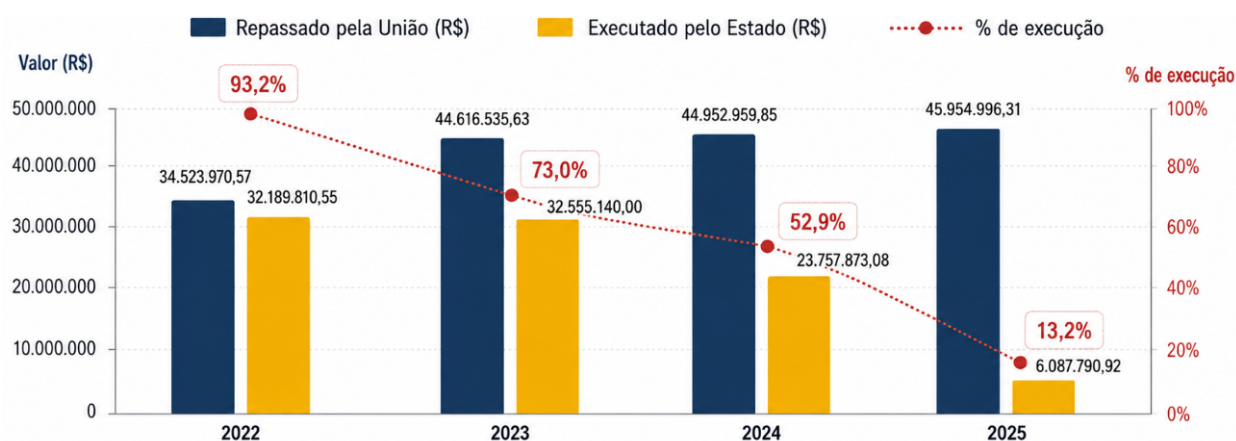
Por outro lado, os indicadores relacionados à violência contra a mulher representam o maior desafio identificado neste diagnóstico. Rondônia apresenta taxas de homicídios femininos, feminicídios, estupros e estupros de vulneráveis muito superiores às médias nacionais, revelando que a violência de gênero permanece como um problema estrutural. Esses dados evidenciam que o enfrentamento dessa realidade exige uma abordagem intersetorial, envolvendo também políticas públicas de assistência social, saúde, educação, proteção às vítimas e fortalecimento da rede de atendimento.

PARTE II – UMA DAS FONTES DE FINANCIAMENTO DA POLÍTICA DE SEGURANÇA

Importante mencionar que o **Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP)** financia projetos e ações de combate à violência no Brasil, realizando repasses Fundo a Fundo. No estado de Rondônia, a fim de operacionalizar os projetos e ações, foi criado o Fundo Estadual de Segurança Pública – Funesp, por intermédio da Lei n. 1007/2018.

Os dados disponíveis no Painel do Ministério da Justiça e Segurança Pública² demonstram os valores repassados pela União e executados pelo Estado de Rondônia nos últimos anos, demonstrando uma tendência de queda na execução. Embora Rondônia tenha ampliado o volume de recursos recebidos da União entre 2022 e 2025, a execução orçamentária desses valores apresentou trajetória inversa, indicando redução da capacidade de aplicação dos recursos disponíveis.

² <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/sua-seguranca/seguranca-publica/dgfnsp/seguranca-transparente>

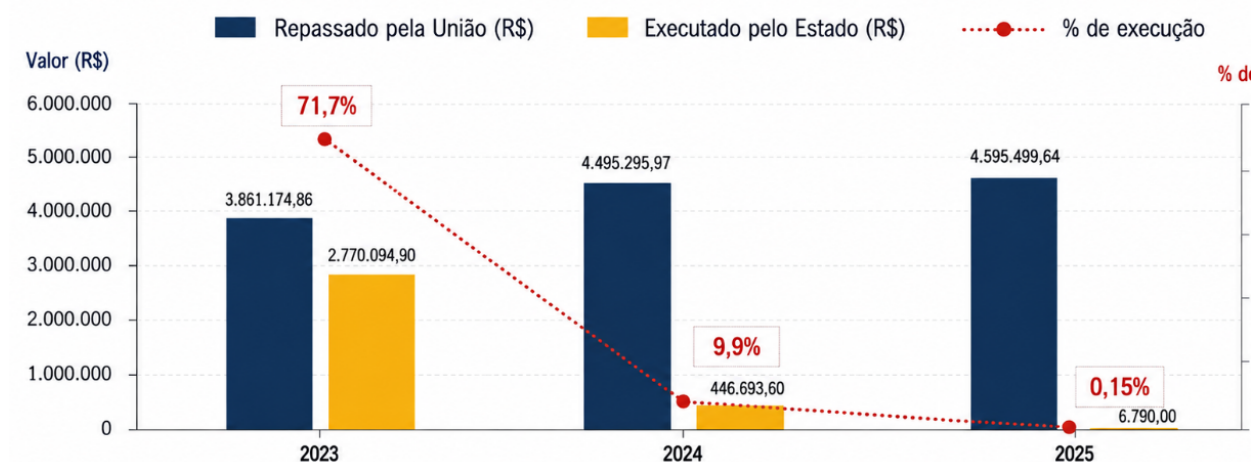


Fonte: Ministério da Justiça e Segurança Pública – Painel de Transferências Fundo a Fundo

O gráfico acima demonstra que os repasses da União aumentaram de **R\$ 34,5 milhões em 2022 para R\$ 46,0 milhões em 2025**, um crescimento acumulado de aproximadamente **33%** no período. No entanto, a evolução dos recursos transferidos não foi acompanhada pela capacidade de execução do Estado. Enquanto os valores repassados permaneceram em trajetória ascendente, a execução orçamentária apresentou queda contínua e expressiva. Em 2022, Rondônia executou **93,2%** dos recursos recebidos. Esse percentual caiu para **73,0%** em 2023, reduziu-se para **52,9%** em 2024 e atingiu apenas **13,2%** em 2025.

O Estado executou **R\$ 32,2 milhões** em 2022, valor que caiu para **R\$ 6,1 milhões** em 2025, apesar de os repasses terem permanecido próximos de R\$ 46 milhões. Isso significa que, em 2025, **mais de R\$ 39 milhões disponibilizados pela União deixaram de ser convertidos em ações, investimentos e serviços voltados à segurança pública.**

Ressalta-se que, especificamente a respeito da Violência Contra a Mulher, os disponíveis demonstram que entre 2023 e 2025, os valores repassados pela União permaneceram em trajetória de crescimento, passando de **R\$ 3,86 milhões para R\$ 4,60 milhões**, um aumento de aproximadamente **19%** no período. Em sentido oposto, a execução orçamentária apresentou queda. Em 2023, o Estado executou **R\$ 2,77 milhões**, correspondentes a aproximadamente **71,7%** dos recursos recebidos. Em 2024, a execução caiu para apenas **R\$ 446,7 mil**, equivalente a **9,9%** do total transferido. Em 2025, a situação tornou-se ainda mais crítica: foram executados somente **R\$ 6,8 mil**, o que representa apenas **0,15%** dos recursos disponibilizados pelo Governo Federal.



Fonte: Ministério da Justiça e Segurança Pública – Painel de Transferências Fundo a Fundo

Como demonstrado no guia, o Estado de Rondônia registra taxas de **feminicídio superiores ao dobro da média nacional**, índices elevados de **violência doméstica**, além de uma das maiores taxas de **estupro e estupro de vulnerável** do país, o que demonstra a necessidade de realização de projetos estruturantes nessa área temática.

Ressalta-se que o Fundo Nacional de Segurança Pública financia iniciativas estratégicas, como aquisição de viaturas, armamentos, equipamentos de proteção individual, sistemas de tecnologia, inteligência policial, capacitação de profissionais, fortalecimento da perícia criminal, combate à violência contra a mulher e modernização das forças de segurança. Portanto, a próxima gestão pode aproveitar essa oportunidade para confecção de projetos financiáveis com recursos do fundo.

Dessa forma, uma das prioridades da próxima gestão deve ser o fortalecimento da governança dos recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública. Isso envolve aperfeiçoar o planejamento das aquisições, **estruturar projetos executivos**, reduzir entraves administrativos, fortalecer a gestão de convênios e acompanhar sistematicamente a execução física e financeira dos investimentos. A melhoria da capacidade de execução permitirá transformar recursos já disponíveis em equipamentos, infraestrutura, tecnologia e serviços capazes de produzir resultados concretos para a população, diminuindo os índices de criminalidade.

PARTE III – O PROGNÓSTICO

Abaixo são apresentadas sob a perspectiva do controle externo, algumas ações que podem contribuir para a gestão da política pública da segurança pública do estado:

5 DECISÕES ESTRATÉGICAS PARA A SEGURANÇA PÚBLICA		AÇÃO PRINCIPAL	RESULTADO ESPERADO
1	 FORTALECER O ENFRENTAMENTO ÀS MORTES VIOLENTAS Reduzir homicídios e crimes violentos de forma integrada e estratégica.	• Ampliar o policiamento ostensivo e a presença do Estado nos territórios críticos. • Fortalecer investigação, inteligência e integração das forças de segurança. • Focar na prevenção social e na resolução qualificada de crimes.	 Redução consistente das mortes violentas e aumento da sensação de segurança da população.
2	 PROTEGER AS MULHERES E ENFRENTAR A VIOLÊNCIA DE GÊNERO Ampliar a proteção, o atendimento e a responsabilização dos agressores.	• Ampliar e fortalecer a rede de proteção e acolhimento. • Garantir fiscalização efetiva das medidas protetivas. • Investir em Delegacias Especializadas, Patrulha Maria da Penha e monitoramento de agressores. • Promover campanhas educativas e prevenção.	 Aumento da proteção às mulheres, redução da violência doméstica e dos feminicídios e mais agressores punidos.
3	 INVESTIR EM INTELIGÊNCIA, TECNOLOGIA E INFORMAÇÃO Transformar dados em evidências para decisões e operações mais eficazes.	• Expandir sistemas de monitoramento, integração de dados e análise criminal. • Modernizar equipamentos, conectividade e plataformas digitais. • Usar tecnologia para prevenção, investigação e gestão de riscos.	 Decisões mais precisas, operações mais eficientes e melhor uso dos recursos públicos.
4	 PLANEJAR ESTRATEGICAMENTE PROJETOS E INVESTIMENTOS Assegurar qualidade técnica, viabilidade e execução eficiente dos projetos de segurança pública.	• Estruturar e priorizar projetos com base em evidências, indicadores e diagnóstico territorial. • Elaborar projetos executivos completos e viáveis. • Garantir agilidade na execução, no monitoramento e na prestação de contas dos recursos.	 Projetos bem planejados e executados, menos entraves e maior impacto das ações na segurança pública.
5	 INTEGRAR POLÍTICAS E FORTALECER A GOVERNANÇA Atuar de forma coordenada entre os órgãos e com a sociedade.	• Integrar ações entre segurança, justiça, educação, saúde e assistência social. • Fortalecer a governança, o planejamento e a gestão por resultados. • Ampliar a participação social e promover transparência ativa.	 Políticas mais integradas, resultados sustentáveis e maior confiança da sociedade nas instituições.

EIXO 7

Infraestrutura Rodoviária

Fonte: processo de controle externo (PCe n. 719/2024)

A infraestrutura pública constitui um dos principais instrumentos de promoção do desenvolvimento econômico e social. Rodovias, pontes, aeroportos, sistemas de drenagem e demais ativos públicos não representam apenas obras de engenharia; são elementos essenciais para garantir o funcionamento da economia, assegurar o acesso da população aos serviços públicos e integrar diferentes regiões do território estadual. Em um estado com as características geográficas de Rondônia, cuja economia depende fortemente da agropecuária, da indústria de transformação e do escoamento da produção para os mercados consumidores e para os portos de exportação, a qualidade da infraestrutura de transportes influencia diretamente a competitividade econômica, os custos logísticos e a capacidade de atração de novos investimentos.

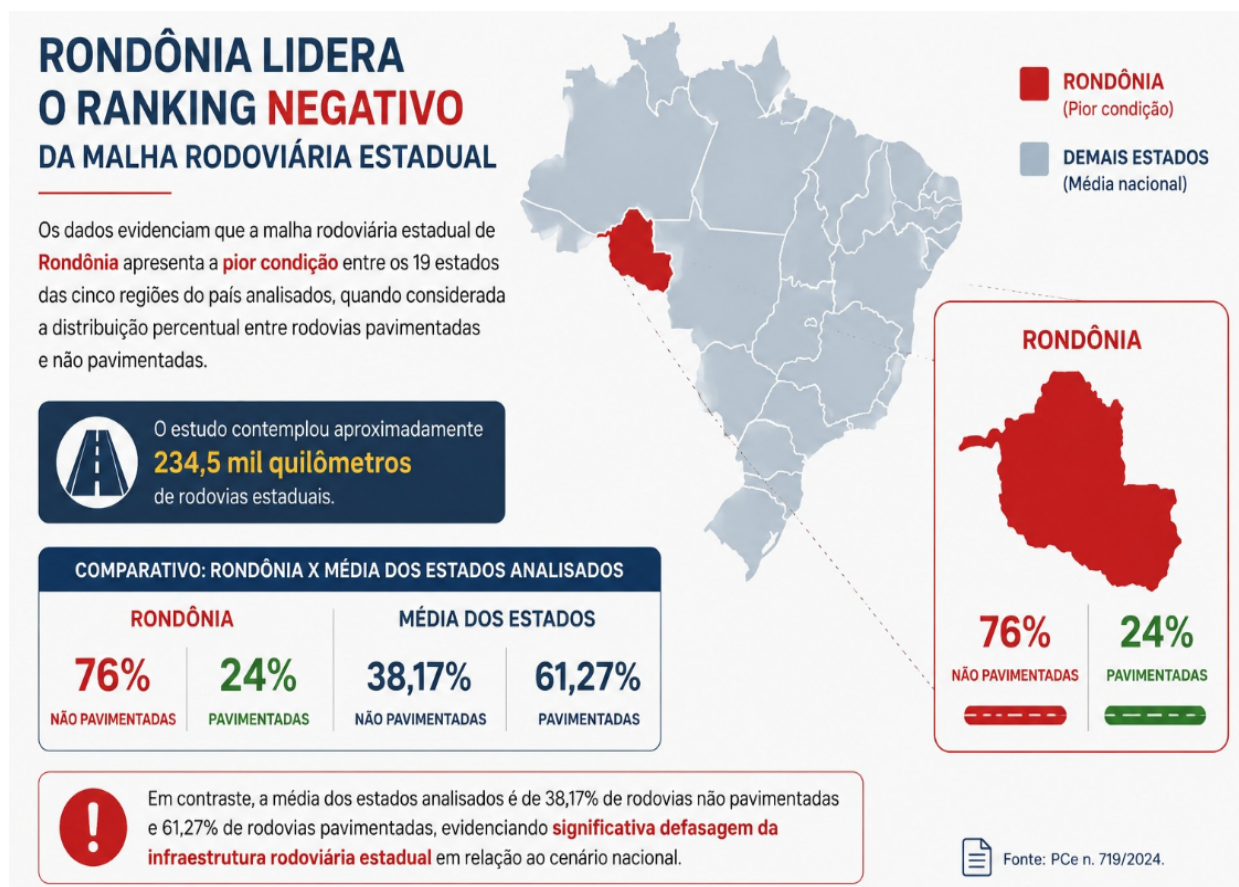
No entanto, a gestão da infraestrutura pública apresenta características que a diferenciam da maioria das demais políticas governamentais. Diferentemente de um programa social ou de uma ação de custeio, cuja interrupção produz efeitos imediatos e perceptíveis, a deterioração da infraestrutura ocorre de forma gradual e silenciosa. A ausência de manutenção nem sempre gera consequências imediatas, mas provoca um processo contínuo de perda de qualidade dos ativos públicos. Pequenas patologias evoluem para danos estruturais, o custo das intervenções aumenta progressivamente e, em situações extremas, torna-se necessária a reconstrução completa da infraestrutura, com elevado impacto financeiro para o Estado.

Nesse contexto, o presente eixo trata da malha rodoviária estadual e da capacidade institucional de execução do Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes (DER-RO), com base em processo específico de controle externo (PCe 719/2024).

Os dados evidenciam que a malha rodoviária estadual de Rondônia apresenta a pior condição entre os 19 estados das cinco regiões do país analisados, quando considerada a distribuição percentual entre rodovias pavimentadas e não pavimentadas. O estudo contemplou aproximadamente 234,5 mil quilômetros de rodovias estaduais.

Nesse sentido, verificou-se que Rondônia possui cerca de 76% de sua malha rodoviária sem pavimentação e apenas 24% pavimentada. Em contraste, a média dos estados analisados é de

38,17% de rodovias não pavimentadas e 61,27% de rodovias pavimentadas, evidenciando importante defasagem da infraestrutura rodoviária estadual em relação ao cenário nacional.

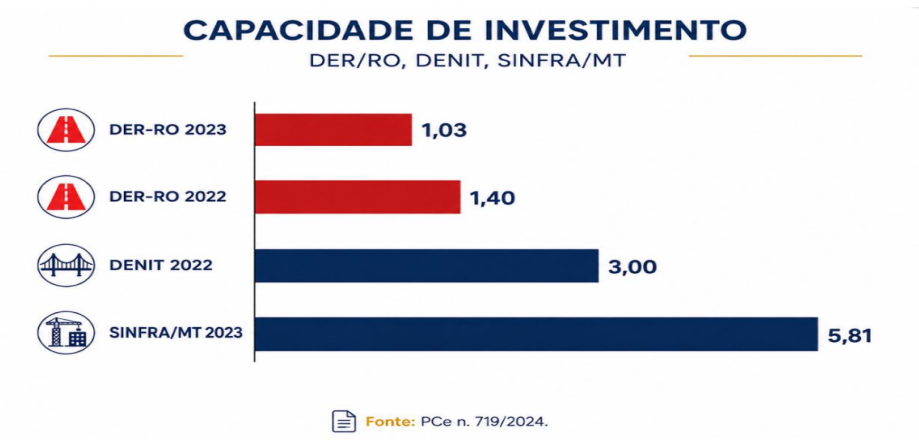


O déficit de pavimentação produz efeitos diretos sobre a competitividade e a integração territorial do Estado. Em termos econômicos, Rondônia destina 15,24% do Produto Interno Bruto (PIB) aos custos de transporte, percentual que representa quase o dobro da referência nacional, de 8,8%. Sob a perspectiva da conectividade, 40 municípios apresentam nível de integração inferior à média nacional, alcançando, conforme a métrica utilizada no estudo, conectividade com apenas 2.593 municípios, enquanto a referência nacional corresponde a 3.353 municípios.

Esse déficit de conectividade guarda relação direta com o cenário econômico anteriormente apresentado. Em uma economia de perfil primário-exportador, como a de Rondônia, a eficiência da infraestrutura logística constitui fator determinante para o escoamento da produção agropecuária. Nesse contexto, os elevados custos de transporte reduzem a competitividade dos produtos, comprimem as margens econômicas e limitam a geração de receitas e a capacidade de reinvestimento.

Sob a perspectiva da gestão da infraestrutura, o diagnóstico avaliou quanto dos recursos administrados pelo DER-RO é efetivamente destinado à realização de obras e investimentos, em comparação com os gastos necessários para manter o próprio órgão em funcionamento. Em termos práticos, o indicador mostra quanto o Departamento consegue investir em novas rodovias, pontes e demais obras de infraestrutura para cada R\$ 1,00 utilizado na manutenção de sua estrutura administrativa.

Os resultados evidenciam uma capacidade de investimento relativamente baixa quando comparada a órgãos semelhantes. Em 2023, o DER-RO investiu **R\$ 1,03** em obras para cada **R\$ 1,00** gasto com sua manutenção administrativa; em 2022, essa relação foi de **R\$ 1,40**. No mesmo período, o **DNIT** investiu **R\$ 3,00** para cada R\$ 1,00 destinado à manutenção de sua estrutura, enquanto a **Secretaria de Estado de Infraestrutura de Mato Grosso (SINFRA-MT)** alcançou **R\$ 5,81** em 2023. Esses resultados indicam que uma parcela relativamente elevada dos recursos do DER-RO permanece comprometida com o custeio de sua própria estrutura, reduzindo a capacidade de ampliar os investimentos em obras e demais ações finalísticas, conforme demonstrado a seguir.



O diagnóstico também evidencia um tema estratégico que deverá ser analisado pela próxima gestão: **o modelo de execução das obras rodoviárias estaduais**. Atualmente, predomina a execução direta, na qual o DER-RO realiza grande parte das atividades necessárias à execução das obras, incluindo aquisição de materiais, operação de usinas, manutenção da frota, gestão de equipes e execução dos serviços. Esse modelo exige uma estrutura operacional robusta e consome parcela significativa dos recursos necessários para manter o próprio Departamento em funcionamento.

Nesse contexto, caberá ao próximo governo avaliar, com base em estudos técnicos, se o modelo atualmente adotado continua sendo o mais eficiente ou se outras formas de execução podem produzir melhores resultados. Entre as alternativas está a ampliação da execução indireta, por meio da contratação de empresas especializadas para realizar as obras. Nesse caso, o papel do DER-RO passaria a concentrar-se no planejamento, elaboração de projetos, contratação, fiscalização e acompanhamento dos serviços executados.

A escolha entre esses modelos não deve ser orientada por preferências administrativas, mas por evidências que permitam comparar custos, prazos, qualidade das obras, capacidade de execução e sustentabilidade financeira. Independentemente da alternativa adotada, o fator decisivo continuará sendo a capacidade institucional do Estado. Na execução direta, isso significa gerir adequadamente pessoas, equipamentos, insumos e processos operacionais. Na execução indireta, significa elaborar bons projetos, contratar corretamente, fiscalizar a execução dos contratos e assegurar que as obras sejam entregues com qualidade e dentro dos prazos estabelecidos.

A **Lei Estadual n. 6.021, de 9 de maio de 2025**, amplia as possibilidades de financiamento da infraestrutura rodoviária ao autorizar o Poder Executivo a contratar operações de crédito, com garantia da União, até o limite de **R\$ 985,9 milhões**. Os recursos poderão ser destinados à execução de investimentos previstos no orçamento estadual, especialmente em infraestrutura rodoviária e demais despesas de capital, fortalecendo a capacidade do Estado de viabilizar projetos estruturantes. A disponibilidade desses recursos, entretanto, não assegura, por si só, a entrega das obras. Sua efetiva transformação em infraestrutura dependerá da definição de prioridades, da seleção de projetos tecnicamente consistentes, do cumprimento das regras fiscais e, sobretudo, da capacidade institucional de planejar, contratar, executar e fiscalizar os investimentos.

O PROGNÓSTICO

Abaixo são apresentadas sob a perspectiva do controle externo, algumas ações que podem contribuir para a gestão da política pública da infraestrutura do estado:

5 DECISÕES ESTRATÉGICAS PARA A INFRAESTRUTURA PÚBLICA			AÇÃO PRINCIPAL	RESULTADO ESPERADO
1		IMPLANTAR UMA POLÍTICA PERMANENTE DE GESTÃO DE ATIVOS Planejar toda a infraestrutura ao longo do seu ciclo de vida.	• Inventariar rodovias, pontes e demais ativos. • Implantar sistema de monitoramento das condições dos ativos. • Elaborar Plano Estadual de Gestão da Infraestrutura.	 Maior vida útil dos ativos públicos. Decisões baseadas em evidências.
2		PRIORIZAR A MANUTENÇÃO PREVENTIVA Conservar antes que seja necessário reconstruir.	• Programar manutenção periódica. • Realizar inspeções técnicas permanentes. • Corrigir defeitos ainda em estágio inicial.	 Redução do custo das obras. Menor deterioração da malha rodoviária.
3		DIRECIONAR INVESTIMENTOS COM CRITÉRIOS TÉCNICOS Investir onde o impacto para a população é maior.	• Priorizar corredores logísticos. • Utilizar indicadores de risco e criticidade. • Integrar planejamento e orçamento.	 Maior retorno econômico. Melhor aplicação dos recursos públicos.
4		FORTALECER A GOVERNANÇA DA INFRAESTRUTURA Integrar planejamento, execução e monitoramento.	• Definir indicadores de desempenho. • Acompanhar cronogramas e custos. • Avaliar continuamente os resultados.	 Obras mais eficientes. Menos atrasos e maior transparência.
5		PRESERVAR A CAPACIDADE DE INVESTIMENTO Garantir infraestrutura sustentável no longo prazo.	• Compatibilizar investimentos com a situação fiscal. • Buscar financiamentos e parcerias. • Priorizar projetos estruturantes.	 Infraestrutura sustentável. Desenvolvimento econômico e melhoria dos serviços públicos.

EIXO 8

Saneamento Básico

Fonte: processos de controle externo (PCe 02874/25 e 01964/26)

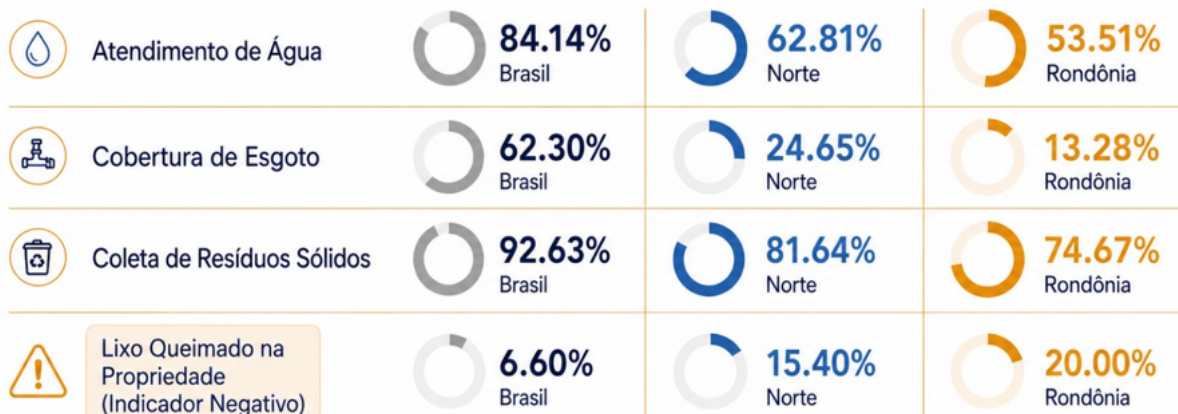
A concessão regionalizada dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário da MRAERO representa uma decisão de Estado, com impacto sobre **40 municípios**, prazo contratual de **35 anos** e valor estimado de **R\$ 8,477 bilhões**. Trata-se de uma política pública cujos efeitos ultrapassam um mandato governamental, influenciando diretamente a expansão do saneamento, a saúde pública, a proteção ambiental, o desenvolvimento regional e a modicidade tarifária.

Essa transformação insere-se no contexto do **novo marco legal do saneamento básico** (Lei Federal n. 14.026/2020), que estabeleceu metas de universalização até 2033, prevendo atendimento de **99% da população com abastecimento de água potável** e de **90% com coleta e tratamento de esgotamento sanitário**. A legislação também ampliou as possibilidades de organização da prestação dos serviços, permitindo a adoção de diferentes modelos de gestão, inclusive com participação da iniciativa privada.

A realização do leilão representa apenas o início dessa política pública. A partir da celebração do contrato, caberá ao Estado fortalecer sua capacidade de planejamento, regulação, fiscalização e acompanhamento da execução contratual, assegurando o cumprimento das metas de universalização, a adequada gestão dos riscos e a proteção dos usuários ao longo de toda a vigência da concessão.

Esse desafio torna-se ainda mais relevante diante da situação atual do saneamento em Rondônia. Os indicadores demonstram que o Estado permanece abaixo das médias nacional e regional na cobertura dos serviços de abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgoto, além de registrar elevada incidência da queima de resíduos nas propriedades, conforme observado a seguir:

Os dados revelam que Rondônia encontra-se perigosamente abaixo da média nacional e regional.



 **Fonte:** Fonte: SINISA 2024

Diante desse cenário, a concessão dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário representa uma oportunidade para ampliar os investimentos no setor e acelerar a expansão da infraestrutura de saneamento. Contudo, a efetividade dessa política pública dependerá da capacidade do Estado de acompanhar sua implementação ao longo de toda a vigência contratual, assegurando o cumprimento das metas de universalização, a adequada gestão dos riscos e a proteção dos usuários.

Com o novo arranjo institucional, a concessionária passa a executar os serviços nas áreas abrangidas pelo contrato, observando as metas de expansão, os investimentos, os padrões de qualidade e os indicadores de desempenho estabelecidos. Ao Estado caberá assegurar que os objetivos da política pública sejam efetivamente alcançados por meio de três funções essenciais:

- **Regulação e fiscalização:** acompanhar o cumprimento das metas e das obrigações contratuais;
- **Atendimento às áreas não abrangidas pela concessão:** planejar soluções para zonas rurais, localidades remotas e demais áreas excluídas do contrato;
- **Proteção tarifária e inclusão social:** garantir mecanismos que preservem o acesso da população vulnerável aos serviços essenciais.

Com a assinatura do contrato, a política pública ingressa em uma nova etapa, na qual o principal desafio deixa de ser a realização do leilão e passa a ser a execução da concessão. O sucesso desse

modelo dependerá da continuidade da atuação estatal ao longo de toda a vigência contratual, assegurando que as metas de universalização sejam efetivamente alcançadas.

Nesse contexto, a figura a seguir sintetiza os quatro riscos críticos que merecem acompanhamento permanente durante a execução do contrato, por seu potencial de comprometer a expansão dos serviços, a sustentabilidade da concessão e a proteção do interesse público.



A próxima gestão terá como desafio assegurar a implementação adequada do novo modelo de prestação dos serviços de saneamento, conciliando o acompanhamento da execução contratual, o fortalecimento da capacidade regulatória do Estado, o atendimento às áreas não abrangidas pela concessão e a preservação dos mecanismos de inclusão social. Considerando que a execução do contrato ultrapassará ciclos governamentais e coincidirá com a transição de mandato, a continuidade institucional, a disponibilidade de informações técnicas e a capacidade de monitoramento permanente serão fatores determinantes para o cumprimento das metas de universalização previstas.

EIXO 9

Ambiental

Fonte: Processos de controle externo (PCe n. 02902/24 e 1600/25)

PARTE I – QUEIMADAS

As evidências demonstram que **2024 foi um dos anos mais críticos para as queimadas em Rondônia**, com impactos expressivos sobre o meio ambiente e a qualidade do ar. Somente no mês de outubro foram destruídos **573,5 mil hectares**, enquanto a população conviveu com **31 dias de ar prejudicial à saúde em agosto** e **28 dias em setembro**, evidenciando a magnitude da crise ambiental enfrentada pelo Estado.

Os achados do controle externo indicam que esse cenário foi agravado por fragilidades estruturais na resposta governamental. Entre elas destacam-se a atuação fragmentada dos órgãos responsáveis, sem coordenação operacional integrada; a ausência de monitoramento contínuo capaz de identificar e antecipar áreas críticas; a predominância de ações voltadas ao combate de incêndios já instalados, em detrimento de medidas preventivas; e a insuficiência de planejamento para mobilização antecipada de recursos e equipes. Em conjunto, essas fragilidades caracterizam um modelo de atuação predominantemente reativo, no qual a resposta estatal ocorria após a consolidação da emergência.

Os impactos desse cenário ultrapassaram as áreas diretamente atingidas pelo fogo. A fumaça proveniente dos incêndios comprometeu a qualidade do ar, aumentando a exposição da população ao material particulado, especialmente entre crianças, idosos e pessoas com doenças respiratórias, com reflexos sobre a demanda pelos serviços de saúde. Paralelamente, os incêndios provocaram perdas de pastagens, lavouras e infraestrutura rural, afetando a atividade agropecuária e gerando impactos sobre a economia estadual.

Em **2025**, entretanto, os indicadores evidenciam uma mudança significativa desse cenário. A área queimada no mês de outubro foi reduzida de **573,5 mil para 23 mil hectares**, correspondendo a uma redução de **96%**. Da mesma forma, os dias com qualidade do ar prejudicial à saúde diminuíram de **31 para 8 dias em agosto** (redução de **74%**) e de **28 para 2 dias em setembro** (redução de **93%**). Os resultados, destacados a seguir, evidenciam avanços relevantes no enfrentamento das queimadas e indicam maior efetividade das ações implementadas no período.

INDICADOR	2024	2025	RESULTADO
 Área queimada em outubro	573.500 ha	23.000 ha	▼ 96%
 Dias com ar ruim — agosto	31 dias	8 dias	▼ 74%
 Dias com ar ruim — setembro	28 dias	2 dias	▼ 93%
 A redução não aconteceu por acaso: política ativa transformou prevenção em resultado.			

 Fonte: PCe n. 02902/24 e 01600/2025

Em 2025, Rondônia fortaleceu sua capacidade institucional para prevenção e resposta aos incêndios florestais, com avanços no planejamento, no monitoramento e na coordenação entre os órgãos responsáveis. Nesse período, o Tribunal de Contas intensificou sua atuação preventiva e orientadora por meio dos Processos de Controle Externo n. 02902/2024 e n. 01600/2025, contribuindo para o aperfeiçoamento da governança ambiental. Embora a ocorrência de queimadas também seja influenciada por fatores climáticos e ambientais, os resultados indicam que o Estado passou a contar com uma estrutura mais preparada para antecipar riscos, coordenar ações e responder de forma mais tempestiva aos eventos críticos do que aquela observada em 2024.

Sob a perspectiva da gestão pública, as evidências reforçam que o enfrentamento das queimadas depende da consolidação de um sistema permanente de prevenção, estruturado em monitoramento contínuo, integração institucional e protocolos de atuação previamente definidos. A experiência demonstra que a atuação antecipada amplia a capacidade do Estado de direcionar recursos para as áreas mais críticas, reduzir o tempo de resposta e minimizar os impactos ambientais, sociais e econômicos associados aos incêndios florestais.

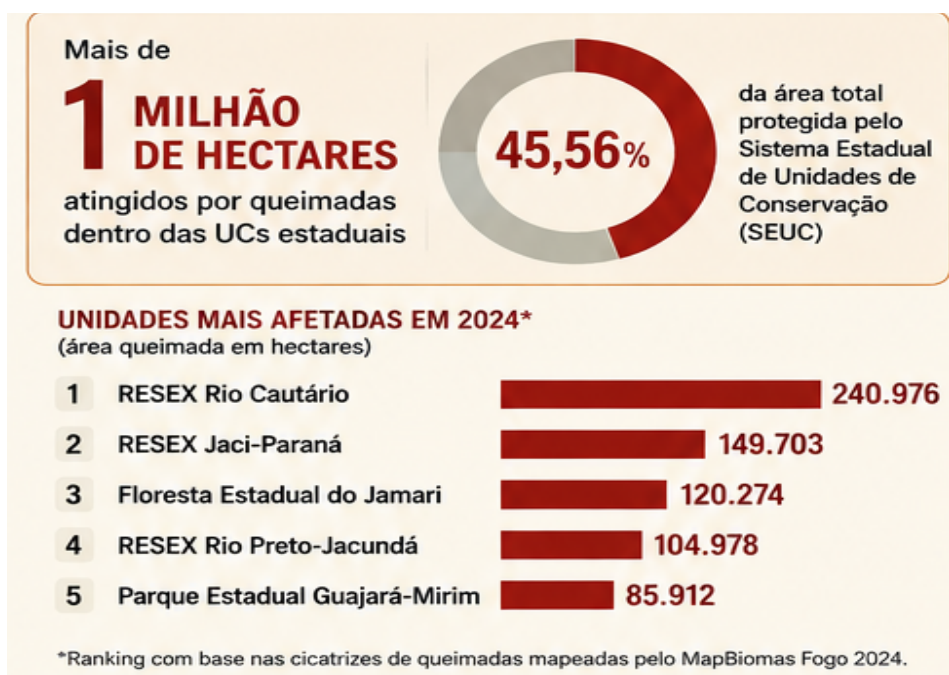
PARTE II – UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

A política ambiental ocupa posição estratégica para o desenvolvimento de Rondônia. Em um estado cuja economia, disponibilidade hídrica, produção agropecuária e biodiversidade dependem diretamente da conservação dos recursos naturais, proteger o patrimônio ambiental significa também proteger a qualidade de vida da população, a segurança climática e as oportunidades de desenvolvimento sustentável.

Nesse contexto, as Unidades de Conservação estaduais representam um dos principais ativos públicos do Estado. Rondônia possui **49 Unidades de Conservação (UCs)** estaduais, distribuídas por aproximadamente 2,59 milhões de hectares, correspondentes a 10,9% do território rondoniense, essas áreas desempenham funções essenciais na conservação da biodiversidade, na proteção das nascentes, na manutenção dos rios, na regulação do clima e na redução dos impactos das mudanças climáticas.



A relevância dessa política tornou-se ainda mais evidente durante a crise ambiental vivenciada em 2024 relativamente a um dos períodos mais severos de queimadas de sua história recente, demonstrando, de forma inequívoca, a relevância estratégica das Unidades de Conservação para a proteção ambiental de Rondônia. Segundo dados do MapBiomas (cicatriz de queimadas), o Estado registrou naquele ano mais de 1 milhão de hectares queimados dentro das Unidades de Conservação estaduais, o equivalente a 45,56% de toda a área protegida pelo Sistema Estadual de Unidades de Conservação (SEUC).



As evidências produzidas pelo controle externo demonstraram que esse cenário não decorreu exclusivamente de fatores climáticos. Fragilidades estruturais na governança ambiental contribuíram para ampliar seus efeitos, destacando-se a atuação fragmentada dos órgãos responsáveis, a ausência de monitoramento contínuo das áreas críticas, o planejamento insuficiente para mobilização antecipada de equipes e recursos e a predominância de ações reativas voltadas ao combate dos incêndios após sua instalação, em vez da prevenção.

Essa experiência evidencia uma lição importante para a gestão pública: políticas ambientais produzem melhores resultados quando estruturadas de forma permanente. A atuação preventiva mostra-se mais eficiente, menos onerosa e socialmente mais efetiva do que a simples resposta às emergências já instaladas. É exatamente sob essa perspectiva que este eixo analisa a situação das Unidades de Conservação estaduais.

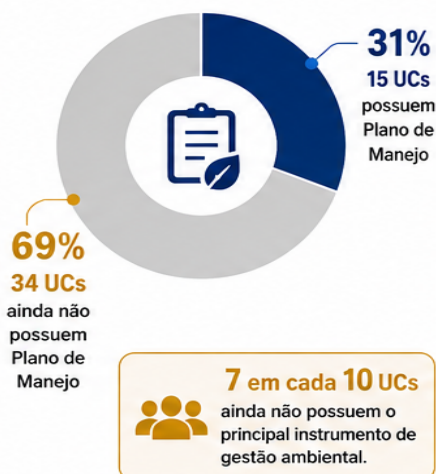
As UCs constituem patrimônio estratégico de Rondônia, cuja efetividade depende de governança, planejamento, regularização fundiária, fiscalização e monitoramento contínuos. O desafio para os próximos anos consiste em consolidar essas estruturas como uma política de Estado, capaz de assegurar a conservação ambiental, fortalecer a resiliência frente às mudanças climáticas e promover desenvolvimento sustentável para as futuras gerações.

A efetividade dessa proteção depende da existência de instrumentos capazes de orientar sua gestão cotidiana. Entre eles, o plano de manejo constitui o principal documento técnico, pois estabelece o zoneamento da área, define os usos permitidos, orienta as ações de fiscalização, disciplina atividades de pesquisa e visitação, identifica áreas prioritárias para recuperação ambiental e organiza as estratégias de conservação da biodiversidade.

PLANOS DE MANEJO

A efetividade dessa proteção depende da existência de instrumentos capazes de orientar sua gestão cotidiana. Entre eles, o plano de manejo constitui o principal documento técnico, pois estabelece o zoneamento da área, define os usos permitidos, orienta as ações de fiscalização, disciplina atividades de pesquisa e visitação, identifica áreas prioritárias para recuperação ambiental e organiza as estratégias de conservação da biodiversidade. Na ausência desse instrumento, a gestão das Unidades de Conservação torna-se predominantemente reativa

As evidências do controle externo (Relatório de Gestão Ambiental elaborado pela Secretaria Especial de Projetos em Políticas Públicas Especiais SEPPEP) demonstram que parte significativa das Unidades de Conservação estaduais ainda não dispõe de plano de manejo aprovado. Isso significa que extensas áreas protegidas permanecem sem um planejamento técnico capaz de orientar sua administração, comprometendo a execução das políticas públicas voltadas à conservação ambiental.



Além da função de proteção ambiental, o plano de manejo oferece segurança jurídica para a atuação do poder público e dos diversos atores envolvidos na gestão das Unidades de Conservação.

Sob a perspectiva da gestão pública, portanto, a ausência de planos de manejo representa uma fragilidade de governança. Sem planejamento, o Estado perde capacidade de priorizar investimentos, organizar a fiscalização, captar recursos para projetos ambientais e monitorar resultados ao longo do tempo.



A ausência de Plano de Manejo deixa as Unidades de Conservação legalmente protegidas, mas operacionalmente vulneráveis. Sem zoneamento, regras de uso, prioridades de conservação e estratégias de fiscalização, o Estado perde capacidade de prevenir queimadas, desmatamento, ocupações irregulares e atividades incompatíveis com a finalidade da unidade.

Também ficam prejudicados o planejamento dos investimentos, a regularização fundiária, a participação das comunidades e o desenvolvimento de atividades econômicas sustentáveis.



Como providência urgente, o Estado deve elaborar um plano estadual de priorização para concluir os planos pendentes, começando pelas unidades com maior pressão ambiental, risco fundiário e relevância ecológica. Paralelamente, deve revisar os documentos existentes, integrar os planos à fiscalização e à regularização fundiária, fortalecer os conselhos gestores e criar um painel público de monitoramento.

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DAS UCs

A regularização fundiária constitui um dos principais desafios para a consolidação das Unidades de Conservação estaduais. Embora essas áreas tenham sido legalmente instituídas para proteger o patrimônio ambiental de Rondônia, parte significativa delas ainda apresenta pendências relacionadas à dominialidade das terras, à sobreposição com glebas federais, à ausência de georreferenciamento definitivo e à conclusão dos procedimentos de registro e cessão de uso. Essas fragilidades comprometem a segurança jurídica das unidades e dificultam a atuação do Estado na proteção do território.

As evidências de controle externo demonstram que persistem sobreposições entre Unidades de Conservação estaduais e áreas pertencentes à União, cuja regularização depende da atuação coordenada entre a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental (SEDAM), a Procuradoria-Geral do Estado (PGE), a Secretaria do Patrimônio da União (SPU) e outros órgãos federais. Enquanto esses processos permanecem inconclusos, ampliam-se os conflitos fundiários, a insegurança para a fiscalização e as dificuldades para responsabilização de ocupações irregulares e desmatamentos.

As consequências dessa situação ultrapassam o aspecto patrimonial. Áreas sem situação fundiária consolidada tornam-se mais vulneráveis à ocupação irregular, à expansão do desmatamento, às queimadas e à exploração ilegal dos recursos naturais.

Os números revelam a dimensão desse passivo. Nas 49 Unidades de Conservação estaduais foram identificados **6.550 Cadastros Ambientais Rurais (CAR) sobrepostos** às áreas protegidas. Desse total, **43,28%** já foram analisados, porém permanecem com pendências; **25,57%** sequer haviam sido analisados; apenas **0,14%** encontravam-se em análise ativa e **menos de 21,71%** estavam regularizados ou em conformidade com a legislação. O diagnóstico elaborado pelo Tribunal de Contas demonstra que o problema ultrapassa a simples definição dos limites territoriais das unidades e envolve um conjunto de pendências jurídicas, cartográficas e administrativas que reduzem a capacidade do Estado de exercer plenamente a gestão ambiental. Entre os principais entraves estão a sobreposição de unidades com glebas públicas federais, a ausência de georreferenciamento definitivo, a existência de imóveis privados

incidentes sobre áreas protegidas e a demora na conclusão dos processos de cessão de uso e registro patrimonial.



SITUAÇÃO DAS UCs, FISCALIZAÇÃO E CAPACIDADE OPERACIONAL

As evidências da auditoria do Tribunal de Contas demonstram que a fiscalização ambiental ainda enfrenta limitações estruturais relacionadas à insuficiência de pessoal, fragilidades na coordenação das ações, restrições logísticas e monitoramento territorial incompleto. Essas limitações reduzem a capacidade de prevenir ocupações irregulares, combater o desmatamento e responder tempestivamente aos focos de incêndio, especialmente em áreas remotas e de difícil acesso. Como consequência, parte das pressões ambientais acaba sendo identificada apenas após a ocorrência dos danos, tornando a atuação estatal predominantemente reativa.

A auditoria conclui que o fortalecimento da capacidade operacional da SEDAM constitui condição indispensável para a proteção efetiva das Unidades de Conservação. Isso envolve ampliar o monitoramento contínuo por sensoriamento remoto, integrar informações geoespaciais aos processos de fiscalização, fortalecer a atuação articulada entre os órgãos ambientais e de segurança pública e estruturar protocolos permanentes de prevenção às queimadas, reduzindo a dependência de operações emergenciais durante o período crítico.

Além disso a estrutura de governança das UCs que são os conselhos previsto na legislação não estão operantes.

CONSELHOS DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: PARTICIPAÇÃO QUE FORTALECE A GESTÃO



Os Conselhos Consultivos/Deliberativos são instâncias essenciais de participação social e controle social, promovendo diálogo e corresponsabilidade na gestão das UCs.

SITUAÇÃO DOS CONSELHOS NAS UCs ESTADUAIS



- 23 Constituídos (46,94%)
- 14 Não constituídos (28,57%)
- 12 Não informados (24,49%)

DESAFIOS IDENTIFICADOS

- ✓ Conselhos ainda não instituídos em quase 30% das UCs.
- ✓ Baixa regularidade das reuniões e fragilidade no funcionamento.
- ✓ Necessidade de capacitação e apoio técnico para conselheiros.
- ✓ Participação das comunidades tradicionais ainda limitada.



Conselhos atuantes aumentam a legitimidade das decisões, ajudam a prevenir conflitos e fortalecem a fiscalização social e a conservação da biodiversidade.



GESTÃO PARTICIPATIVA
= UC FORTE E PROTEGIDA

PROGNÓSTICO

A experiência de 2024 demonstrou que investir em prevenção e capacidade operacional produz resultados significativamente superiores aos obtidos por ações exclusivamente reativas.

A regularização fundiária constitui um dos principais desafios para a consolidação das Unidades de Conservação estaduais. Embora essas áreas tenham sido legalmente instituídas para proteger o patrimônio ambiental de Rondônia, parte significativa delas ainda apresenta pendências relacionadas à dominialidade das terras, à sobreposição com glebas federais, à ausência de governança e capacidade operacional para sua gestão, o que constitui um desafio para a próxima gestão:

PRINCIPAIS PRESSÕES AMBIENTAIS NAS UCs



Desmatamento ilegal



Queimadas



Ocupações irregulares



Abertura de estradas e ramais



Caça e pesca ilegais



Essas pressões comprometem a biodiversidade, os recursos hídricos, o clima e os modos de vida das populações tradicionais.

PARA PROTEGER, O ESTADO PRECISA FORTALECER



Monitoramento contínuo por sensoriamento remoto e alertas em tempo real



Fiscalização planejada e permanente nas áreas prioritárias



Integração entre órgãos ambientais e de segurança pública



Estruturação logística e tecnológica das equipes de campo



Prevenção a incêndios e resposta rápida a emergências



Prevenir é mais eficaz e menos custoso do que agir somente após os danos. Investir em prevenção salva vidas, florestas e recursos.

Sob a perspectiva da governança pública, proteger as Unidades de Conservação exige transformar a fiscalização em uma política permanente de Estado. O uso intensivo de inteligência territorial, tecnologia, planejamento operacional e definição de áreas prioritárias permite direcionar recursos para os locais de maior risco, aumentar a efetividade das ações de campo e reduzir os impactos ambientais, sociais e econômicos decorrentes do desmatamento e dos incêndios florestais.

Como síntese do diagnóstico e das recomendações da auditoria, o Estado deve estruturar uma política permanente de governança ambiental, organizada em cinco frentes estratégicas:

1. Fortalecer a fiscalização ambiental

Ampliar a capacidade operacional da SEDAM por meio da recomposição das equipes, melhoria da infraestrutura logística, utilização intensiva de monitoramento por satélite e geotecnologias, além da realização de ações preventivas nas Unidades de Conservação mais vulneráveis ao desmatamento, às ocupações irregulares e às queimadas.

2. Fortalecer a governança participativa

Instituir e manter em funcionamento os Conselhos Gestores de todas as Unidades de Conservação, assegurando representação das comunidades locais, pesquisadores, órgãos públicos e sociedade civil. Os conselhos devem acompanhar a implementação dos Planos de Manejo, deliberar sobre prioridades de gestão e fortalecer o controle social das políticas ambientais.

3. Integrar os órgãos responsáveis pela proteção ambiental

Consolidar protocolos permanentes de atuação entre SEDAM, Corpo de Bombeiros Militar, Polícia Militar Ambiental, Defesa Civil, IBAMA, ICMBio, Ministério Público e municípios, compartilhando informações geoespaciais, planejamento operacional e definição conjunta das áreas prioritárias de fiscalização e prevenção.

4. Planejar e monitorar continuamente as Unidades de Conservação

Implantar um sistema permanente de inteligência territorial baseado em imagens de satélite, indicadores ambientais e monitoramento contínuo do desmatamento, queimadas, ocupações irregulares e regularização fundiária. A gestão deve utilizar essas informações para antecipar riscos e direcionar recursos para as áreas mais críticas.

5. Transformar a proteção ambiental em política de Estado

Garantir planejamento de longo prazo, orçamento previsível, metas de desempenho, atualização periódica dos Planos de Manejo, regularização fundiária das Unidades de Conservação e continuidade das ações independentemente das mudanças de governo. A conservação ambiental deve deixar de depender de respostas emergenciais e passar a integrar uma estratégia permanente de desenvolvimento sustentável.

EIXO 10

Governança Institucional

Fonte: diagnóstico consolidado de controle externo

Ao longo deste Guia foram analisados diferentes aspectos da realidade de Rondônia. O crescimento da economia estadual, a evolução da arrecadação, as restrições do espaço fiscal, o avanço das despesas obrigatórias, o déficit previdenciário, os desafios da saúde, da educação, da segurança pública, da infraestrutura, do meio ambiente e do saneamento foram apresentados de forma individual, respeitando as características próprias de cada política pública.

Em praticamente todos os eixos observam-se dificuldades relacionadas ao planejamento de longo prazo, à definição de prioridades, à integração entre órgãos, à utilização de informações para subsidiar decisões, ao acompanhamento da execução das políticas públicas e à avaliação dos resultados alcançados. Essa constatação modifica a forma de compreender os desafios do Estado. O problema deixa de ser apenas setorial e passa a ser institucional. Em outras palavras, melhorar uma política pública específica depende, muitas vezes, de aperfeiçoar a capacidade do Estado de planejar, coordenar, executar e monitorar suas ações.

Nesse contexto, este eixo do diagnóstico apresenta diretrizes para Sistema Integrado de Governança, concebido para fortalecer a capacidade institucional do Estado. Enquanto os capítulos anteriores analisaram desafios específicos em áreas como educação, infraestrutura rodoviária, meio ambiente e saneamento, este capítulo reúne as principais fragilidades identificadas ao longo do diagnóstico e propõe uma resposta de caráter transversal. Parte-se da constatação de que problemas observados em diferentes políticas públicas possuem causas estruturais comuns, relacionadas ao planejamento governamental, à organização dos recursos, à tomada de decisões e ao acompanhamento da execução das ações públicas.

INTELIGÊNCIA E ESTRATÉGIA

O primeiro eixo, Inteligência e Estratégia, reúne o Centro de Governo, a Governança Estratégica, a Gestão de Riscos e a Tomada de Decisões Baseadas em Evidências. Seu propósito é fortalecer a capacidade do Estado de formular estratégias de longo prazo, estabelecer prioridades, coordenar políticas públicas e monitorar resultados de forma contínua. Para isso, propõe a utilização sistemática de informações qualificadas, indicadores de desempenho e mecanismos

permanentes de avaliação, permitindo que as decisões governamentais deixem de responder apenas às demandas imediatas e passem a antecipar riscos, identificar oportunidades e orientar a atuação estatal por evidências.

A implantação desse eixo pressupõe o fortalecimento do **Centro de Governo** como instância responsável por integrar as principais agendas estratégicas da administração, coordenar políticas transversais e acompanhar a execução das prioridades governamentais. Em vez de cada órgão atuar de forma isolada, busca-se promover maior articulação institucional, permitindo que diferentes políticas públicas sejam planejadas e executadas de forma coordenada.

Outro componente essencial é a **Governança Estratégica**, responsável por traduzir os objetivos de governo em metas mensuráveis, indicadores de desempenho e mecanismos permanentes de monitoramento. A adoção de painéis gerenciais, ciclos periódicos de avaliação e sistemas de acompanhamento permite identificar desvios de execução, corrigir rumos e direcionar recursos para iniciativas que efetivamente gerem resultados para a sociedade.

A **Gestão de Riscos** complementa essa estrutura ao incorporar uma postura preventiva à administração pública. Em vez de agir apenas após a ocorrência de problemas, o Estado passa a identificar previamente fatores capazes de comprometer a execução das políticas públicas, como riscos fiscais, operacionais, ambientais, jurídicos ou institucionais.

Por fim, a **Tomada de Decisões Baseadas em Evidências** consolida uma cultura administrativa orientada por dados, substituindo decisões fundamentadas exclusivamente em percepções ou demandas circunstanciais por análises técnicas produzidas a partir de indicadores confiáveis, estudos, avaliações de desempenho e diagnósticos territoriais. Governar com evidências significa utilizar informações qualificadas para definir prioridades, avaliar resultados e aperfeiçoar continuamente as políticas públicas.

PESSOAS E LIDERANÇA

O segundo eixo, **Pessoas e Liderança**, parte do reconhecimento de que nenhuma estratégia produz resultados sustentáveis sem uma administração pública preparada para implementá-la. Esse eixo contempla a profissionalização da alta administração, a valorização das carreiras estratégicas e o desenvolvimento permanente das lideranças públicas, buscando fortalecer a capacidade técnica do Estado e assegurar maior continuidade administrativa. Equipes qualificadas, processos de seleção orientados por competências, estabilidade das funções

estratégicas e programas permanentes de desenvolvimento gerencial contribuem para preservar a memória institucional, reduzir os efeitos da alternância de governos e ampliar a capacidade de execução das políticas públicas.

A **Profissionalização da Alta Administração** constitui elemento central desse processo. Cargos estratégicos (CGE, SEFIN, SEPOG, COGES, PGE) exercem influência direta sobre a formulação e a implementação das políticas públicas e, por essa razão, devem ser ocupados por profissionais com competências técnicas, capacidade de liderança e experiência compatível com a complexidade das funções desempenhadas. A adoção de critérios objetivos para seleção, avaliação e desenvolvimento desses gestores fortalece a qualidade das decisões e reduz os efeitos negativos da descontinuidade administrativa.

Paralelamente, torna-se indispensável investir na **Valorização das Carreiras e das Lideranças Públicas, notadamente nos cargos estratégicos e nas áreas de políticas públicas prioritárias**. A formação continuada, a gestão por competências, a disseminação de boas práticas e a criação de programas permanentes de desenvolvimento gerencial contribuem para ampliar a capacidade institucional do Estado. Lideranças bem preparadas promovem maior integração entre equipes, fortalecem a inovação, aumentam a capacidade de execução das políticas públicas e criam ambientes organizacionais orientados por desempenho e melhoria contínua.

Esse eixo também busca preservar a memória institucional, reduzindo a perda de conhecimento decorrente das mudanças de governo e assegurando que experiências acumuladas, informações estratégicas e boas práticas permaneçam disponíveis para as administrações futuras. A continuidade administrativa constitui um dos principais fatores para garantir estabilidade na execução das políticas públicas e maior eficiência na utilização dos recursos públicos.

RECURSOS E SUSTENTABILIDADE

O terceiro eixo, **Recursos e Sustentabilidade**, integra a Governança Fiscal e a Governança da Infraestrutura Pública, reconhecendo que a continuidade das políticas públicas depende da administração responsável dos recursos financeiros e dos ativos públicos. Seu objetivo é assegurar que orçamento, patrimônio, investimentos e infraestrutura sejam geridos de forma articulada, considerando não apenas as necessidades imediatas da administração, mas também a sustentabilidade das ações governamentais no médio e no longo prazo. Essa abordagem incorpora planejamento, priorização técnica, gestão de riscos, monitoramento permanente e

avaliação de desempenho como elementos estruturantes da gestão pública, permitindo que a alocação de recursos seja orientada por critérios de eficiência, impacto e geração de valor para a sociedade.

A **Governança Fiscal** procura assegurar que o crescimento das despesas obrigatórias, a evolução do déficit previdenciário, o endividamento público e as limitações do espaço fiscal sejam administrados de forma integrada, preservando o equilíbrio das contas públicas sem comprometer a capacidade de investimento do Estado. Mais do que cumprir limites legais, esse modelo busca fortalecer o planejamento financeiro, melhorar a qualidade do gasto público e direcionar recursos para políticas públicas capazes de gerar maior retorno econômico e social.

Complementando essa perspectiva, a **Governança da Infraestrutura Pública** propõe uma mudança de paradigma na administração dos ativos físicos do Estado. Rodovias, pontes, escolas, hospitais, unidades de segurança e demais estruturas deixam de ser tratadas apenas como obras concluídas e passam a ser geridas durante todo o seu ciclo de vida. Para isso, o modelo organiza a atuação governamental em quatro etapas permanentes e interdependentes: planejamento de longo prazo, priorização técnica dos investimentos, gestão contínua dos ativos e manutenção preventiva baseada em indicadores.

A imagem abaixo sintetiza as diretrizes elencadas acima:



Conclusão Geral

Este Guia foi elaborado com um propósito de oferecer aos futuros gestores públicos um diagnóstico técnico, integrado e fundamentado em evidências sobre os principais desafios que Rondônia deverá enfrentar nos próximos anos. Ao longo dos diferentes eixos temáticos, procurou-se demonstrar que compreender a realidade do Estado é o primeiro passo para formular políticas públicas mais consistentes, utilizar melhor os recursos disponíveis e ampliar a capacidade de resposta da administração pública às necessidades da sociedade.

As análises apresentadas evidenciam que Rondônia reúne condições favoráveis para continuar seu processo de desenvolvimento. O Estado possui uma economia dinâmica, crescimento superior à média nacional em diversos indicadores, equilíbrio fiscal, elevada capacidade de pagamento e potencial para ampliar investimentos estruturantes. Esses fatores representam importantes oportunidades para impulsionar o desenvolvimento econômico e melhorar a qualidade dos serviços públicos.

Ao mesmo tempo, o diagnóstico revela que o crescimento econômico, por si só, não assegura a solução dos desafios estruturais enfrentados pelo Estado. A expansão das despesas obrigatórias, a pressão exercida pelo déficit previdenciário, a redução do espaço fiscal, as necessidades crescentes de investimento em infraestrutura, as demandas das áreas de saúde, educação, segurança pública, meio ambiente e saneamento demonstram que o desafio da próxima gestão será administrar recursos cada vez mais escassos diante de necessidades cada vez maiores.

A leitura integrada dos diferentes eixos demonstra que muitos dos problemas observados possuem causas institucionais comuns. Fragilidades de planejamento, baixa integração entre órgãos, dificuldades na execução das políticas públicas, insuficiência da gestão de riscos, utilização limitada de indicadores para subsidiar decisões e ausência de mecanismos permanentes de monitoramento aparecem de forma recorrente ao longo de praticamente todo o diagnóstico.

Essa constatação conduz à ideia de que **governar bem não depende apenas da disponibilidade de recursos, mas da capacidade institucional de transformar recursos em resultados**. Estados que planejam melhor, utilizam evidências para orientar decisões, desenvolvem suas lideranças, preservam o equilíbrio fiscal e administram seus ativos de forma estratégica tendem a produzir

políticas públicas mais eficientes, sustentáveis e capazes de gerar benefícios permanentes para a população.

Por essa razão, este Guia não se limita à apresentação de problemas. Ao final de cada eixo foram indicadas oportunidades de aperfeiçoamento da gestão pública, culminando na proposição final de um Sistema Integrado de Governança estruturado sobre três pilares: **Inteligência e Estratégia, Pessoas e Liderança e Recursos e Sustentabilidade**. Mais do que uma proposta organizacional, esse modelo representa uma agenda de fortalecimento da capacidade estatal, capaz de integrar planejamento, execução, monitoramento e avaliação em um processo contínuo de melhoria da administração pública.

É importante destacar que este documento não pretende substituir o planejamento governamental nem estabelecer prioridades políticas. A definição das políticas públicas pertence aos governantes legitimamente escolhidos pela sociedade. O papel do Tribunal de Contas é produzir conhecimento técnico, promover o controle externo e disponibilizar informações que contribuam para decisões mais qualificadas, transparentes e orientadas pelo interesse público.

Nesse contexto, este Guia representa um convite à utilização das evidências como fundamento da ação governamental. As decisões tomadas ao longo dos próximos anos influenciarão não apenas os indicadores fiscais, econômicos ou sociais do Estado, mas, sobretudo, as condições de vida da população. Quanto mais consistente for o diagnóstico, maior será a capacidade de formular políticas públicas eficazes, reduzir desperdícios, ampliar a eficiência do gasto público e gerar resultados e impactos concretos para a sociedade.

O futuro de Rondônia dependerá, em grande medida, da capacidade de transformar potencial em desenvolvimento, planejamento em execução e recursos públicos em valor para a população. É essa transformação que este Guia busca apoiar.



MENSAGEM FINAL

GOVERNAR É FAZER ESCOLHAS.

Escolhas sobre onde investir, quais prioridades atender, quais riscos enfrentar e quais oportunidades aproveitar. Quanto **melhor** for o diagnóstico, **maior será a capacidade de que essas escolhas produzam resultados concretos.**



INVESTIR

com eficiência
para gerar
desenvolvimento
e oportunidades.



DEFINIR PRIORIDADES

com base nas
necessidades reais
da população.



ENFRENTAR RISCOS

com planejamento
e capacidade de
antecipação.



APROVEITAR OPORTUNIDADES

para inovar, melhorar
serviços e transformar
realidades.

Que este Guia contribua para fortalecer uma administração pública cada vez mais **estratégica**, orientada por **evidências**, comprometida com a **sustentabilidade** das políticas públicas e dedicada a melhorar, de forma permanente, a **qualidade de vida** dos cidadãos rondonienses.



DIAGNOSTICAR É COMPREENDER A REALIDADE.
GOVERNAR É TRANSFORMÁ-LA.
COM PLANEJAMENTO, EVIDÊNCIAS E BOA GOVERNANÇA,
RONDÔNIA PODE **IR MAIS LONGE** E
GERAR **MELHORES RESULTADOS** PARA SUA POPULAÇÃO.





MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS
DO ESTADO DE RONDÔNIA